

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO

CHRISTIAN ALAN BRUCH

MST E A CRIAÇÃO DO FINAPOP: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA
COOPAN DO ASSENTAMENTO CAPELA/RS

Marechal Cândido Rondon
2023

UNIOESTE – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CÂMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON - PR
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS - CCA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL
MESTRADO E DOUTORADO

CHRISTIAN ALAN BRUCH

MST E A CRIAÇÃO DO FINAPOP: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA
COOPAN DO ASSENTAMENTO CAPELA/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini.

Marechal Cândido Rondon
2023

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Bruch, Christian Alan
MST E A CRIAÇÃO DO FINAPOPOP: A EXPERIÊNCIA DA COOPERATIVA
COOPAN DO ASSENTAMENTO CAPELA/RS / Christian Alan Bruch;
orientador João Edmilson Fabrini. -- Marechal Cândido
Rondon, 2023.
142 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico Campus de Marechal Cândido
Rondon) -- Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Centro
de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em
Desenvolvimento Rural Sustentável, 2023.

1. FINAPOPOP - Financiamento Popular de Alimentos
Saudáveis. 2. MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem
Terra. 3. Reforma Agrária. 4. Financiamento e Crédito para
Assentados de Reforma Agrária. I. Fabrini, João Edmilson ,
orient. II. Título.

CHRISTIAN ALAN BRUCH

**“MST E A CRIAÇÃO DO FINAPOP: A EXPERIÊNCIA DA
COOPERATIVA COOPAN DO ASSENTAMENTO CAPELA-RS”**

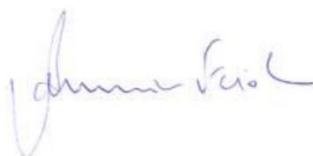
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável, de forma remota/síncrona, com uso da tecnologia de videoconferência, por meio das diversas opções de software/aplicativos disponíveis para essa modalidade, conforme Artigo 1º, da Instrução de Serviço 001/2023 – PRPPG, em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de **MESTRE** em Desenvolvimento Rural Sustentável, área de concentração Desenvolvimento Rural Sustentável, linha de pesquisa Desenvolvimento Territorial, Meio Ambiente e Sustentabilidade Rural, **APROVADO** pela seguinte banca examinadora:

João Edmilson Fabrini - Orientador
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Djoni Roos – Membro
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Pedro Ivan Cristoffoli - Membro
Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS)

Marechal Cândido Rondon, PR, 19 de setembro de 2023.



Prof. Dr. Armin Feiden
Coordenador do PPGDRS
Portaria nº 0988/2023 – GRE

*Este trabalho é dedicado à minha
companheira, Joh Ieda.*

AGRADECIMENTOS

A trajetória de escrita de uma pesquisa é um tanto quanto solitária. No entanto, a materialização desse trabalho somente foi possível graças ao apoio fundamental de algumas pessoas ao longo desse percurso.

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão à minha mãe Deuzanir e à minha avó Maria. Mesmo com pouca escolaridade, elas sempre compreenderam a importância da educação para se alcançar uma vida melhor e, da forma delas, incentivaram-me a seguir nesse caminho.

Agradeço ao professor João Fabrini, o qual tornou esse trabalho possível quando escolheu meu objeto de pesquisa para orientar. Cada sugestão, correção e apontamento feitos por ele em meu texto, ainda que, a princípio, pudessem causar certa contrariedade, foram de extrema importância para que eu pudesse melhorar e concluir essa dissertação de mestrado. Assim como, foi uma honra ter minha pesquisa orientada por uma pessoa a qual admiro o trabalho.

À banca examinadora, representada pelos professores Djoní Roos e Pedro Ivan Cristofolli, expresso minha gratidão por terem aceitado o convite para participarem como membros e disponibilizado tempo para realizar a leitura e avaliação desse trabalho. Suas sugestões e seus apontamentos foram extremamente enriquecedores, certamente contribuíram para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Agradeço ao Senai-PR, representado pela minha ex-coordenadora, Katia Seidel, pela compreensão e apoio que me foi concedido ao permitir minha ausência por vários dias para realizar as disciplinas do mestrado. Esse gesto foi de grande importância para que eu pudesse seguir em frente com a pesquisa de mestrado.

Agradeço a todas as pessoas que, generosamente, dedicaram seu tempo para conceder entrevistas, sem as quais esse trabalho não teria sido possível. Em especial, gostaria de agradecer as pessoas que compõem o MST, que desde o princípio se colocaram à disposição para realização de entrevistas, envio dados e informações que foram fundamentais para realização desse trabalho de pesquisa. Também, agradeço às pessoas que compõem o Grupo Gaia, que desde o primeiro contato foram muito atenciosos e gentis. As informações que obtive com a empresa foram imprescindíveis para que eu pudesse compreender melhor as atividades da Gaia no mercado financeiro e sua relação com o MST. Também não

poderia deixar de agradecer à Cooperativa COOPAN e a todos os seus cooperados, que foram “objeto” dessa pesquisa. Durante toda a nossa estadia na COOPAN, fomos recebidos muito bem por todas as pessoas, inclusive nos concedendo um espaço para dormirmos. Durante esse período, os assentados foram extremamente acolhedores e gentis, conversando, trocando ideias e se disponibilizando para responder aos questionários que fizeram parte dessa pesquisa. Por meio do fruto do trabalho de cada assentado que compõe essa cooperativa, eles construíram um espaço de vida comunitária maravilhoso, o qual tive a honra de conhecer e pesquisar.

Em especial, desejo expressar meu sincero agradecimento à Indiane, da COOPAN, que desde a minha primeira mensagem foi extremamente atenciosa e receptiva. Ela foi fundamental para viabilizar minha ida à cooperativa, a realização das entrevistas e a aplicação dos questionários. Fica aqui meu carinho e agradecimento.

Por fim, não posso deixar de mencionar a razão pela qual trilhei o caminho da pós-graduação e me aventurei no mestrado, minha esposa, Joh Ieda. Esse trabalho de pesquisa, desde o seu início até o seu fim, só foi possível graças a ela. Sou imensamente grato por todos os conselhos, conversas, apontamentos e puxões de orelha que recebi, assim como pelo apoio nos meus momentos de medo, angústia e vontade de desistir. Sem o seu suporte esse momento não seria possível. Obrigado por fazer parte da realização de mais um sonho. Você é minha companheira na essência do seu significado.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

Figura 1: Encontro Nacional de Fundação do MST – Cascavel/PR.....	41
Figura 2: Localização do Município de Nova Santa Rita/RS e da Cooperativa COOPAN	69
Figura 3: Acampamento na área que hoje é o Assentamento Capela (1993).....	70
Figura 4: Visão Aérea da COOPAN.....	72
Figura 5: Construção das primeiras casas da agrovila COOPAN (1994).....	73
Figura 6: Agrovila COOPAN com as casas dos assentados (2020).....	74
Figura 7: Primeira Lavoura de Arroz da COOPAN (1994).....	75
Figura 8: Linhas de captação de investimentos do FINAPOPOP.....	90
Figura 9: Divulgação dos resultados dos investimentos do FINAPOPOP.....	91
Figura 10: Distribuição dos valores do FINAPOPOP.....	92
Figura 11: Inauguração do abate de suínos (1997).....	104
Figura 12: Construção dos chiqueiros de porcos.....	105
Figura 13: Estrutura do antigo frigorífico da COOPAN.....	108
Figura 14: Frigorífico/Agroindústria nova da COOPAN.....	109
Figura 15: Linguiça produzida na nova estrutura.....	110
Figura 16: Organograma da COOPAN.....	116

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Perfil dos cooperados que responderam questionário	19
Gráfico 2: Valores gastos com o programa PAA no período de 2014-2021	55
Gráfico 3: Número de cisternas construídas no período de 2004-2022	56
Gráfico 4: Número de famílias assentadas por Governo 1995-2020.....	57
Gráfico 5: Orçamento da Ação 211-B – Aquisição de Terras 2011-2020	58
Gráfico 6: Número de ocupações de terra no período de 1988-2019.....	84
Gráfico 7: Está mais difícil para a cooperativa acessar crédito nos últimos anos	99
Gráfico 8: Quantidade de anos trabalhado no frigorífico e quantidade de horas trabalhada por dia.	103
Gráfico 9: Condições de trabalho no frigorífico.....	107
Gráfico 10: Percepção dos cooperados em relação a produção na nova estrutura	111
Gráfico 11: Conhecimento dos assentados da COOPAN em relação ao FINAPOPOP....	113
Gráfico 12: O FINAPOPOP foi apresentado/Discutido em assembleia.....	114

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Número de Contratos PRONAF Reforma Agrária 2016-2019	47
--	----

LISTA DE SIGLAS

ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio
ATER - Assistência Técnica e Extensão rural
BC - Banco Central
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
CCB - Cédula de Crédito Bancário
CEB - Comunidades Eclesiais de Base
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CNA - Confederação Nacional de Agricultura
CNLTA - Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNTA - Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPAN - Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita Ltda
CPA - Cooperativas de Produção Agropecuária
CPT – Comissão Pastoral da Terra
CRA - Certificado de Recebíveis do Agronegócio
CREHNOR - Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro Oeste
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CVM - Comissão de Valores Mobiliários
ETR - Estatuto do Trabalhador Rural
FINAPOP - Financiamento Popular de Alimentos Saudáveis
FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FPA - Frente Parlamentar da Agropecuária
IMO - Instituto de Mercado Ecológico
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPA - Instituto Pensar Agropecuária
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
LPT - Programa de Cisternas, Luz para Todos
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens
MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária
MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PIB - Produto Interno Bruto
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PROCERA – Programa de Crédito Espacial para Reforma Agrária
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido Trabalhista Brasileiro
PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
SAPPP - Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco
SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural
SUPRA - Superintendência de Política Agrária
UDR – União Democrática Ruralista
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
ULTAB – União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

RESUMO

BRUCH, Christian Alan. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, 2023. **MST e a criação do FINAPOP: a experiência da cooperativa COOPAN do assentamento Capela/RS.** Orientador: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini.

Essa dissertação trata da criação do Financiamento Popular de Alimentos Saudáveis (FINAPOP) pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e sua primeira captação de recurso, realizada via Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA), no mercado de capital, pela Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita LTDA (COOPAN), do Assentamento Capela, situado em Nova Santa Rita/RS. O objetivo central dessa pesquisa foi compreender os caminhos que levaram o MST a criar o FINAPOP e qual a visão e perspectivas em torno de sua criação, assim como, analisar, a partir da COOPAN, a primeira cooperativa da reforma agrária a realizar a captação de recurso, como se desenvolveu e quais os possíveis impactos nas relações de trabalho, renda, produção e qualidade de vida dos cooperados. Para a efetivação da pesquisa foi realizada uma revisão bibliográfica com base nos estudos de livros, revistas, fichamentos, assim como, a aplicação de questionário para 15 cooperados da COOPAN e entrevistas roteirizadas com dois assentados da cooperativa, um do MST e outra pessoa do grupo Gaia, tendo na aplicação dos questionários e na realização das entrevistas a principal fonte desse trabalho. A estrutura está dividida em três capítulos: o primeiro capítulo é constituído por uma discussão das lutas camponesas no Brasil, percorrendo os diversos períodos históricos do Brasil: da colônia a república, perpassando as formas de violações à população camponesa e seu processo de resistência, por meio de revoltas, conflitos e greves, organizando-se em movimentos, associações, sindicatos e lutando por direitos. Complementarmente, o segundo capítulo busca evidenciar como se deu o processo de apropriação de terras no Rio Grande do Sul, o surgimento e a consolidação de movimentos sociais do campo de luta pela terra, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no pré-1964 e, depois, o MST no pós-1980, assim como, o processo de luta e conquista da terra do assentamento Capela. Já no terceiro capítulo estão os desdobramentos que levaram o MST a criar o FINAPOP, entendendo a perspectiva dos assentados em torno do FINAPOP, de modo a compreender em qual contexto de luta pela terra se insere a criação desse programa. Assim como, compreender quais caminhos que levaram a COOPAN a ser a primeira cooperativa a realizar a captação de recursos no mercado de capitais e os impactos nas relações de trabalho, renda, produção e qualidade de vida dos cooperados.

Palavras-chave: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; FINAPOP; COOPAN.

ABSTRACT

BRUCH, Christian Alan. Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, 2023. **MST and the Creation of FINAPOP: The Experience of the COOPAN Cooperative in the Capela Settlement, RS.** Advisor: Prof. Dr. João Edmilson Fabrini

This dissertation is an analysis of the creation of “Popular Financing” (FINAPOP) by the Landless Rural Workers Movement (MST) and its first resource mobilization through Agribusiness Receivables Certificates (CRA) in the Capital Market by the Agricultural Production Cooperative Nova Santa Rita LTDA (COOPAN) of the Capela Settlement located in Nova Santa Rita/RS. The main objective of this research is to understand the paths that led MST to create FINAPOP and the vision and perspectives surrounding its creation. Additionally, it aims to analyze, based on COOPAN, the first agrarian reform cooperative to conduct resource mobilization, how it developed, and the possible impacts on the work, income, production, and quality of life of the cooperative members. For the realization of this research, a bibliographic review was conducted based on studies from books, magazines, and summaries. Additionally, a questionnaire was administered to 15 COOPAN members, and scripted interviews were conducted with two settlers from the cooperative, one from MST, and another person from the Gaia group. The application of questionnaires and conducting of interviews served as the primary sources for this work. The structure is divided into three chapters: In the first chapter, I present a discussion of peasant struggles in Brazil, covering various historical periods: from the colonial era to the republic. It explores the different forms of violations against the rural population and their process of resistance through revolts, conflicts, and strikes. It also examines how they organized themselves into movements, associations, and unions while fighting for their rights. Additionally, the second chapter aims to highlight how the process of land appropriation occurred in Rio Grande do Sul and the emergence and consolidation of social movements in rural areas fighting for land rights. It delves into the history of the Movement of Landless Farmers (MASTER) before 1964 and the subsequent formation and growth of the Landless Rural Workers Movement (MST) after the 1980s. Furthermore, it examines the process of struggle and land acquisition in the Capela settlement. The third chapter seeks to understand the reasons that led MST to create FINAPOP, by examining the perspectives of the settlers regarding FINAPOP. This analysis aims to comprehend the context of the land struggle within which the creation of this program took place. Additionally, the chapter aims to understand the paths that led COOPAN to become the first cooperative to mobilize resources in the Capital Market. Furthermore, it explores the impacts of this resource mobilization on the relationships of work, income, production, and the quality of life of the cooperative members. **Keywords:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; FINAPOP; COOPAN.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
Introdução.....	16
Metodologia.....	18
CAPÍTULO 1	21
A LUTA CAMPONESA PELA TERRA NO BRASIL: DA COLÔNIA A REPÚBLICA.....	21
Introdução.....	21
1.1 - Camponeses no Brasil: da Colônia a Primeira República.....	21
1.2 Camponeses no Brasil: Breve Período Democrático (1945 a 1964)	28
1.3 Camponeses no Brasil: da Ditadura Militar a Redemocratização	35
1.4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)	37
1.5 Breve contexto das políticas de crédito voltadas para a agricultura de base familiar.	44
1.6 Camponeses no Brasil: Retorno à Democracia	49
CAPÍTULO 2	60
A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA	60
Introdução.....	60
2.1 Questão Agrária no Rio Grande do Sul: da Colonização ao MST	60
2.2 Assentamentos de Reforma Agrária	66
2.3 Assentamento Capela e a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita – COOPAN.....	68
CAPÍTULO 3	80
FINAPOP: FINANCIAMENTO DO MST PARA AS COOPERATIVAS DA REFORMA AGRÁRIA	80
Introdução.....	80
3.1 FINAPOP: criação, objetivo e perspectivas	80

3.2 Financeirização	94
3.3 Os caminhos que levaram a COOPAN a acessar crédito por meio do FINAPOP	97
3.4 Construção da Nova Estrutura do Frigorífico e Agroindústria de Suínos com recursos do FINAPOP	102
3.5 FINAPOP e o impacto na Produção, Emprego e Renda dos Assentados a partir da nova estrutura de frigorífico e agroindústria suínos e bovinos.....	106
3.6 FINAPOP: Qual é o conhecimento dos assentados da COOPAN?.....	112
3.7 A agroindústria da carne como estratégia de melhores condições de trabalho e manutenção dos jovens.....	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
ANEXOS	132

APRESENTAÇÃO

Sou filho de camponês, mas sempre fui sem-terra. O meu pai, filho de camponeses, quando casou teve acesso a uma pequena parcela de terra, advinda da herança de sua família. No campesinato é tradicional que as famílias que possuem um pedaço de terra, quando um filho se casa, geralmente homem, conceda a ele uma parcela de terra na qual irá construir sua vida com sua nova família. A parcela de terra recebida de herança pelo meu pai, que passou para nossa vindoura família, não fez parte da minha vida. Após alguns anos produzindo nessa terra, meus pais perderam o direito a ela por conta de uma dívida com o banco. Um empréstimo para uma colheita que não vingou significou a perda do direito de possuir aquela terra. Nesse período, ainda não tinha nascido, tendo as lembranças desse momento (casa, sítio, plantações) por meio da memória dos meus familiares.

Desse momento em diante, minha família sempre foi itinerante, em busca de se colocar em outro espaço. Migraram do Paraná para a Bahia, local que nasci, e retornaram anos depois para o Paraná, vivendo em diversos municípios. Meu pai tentou, mas nunca conseguiu ir morar/trabalhar na área urbana, assim, assalariando-se e vivendo na zona rural em algumas fazendas, nossa família o acompanhava. Nessas idas e vindas, a família foi se desfazendo, um irmão indo morar com uma avó, outro (eu) indo morar com a outra avó e meus pais mais adiante se separaram, afinal minha mãe não aguentou a rotina incerta de mudanças e decepções. Meu pai, sozinho, seguiu procurando sobreviver em outros lugares, como o Mato Grosso Sul, depois Maranhão, local em que ficou doente, tendo que retornar para o município de Mercedes para receber o apoio e cuidado de meus avós. Em 2018, com um pouco mais de cinquenta anos, após passar mais de um ano em tratamento, faleceu de câncer. Desde que ficou impossibilitado de trabalhar, buscou a aposentadoria, que quando chegou, ele já não estava mais entre nós.

Particularmente, envolvido nesse contexto, nunca consegui compreender o processo pelo qual minha família passou. Lembro que, nas memórias dos meus familiares, o meu pai era visto como o único responsável pela perda das suas terras, por conta, exclusivamente, de sua incompetência. Assim como, todos os eventos que aconteceram posteriormente recaiam nesse fato, uma vez que, se não tivesse perdido essas terras, não precisaria ter ficado migrando, a família não se desestruturaria, teria melhores condições

financeiras etc. Infelizmente, não compreendi e amadureci a tempo suficiente para conversar com o meu pai sobre todos esses aspectos.

Anos depois, aproximando-me do trabalho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), principalmente por conta da produção de alimentos saudáveis, despertou em mim a vontade de estudar o campesinato Brasileiro. Esse foi um caminho que, anos depois, levou-me a ingressar no mestrado, o que me obrigou a estudar mais a fundo o campesinato, as lutas e os conflitos pela terra, a reforma agrária, os movimentos sociais e as políticas públicas (ou a falta dessas). Por meio das leituras, debatendo e discutindo nas aulas, revisei automaticamente a história da minha família e, então, compreendi que fazemos parte de um amplo contexto de famílias camponesas que foram expropriadas de suas terras e ficaram vagando no campo e na cidade em busca de retornar a ter o direito a terra novamente, o qual nunca nos aconteceu.

Assim, o desenvolvimento dessa pesquisa advém de um processo de amadurecimento pessoal sobre a forma como penso acerca de meu lugar na sociedade e de como posso contribuir com ela. Dessa forma, aproximei-me do trabalho desenvolvido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em busca de compreender a importância de encontrarmos um novo modelo de produção, protegendo os bens da natureza, as populações originárias (indígenas, quilombolas, ribeirinhas), a divisão do trabalho e a realização da reforma agrária como essencial para a diminuição dessa abissal desigualdade que existe em nosso país.

Acompanhei com curiosidade, desde o princípio, o lançamento do Financiamento Popular de Alimentos Saudáveis (FINAPOPOP). Um modelo de financiamento desenvolvido pelo MST, com o foco de estruturar as cooperativas do movimento, assim proporcionando que mais alimentos saudáveis cheguem nas mesas das pessoas. A curiosidade em torno dos aspectos que envolviam a criação do FINAPOPOP se conectou com minha aproximação do trabalho desenvolvido pelo MST, assim, nascendo o desejo de realizar essa pesquisa. Por obra do destino, uma pesquisa que retorna a problemática da questão do crédito, diretamente relacionada com um assunto um tanto quanto sensível na trajetória da minha família.

Introdução

O FINAPOP se tornou público no ano de 2020, quando foi anunciado que a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita Ltda. (COOPAN), do assentamento Capela, captou 1,5 milhões de reais por meio do mercado de capitais para concluir as obras de uma agroindústria de suínos. Essa espécie de ‘autofinanciamento’ realizado pela cooperativa, era uma captação de recursos considerada como ‘modelo’ do recém-lançado FINAPOP, pelo MST. Somando um pouco mais de dois anos de existência do FINAPOP, as cooperativas de reforma agrária já captaram mais de 40 milhões de reais, distribuídos em diversos projetos.

Para além das dificuldades de acesso a crédito pelos assentados nas políticas de Estado, que se asseverou nos últimos anos, a criação do FINAPOP pelo MST está inserida em um contexto de mudanças de diretrizes do movimento em relação a luta pela terra no Brasil, o qual passa pela visão do MST em relação a importância da estruturação das cadeias produtivas¹ das cooperativas dos assentamentos de reforma agrária, em busca do fortalecimento da produção e disponibilização no mercado de alimentos agroecológicos.

No trabalho cooperativo, o crédito é um instrumento fundamental para a manutenção e ampliação das atividades da cooperativa. Por meio de acesso as políticas de crédito, a COOPAN investiu nas lavouras, construiu agroindústria de beneficiamento de arroz, estrutura para padaria, abatedouro, escritório e aquisição de maquinário. O acesso ao crédito permitiu o crescimento da cooperativa, com a ampliação e diversificação de suas atividades, que possibilitou gerar mais emprego, sendo possível agregar as mulheres e os jovens nas atividades e melhorar a renda dos associados. Assim, o crédito é um instrumento essencial na manutenção do camponês no campo.

O contínuo esvaziamento, nos últimos anos, de recursos das políticas públicas de crédito direcionados para os camponeses de menor renda, grupo do qual os assentados fazem parte, compõe uma estratégia adotada por um Estado que se ausenta propositalmente de assistir essa parcela da população do campo, em benefício do agronegócio.

¹ O MST acredita que um dos caminhos de luta pela reforma agrária passa também pela estruturação do que eles chamam de cadeias produtivas das cooperativas de reforma agrária. Através desse processo, buscar-se melhorar as condições de trabalho nas cooperativas, o incremento na quantidade de produção, bem como a crescente inserção de alimentos provenientes da produção agroecológica nos mercados.

Assim, o fato de o MST, por meio dos camponeses, construir uma operação para se autofinanciar, como a do FINAPOPOP, buscando e conseguindo recursos no mercado de capitais e direcionando para as cooperativas dos assentamentos de reforma agrária, demonstra a força do MST enquanto movimento camponês organizado. Desta forma, a criação e o fortalecimento FINAPOPOP, que busca viabilizar acesso ao crédito para as cooperativas dos assentamentos, não pode ser dissociado de mais um novo capítulo de luta pela terra no Brasil.

Nesse sentido, um dos objetivos desse trabalho é demonstrar que o campesinato brasileiro é constituído por um amplo processo de resistência às mais diversas formas de violência, física e simbólica, na luta pelo acesso e permanência na terra desde a colonização europeia. Ao longo dos mais de 500 anos de Brasil, o campesinato constituiu e reconstituiu as mais diversas formas de luta, sendo sua história intrínseca à história brasileira, por mais que muitas vezes seja relegada para um segundo plano, como retratou Martins (1991).

Deste modo, o primeiro capítulo é composto de uma discussão das lutas camponesas no Brasil, com o objetivo de dar subsídios ao leitor na compreensão de que as disputas e conflitos no campo fazem parte de um amplo processo histórico, que tem início com a invasão europeia no território brasileiro e seus desdobramentos, sendo importante a volta ao passado para compreender o presente e buscar mudanças para o futuro. Desta forma, o primeiro capítulo propõe percorrer os diversos períodos históricos do Brasil, perpassando algumas das formas de violações à população camponesa e seu processo de resistência por meio de revoltas, conflitos e greves, organizando-se em movimentos, associações, sindicatos e lutando por direitos, não sendo um ator passivo da história.

Complementarmente, o segundo capítulo tem por objetivo evidenciar como se deu o processo de apropriação de terras no Rio Grande do Sul e o surgimento e consolidação de movimentos sociais do campo de luta pela terra, como o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), no pré-1964 e, depois, o MST no pós-1980. Nesse capítulo também será evidenciada a construção e importância dos assentamentos na luta pela terra. Em específico, o processo de luta e conquista da terra do assentamento Capela, localizado na região metropolitana de Porto Alegre, que foi um dos assentamentos conquistados por

meio do processo de ocupação/acampamentos de diversas famílias camponesas, organizadas pelo MST do Rio Grande do Sul.

No terceiro capítulo, o objetivo é compreender quais razões levaram o MST a criar o FINAPOP, que teve sua primeira aplicação realizada na cooperativa COOPAN, do assentamento Capela do Rio Grande do Sul. Propomos discutir a visão e perspectiva do MST em torno do FINAPOP e em qual contexto de luta pela terra se insere a criação desse programa, de modo a compreender seus possíveis impactos, a partir da análise da primeira cooperativa que recebeu o recurso. Fundamentalmente, neste capítulo utilizamos as entrevistas e questionários, entendendo a importância de ouvir as histórias desses trabalhadores e o modo como analisam suas experiências de luta pela e na terra.

Metodologia

Para a escrita dos capítulos, principalmente o primeiro e o segundo, foi eleito o método exploratório, com uma vasta revisão bibliográfica com base nos estudos de livros, revistas, fichamentos, redes eletrônicas acerca das experiências de lutas camponesas no Brasil, reforma agrária, conflitos por terra, movimentos sociais, formação do MST no Brasil e políticas públicas, levando em consideração as diversas áreas do conhecimento como: Geografia, Ciências Sociais e Agrárias, História, Economia, entre demais trabalhos, visando revisitar o processo histórico de lutas camponesas por terra no Brasil, compreendendo sua importância para a construção de políticas públicas para o campo.

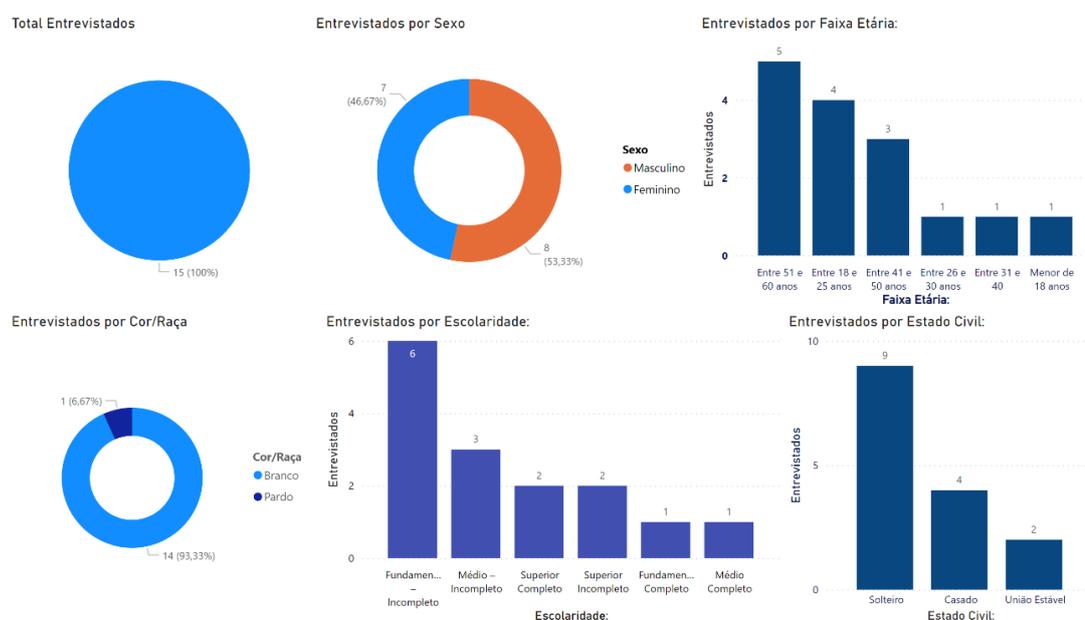
Além disso, foi realizado um trabalho de campo na Cooperativa COOPAN, no assentamento Capela, em dezembro de 2022. Em contato direto com os assentados, foi possível dialogar ouvindo sobre suas trajetórias de vida, luta pela terra, crédito, FINAPOP e MST. Outrossim, foram aplicados questionários com 25 perguntas fechadas e 3 abertas, para 15 cooperados que desempenham suas atividades no frigorífico e agroindústria de suínos e bovinos. Como se trata de uma cooperativa coletiva, a maioria dos cooperados também contribui em outros setores quando necessário, mas sua atividade principal é no frigorífico e na agroindustrialização de suínos. Além dos questionários, foram conduzidas entrevistas roteirizadas² com duas lideranças da cooperativa. Sendo que uma das pessoas esteve presente desde o período do acampamento, que posteriormente se tornou o

² Como forma de preservação das pessoas que foram entrevistadas, todos os nomes utilizados nas citações são pseudônimos.

assentamento Capela e outra que nasceu durante o período do acampamento. Apesar de ser jovem e integrar a 2ª geração, está desde o início no assentamento.

Os cooperados que responderam ao questionário foram selecionados de maneira aleatória, o que os assemelha é que todos trabalham no frigorífico/agroindústria. Dentre essas pessoas, ficaram distribuídos de forma equitativa entre homens e mulheres, com idades entre 16 e 60 anos, predominantemente de cor branca, com níveis de escolaridade que variam desde o Ensino Fundamental incompleto até o Ensino Superior completo, sendo a maioria solteira em estado civil. No Gráfico 1 é possível observar um copilado de gráficos com o perfil geral dos entrevistados.

Gráfico 1: Perfil dos cooperados que responderam questionário



Fonte: Pesquisa de campo, 2022

Durante o trabalho de campo foi realizada também a coleta de demais materiais como fotografias antigas, de como era o contexto da terra antes do assentamento em contraponto com o presente, buscando identificar como as famílias que fazem parte deste espaço atuaram de maneira coletiva para construir melhorias significativas para o lugar. Assim, a partir do método histórico-dialético, buscou-se destacar como as experiências desses camponeses são interpretadas por esses sujeitos, dando significado para suas vidas.

No decorrer do desenvolvimento da pesquisa também foram realizadas duas entrevistas roteirizadas, com dois entrevistados que estiveram, direta e indiretamente, na

construção do FINAPOP e, atualmente, fazem parte dos projetos de captação de recurso das cooperativas de reforma agrária. Sendo um do MST, que sempre esteve envolvido com as discussões, debates e projetos em torno do desenvolvimento rural, pensando a produção e que nos últimos anos tem se dedicado ao movimento para pensar o desenvolvimento das cooperativas de reforma agrária, o qual tem como umas das questões prioritárias o acesso ao crédito. Assim, o entrevistado do MST acompanhou de perto todos os movimentos que levaram a criação do FINAPOP. Por sua vez, o outro entrevistado é do Grupo Gaia, sendo um dos interlocutores da empresa com os dirigentes do MST e os assentados, assim como, responsável pela comunicação com os investidores. Ele faz o acompanhamento de todos os investimentos realizados com as cooperativas do MST que a Gaia faz parte. O Grupo Gaia foi a empresa responsável por viabilizar a captação de recursos do MST no mercado de capitais.

As entrevistas realizadas, tanto com integrante do MST, quanto do Grupo Gaia, foram fundamentais para compreender os caminhos que levaram o MST a enveredar nesse modo de captação de recurso, assim como, entender a parte externa ao movimento, os objetivos e interesse das pessoas/empresas que estiveram envolvidas e foram importantes para a concretização de toda a estruturação do FINAPOP no mercado de capitais.

Essa pesquisa se iniciou um pouco menos de 1 ano após a criação e primeira captação de recurso por meio do FINAPOP. Por ser uma temática nova, deparamo-nos com alguns desafios ao lidar com o estudo de um objeto recém-criado, como por exemplo: dificuldades de bibliografia, artigos, entre outros. Assim, as entrevistas e questionários foram fontes essenciais para o desenvolvimento da pesquisa.

CAPÍTULO 1

A LUTA CAMPONESA PELA TERRA NO BRASIL: DA COLÔNIA A REPÚBLICA

Introdução

O primeiro capítulo objetiva realizar uma revisão das lutas dos camponeses pela terra no Brasil, da qual a cooperativa COOPAN, do assentamento Capela, vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), objeto dessa pesquisa, faz parte. Assim, ao pesquisar experiências da reforma agrária é essencial compreender as lutas camponesas no Brasil, uma vez que, além de ser parte integrante dessa longa história, um dos desdobramentos dessas reivindicações foram as conquistas dos assentamentos de reforma agrária, como o Capela.

Desta forma, esse capítulo parte da perspectiva de que para a compreensão da atual situação da luta pelo direito da terra e dos movimentos sociais, como o MST, é fundamental o entendimento de como esses desdobramentos se desenvolveram até o presente momento. Sendo assim, busca-se a revisão acerca de como se constituiu uma estrutura desigual na distribuição de terra e renda, que coloca no centro do debate a importância da discussão da reforma agrária e outras políticas complementares a ela ainda nos dias de hoje, o que dá sentido a existência de movimentos sociais do campo, como MST e todos aqueles que continuam lutando pelo direito ao acesso à terra. Como referência, serão utilizados alguns autores fundamentais para a construção desse trabalho, tais como: Martins (1991) (2010), Medeiros (1993), Fernandes (2000), Oliveira (2007), Andrade (2009), Bastos (1984), Medeiros (1989), Cruz (2021), Costa (1996), Sandrin (2020) entre outros que se dedicaram em estudar tal questão.

1.1 - Camponeses no Brasil: da Colônia a Primeira República

A primeira forma de ocupação do território brasileiro por Portugal foi por meio do sistema administrativo das capitânicas hereditárias. Pessoas designadas como donatários eram responsáveis por administrar cada parcela que lhes cabia dentro das capitânicas. A esses donatários ficava a tarefa de desenvolver economicamente os pedaços de terra. Uma das formas, era por meio da concessão de sesmarias, que não lhes dava o direito à propriedade da terra, apenas à posse. Essas concessões eram feitas, geralmente, para os portugueses que tinham interesse de explorar economicamente as terras no ‘novo mundo’. Mesmo as capitânicas não prosperando, o sistema de doações de terras por parte

da coroa portuguesa, através das sesmarias, foi amplamente utilizado até a independência do território brasileiro, em 1822.

A política de sesmarias pode ser compreendida como a origem do problema fundiário no Brasil. Com o fim da Lei de Sesmaria, em 1822, não foi feita uma regulação da questão fundiária até 1850, quando foi implementado a Lei n. 601, de 1850, popularmente conhecida como ‘Lei de terras’, que foi responsável por regulamentar e validar a estrutura desigual de distribuição criada por ela. A lei criou meios para dificultar o acesso à propriedade da terra pelos trabalhadores pobres, pelos escravizados libertos que viviam no Brasil e pelos imigrantes que desembarcariam no país como mão de obra nas fazendas. Ademais, permitiu ocupação irregular de terras por meio do processo de grilagem, realizado de forma massiva pela elite rural. Algumas formas de ação em relação ao roubo de terras se atualizaram ao longo dos anos, mas ainda persistem com o apoio do poder público.

A farta distribuição de terras para uma elite rural nascente no Brasil se deu em virtude da colonização das terras brasileiras, que estava assentada em um modelo econômico fundado na monocultura. Primeiramente, com cana-de-açúcar, que era realizada em grandes extensões de terras (nas mãos de poucas pessoas), denominadas de engenhos, com trabalho massivo da mão de obra escrava dos povos indígenas e africanos, direcionado para atender os interesses do mercado externo. “Completam-se assim os três elementos constitutivo da organização agrária do Brasil colonial: a grande propriedade, a monocultura e o trabalho escravo” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 127).

O açúcar foi, durante muito tempo, a base econômica mais importante do Brasil no período colonial, contudo, houve outros ciclos. No final do século XVII e início do século XVIII, o Brasil viveu o ciclo do ouro, no qual sua extração e exportação configurou como uma atividade econômica importante, em um período de baixa do açúcar, o que também contribuiu para a ocupação e povoamento de outras regiões do território brasileiro (Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás). A exploração da atividade de mineração também teve como base o grande empreendimento colonial e o trabalho escravo. “A mineração, que a partir do século XVIII se formará a par da agricultura entre as grandes atividades da colônia, adotará uma organização que, afora as distinções de natureza técnica, é idêntica à da agricultura” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 127-128).

No século XVIII, a revolução industrial impactou a economia mundial. Por conta disso, passou a haver uma grande demanda por algodão para atender a indústria têxtil, o Brasil não passou inerte, portanto, teve um importante ciclo do algodão, com destaque para o estado do Maranhão. Essa atividade estava assentada nas mesmas bases do açúcar e do ouro, que era a forma de exploração que Portugal submetia ao território brasileiro. O ciclo do açúcar, do ouro e do algodão são consideradas as principais características econômicas do período colonial brasileiro. Porém, muitas vezes, predomina uma abordagem centralizada, unicamente, no grande latifúndio e seus ciclos, descaracterizando outros tipos de relações sociais que aconteciam paralelamente a esse modelo econômico, que era o principal, porém não o único, como muitas vezes transparece ser.

A formação de um contingente de camponeses rurais pobres e livres que praticavam não só, mas principalmente uma agricultura de subsistência e garantia ao abastecimento do mercado interno, exerceu um papel importante na colônia, que foi fundamental para viabilizar e manter a estrutura econômica colonial de exploração.

O Brasil era um grande empreendimento colonial, cuja característica, durante mais de 300 anos, foi a lavoura, a mineração e a economia de exportação. A escravidão era forma predominante de trabalho no Brasil, mas sempre à margem da economia de exportação e, com o passar do tempo, passou a existir uma população de trabalhadores rurais e famílias que constituíam uma classe camponesa (SCHWARTZ, 2001, p. 123).

Esses camponeses, descritos por Schwartz (2001), encontravam-se inseridos nas grandes lavouras das fazendas, em pequenos espaços cedidos pelos senhores de engenho, plantando entre a cultura principal, ou eram camponeses que desbravavam e ocupavam pequenas áreas de terras que até então não eram de interesse do latifúndio escravista, nas quais se estabeleciam e faziam suas roças. Esses camponeses, inicialmente, foram portugueses brancos, que com o tempo se miscigenaram com indígenas e africanos, com os quais dividiam tempo e espaço no território brasileiro e constituíram o rosto da população camponesa. Eles se organizavam com certa autonomia e praticavam uma atividade agrícola que passava ao largo do sistema econômico dominante.

Após a descoberta de minas de ouro na região de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, a população, principalmente de Minas, cresceu exponencialmente devido ao deslocamento massivo para esse local. Por conta disso, constituiu-se em um importante

centro de comércio agrícola para abastecimento dessa população, que era realizado pelos camponeses. “Esse tipo de agricultura de subsistência autônoma, isso é, separada dos domínios da grande lavoura e especializada em seu ramo, encontra-se também, em proporções apreciáveis, em Minas Gerais” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 169). A mandioca, por sua fácil adaptabilidade aos diversos tipos de solo e por conta de um dos seus derivados, a farinha, era o principal alimento produzido. Contudo, os camponeses tinham produção bem diversificada e variava a depender da região. Com a chegada da coroa portuguesa e caminhando para o final do período colonial, as cidades cresceram e desenvolveram seus centros urbanos, os quais passaram a exigir um abastecimento de gêneros alimentícios cada vez maior. Esse crescimento contribuiu para o desenvolvimento de uma melhor infraestrutura, como estradas, que ajudaram a dinamizar a economia interna.

Dessa forma, por mais que se tente relegar a atividade de agricultura camponesa para um papel de menor importância, muitas vezes tratada como relações sociais praticamente inexistentes no período colonial, ela teve um papel substancial dentro desse sistema. Por meio do abastecimento de gêneros alimentícios, atendeu as necessidades dos centros urbanos, assim como dos latifúndios que cresciam continuamente. Com isso, o sistema escravocrata das grandes lavouras pôde permanecer voltado para sua atividade principal, que era atender o mercado externo. Basta lembrar que os senhores de engenho, conforme demonstra a historiografia, não tinham o menor interesse de plantar uma raiz de mandioca.

O setor rural fornecia a base de abastecimento que permitia a expansão da agricultura escravocrata de exportação e o crescimento dos centros urbanos. Em segundo lugar, uma vez iniciada a expansão, as lavouras de pequena e média escala, que abasteciam os mercados internos, continuaram a alimentar as cidades, sustentar o setor de exportação e permitir aos agricultores o luxo dos métodos que davam pouca atenção à agricultura de subsistência (SCHWARTZ, 2001 p. 139).

No entanto, os camponeses não só exerceram uma atividade unicamente de subsistência e abastecimento de gêneros alimentícios para o mercado interno. No texto “Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875”, publicado por Guilherme Palacios (2009), o autor traz referências de relatos da produção e comercialização, dos trabalhadores de mandioca e tabaco para o mercado externo. “Os cultivadores pobres e

livres exportavam tabaco e mandioca, por meio de esquemas não integrados ao sistema geral – isso é, pelo contrabando dos comissários volantes” (PALACIOS, 2009, p. 154). Em outro ponto, Palácios (2009) demonstra como que, por conta da revolução industrial que eclodiu na Inglaterra, passou-se a ter uma demanda crescente no mercado mundial por algodão, os camponeses que já produziam essa planta passaram a comercializar esse produto para o mercado externo, o que levou a um crescimento desses cultivadores com base na produção e comercialização dessa cultura e com a de mandioca para as *plantations*. Não se pode afirmar que esses camponeses estavam integrados ao sistema colonial de produção de exportação, porém encontravam brechas para comercializar seus produtos.

A expulsão das comunidades camponesas do Nordeste oriental nas últimas décadas do século XVIII se deveu, em uma primeira instância, à resistência oferecida por esses segmentos às determinações do Estado: negaram-se a suspender seus plantios de algodão e foram expulsos; negaram-se a fornecer seus melhores braços para a guerra e foram expulsos; negaram-se, finalmente, a deixar de plantar mandioca nas extensas e livres matas virgens e foram expulsos. Em termos de fatores ‘internos’ ao processo, o que aconteceu foi, pois, a exacerbação de uma relação conflituosa entre os camponeses e o Estado, relação que era, em certa medida, inerente à própria constituição do campesinato nordestino no contexto do escravismo. Vista dessa forma, a expropriação dos cultivadores pobres livres foi, para o Estado colonial, um recurso contra a desobediência; para aqueles, porém, foi a única alternativa à subordinação aos interesses da propriedade fundiária escravista. Mas, ao mesmo tempo, a proibição dos plantios de algodão era uma tentativa de evitar que os cultivadores pobres, que na segunda metade do século tinham se convertido em responsáveis por boa parte do abastecimento alimentar para os mercados urbanos regionais e para as *plantations*, parassem de comercializar gêneros de primeira necessidade e, levados pelo que na época se convencionou chamar de ‘ambição do algodão’, afetassem violentamente a economia das *plantations* no momento em que essas entravam, ou se preparavam para entrar novamente, no mercado europeu (PALACIOS, 2009, p. 159).

Destaca-se nesse primeiro ciclo político brasileiro, como um dos principais instrumentos de luta e resistência, a formação de quilombos. A organização de revoltas, mas principalmente de fugas, faziam com que os escravos resistissem e se organizassem coletivamente em comunidades, conhecidas como quilombos. Por meio dos quilombos e mocambos se constituiu o início da história do campesinato negro no Brasil, sendo uma das principais formas de organização e resistência desse período. “Quilombos eram sinônimos de transgressão da ordem escravista” (GOMES, 2015, p. 16). Existiram milhares de quilombos espalhados pelo território brasileiro ao longo do processo de

escravização, que se organizaram das mais diversas formas. “Tais comunidades nunca foram totalmente fixas; pelo contrário, a mobilidade foi fundamental” (GOMES, 2015, p. 16). A mobilidade era um fator importante para a defesa e manutenção do quilombo. O mais conhecido, Palmares, surgiu em Alagoas e sua história remonta há mais de séculos.

Os quilombos eram mais do que uma forma de resistência e enfrentamento ao sistema escravocrata, pois à margem da lei, buscavam se auto-organizar socioeconomicamente. Esses resistentes se organizavam de diversas formas, conforme a área que se estabeleciam. Uma das principais maneiras era por meio da atividade da agricultura. Plantavam, colhiam e comercializam mandioca e seu derivados, feijão, arroz, milho, batata-doce, cana-de-açúcar, algodão e fumo, também praticavam atividades de caça e pesca. Comercialmente, conseguiam acessar e negociar com uma variada gama de pessoas que faziam parte do extrato da população colonial. Quilombolas, negros livres e os que vieram a ser pós-abolição de 1888, compuseram a identidade da comunidade camponesa pobre, inviabilizada pelas políticas de Estado nesse período no Brasil (GOMES, 2015).

Segundo Martins (1981), na passagem dos modelos políticos de organização estatal, do colonial, imperial ao republicano, os camponeses, na diversidade de formas de organização, encontravam-se excluídos político, social e economicamente. No entanto, não estiveram submissos a essa estrutura que insistia em excluí-los. Diversos conflitos e revoltas no campo, reflexo das políticas implementadas desde a colônia, eclodiram. Alguns desses embates eram de característica rural de grandes dimensões e, muitas vezes, não foram discutidos como conflitos camponeses, como deveriam, dando a ideia de que a luta por terras no Brasil é um aspecto contemporâneo.

A Balaiada, por exemplo, no período de 1838-1841, foi uma revolta camponesa na província do Maranhão, contra a situação de miserabilidade que se encontrava essa população. A Cabanagem, no período 1835-1840, tratou-se de uma revolta camponesa na província do Grão-Pará. Assim como na Balaiada, a população rural se insurgiu contra uma grave situação socioeconômica.

O mesmo aconteceu com Canudos (1896-1897), que foi considerado como um movimento messiânico. No entanto, representava o retrato de uma sociedade camponesa pobre, localizada no sertão nordestino, que vivia a margem de uma mínima dignidade. Canudos foi formado por um conjunto de pessoas pobres do campo, que seguindo

Antônio Conselheiro (considerado um líder religioso) ocuparam terra e formaram uma comunidade, estruturando um novo modelo de sociabilidade, à parte da república.

O Contestado (1912-1914) foi outro conflito por terra que ocorreu na fronteira do estado Paraná e de Santa Catarina. Por conta da construção de uma ferrovia, vários moradores perderam suas terras, que foram dadas como pagamento para que a empresa responsável pela obra realizasse a exploração de erva-mate. Após o término das obras, a população que residia na área, além das terras, perdeu também o emprego. Liderados por José Maria (considerado um líder religioso), rebelaram-se contra a situação e construíram uma comunidade, na qual se auto-organizaram. Assim como Canudos, o Contestado foi considerado um movimento messiânico, ignorando seu caráter central, que era a luta dos trabalhadores rurais pelo direito a terra e por melhores condições de vida.

A religiosidade é uma característica intrínseca dos movimentos sociais do campo, o resumo delas a um caráter unicamente messiânico é uma forma de desqualificação dessas lutas e de seu verdadeiro significado. “Em distintas regiões do país estouram movimentos sociais que combinavam a questão agrária e luta pela posse da terra com traços fortemente religiosos” (SCHWARCZ, 2015, p. 332). Tanto Canudos quanto Contestado tiveram um final parecido, sendo violentamente reprimidos pelo Estado.

Em 1889, no campo, não havia reflexo positivo aos camponeses em relação a essa nova estrutura política de Estado, pois continuaram invisíveis aos olhos do poder público. O início da república se caracterizou, no primeiro momento, por um breve governo formado por militares, passando para o modelo civil a partir de 1894, que foi dominado pelas elites paulista e mineira, fundadas no latifúndio. Mais tarde ficaria conhecido como a “república do café (São Paulo) com leite (Minas Gerais)”. Esse momento se constituiu por um movimento de urbanização e industrialização, no qual se tem um maior deslocamento da população rural para os centros urbanos.

Importante salientar que, um pouco antes da queda da monarquia, em 1888, por meio da Lei Áurea, de n. 3.353, houve a abolição da escravidão, sem a concessão de nenhum direito para a população que havia sido escravizada. Diante disso, o governo republicano intensificou a política iniciada durante o império, de atrair imigrantes com o principal objetivo de mão de obra e branqueamento da população brasileira. Tratava-se de imigrantes de diversas etnias, principalmente europeias: alemães, italianos, poloneses, e japoneses, em busca de novas oportunidades, atraídos pela propaganda do governo

brasileiro. Muitos se aventuraram ocupando regiões consideradas pelo governo como pouco povoadas, como a região sul. Porém, a maioria se concentrou em São Paulo, trabalhando nas lavouras de café, em substituição à mão de obra escravizada.

Uma grande parcela da população rural brasileira, que com a abolição da escravidão estava em situação de miserabilidade, ficou subjugada no campo, excluída dos interesses públicos, abandonada e largada a própria sorte. Em meio a essa situação, emergiram alguns conflitos como os já citados Canudos e Contestado, que embora regionais, evidenciavam a situação do campo e dos camponeses no Brasil naquele momento. Essa situação se agravará com o governo Vargas, em específico no período da ditadura do Estado Novo (1937-1945).

A partir de 1945, começaram a intensificar conflitos rurais pelo território brasileiro, envolvendo trabalhadores do campo, que lutavam por condições mais dignas de trabalho, pelo direito de acessar e permanecer na terra, entre outros motivos de reivindicações. Diferente do período que foi retratado anteriormente, as lutas camponesas passaram a ter uma unidade maior, seja por meio da criação de ligas, sindicatos, associações, assim, formando uma convergência entre os diversos trabalhadores rurais, tendo como principal centro de luta a reforma agrária.

1.2 Camponeses no Brasil: Breve Período Democrático (1945 a 1964)

O período que data de 1945 a 1964, foi marcado por uma nova e importante página da luta camponesa no Brasil. Nesse contexto, as palavras camponês e latifundiário ganharam um sentido político específico. Camponês se tornou uma categoria política, a partir da unidade das várias formas de lutas dos trabalhadores explorados no campo. Como a lutas dos meeiros, rendeiros, colonos, caipiras, posseiros, pequenos proprietários, entre outros. Em contraposição, fazendeiros, estancieiros e senhores de engenho passaram a ser denominados de latifundiários. Essas definições marcaram as lutas políticas.

Essas novas palavras – camponês e latifundiário – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classes e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas em uma concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição a povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico (MARTINS, 1981, p. 22).

Política e economicamente, o Brasil passava por novas configurações. Se consolidava uma burguesia industrial, com um relevante peso político, porém, as elites agrárias ainda mantinham um capital político importante, com isso, mantendo seus interesses intocados. No entanto, nesse contexto, emergia o debate sobre o retrocesso no setor agrícola, que implicava negativamente para o setor industrial que se desenvolvia. Existia uma preocupação de que o atraso desse setor significaria a falta de abastecimento de alimentos nos centros urbanos, que demandavam cada vez mais, devido ao crescimento do seu mercado interno. Logo, a questão fundiária poderia ser um entrave ao desenvolvimento nacional.

Conflitos envolvendo posseiros, arrendatários, foreiros, meeiros, parceiros, assalariados e moradores começaram a se intensificar, espalhando-se por vários pontos do Brasil, evidenciando os problemas no campo como a alta concentração de terra e renda, miserabilidade da população rural, ausência de direitos trabalhistas e de políticas públicas. Em todas essas revoltas havia algo em comum: a questão da terra.

Particularmente a partir dos anos 50, camponeses de várias regiões do país começaram a manifestar uma vontade política própria, rebelando-se de vários modos contra seus opressores, quebrando velhas cadeias, levando proprietários de terras aos tribunais para exigir o reparo de uma injustiça ou pagamento de uma indenização; organizando-se em ligas e sindicatos; exigindo do Estado uma política de reforma agrária; resistindo de vários modos a expulsões e despejos; erguendo barreiras e fechando estradas para obter melhores preços para seus produtos (MARTINS, 1981, p. 10).

Para os trabalhadores rurais das lavouras de café e de cana-de-açúcar, principalmente os do estado de São Paulo e Pernambuco, a ferramenta utilizada eram as greves e o acesso à justiça cobrando melhores condições de trabalho, sendo uma das principais formas de enfrentamento. Já os posseiros, muitos tiveram que recorrer ao conflito armado para resistir na posse de suas terras, mediante a tentativa de usurpação por parte dos grileiros de terra.

Os posseiros têm por característica o deslocamento para áreas de terras que ainda não foram povoadas para se estabelecerem. Roçam uma determinada área, suficiente para construir a casa para sua família e cultivar a terra. No entanto, com o avanço capitalista, muitas áreas que possuíam baixo valor de mercado (na qual estão os posseiros) e não despertavam interesse, por conta de certas configurações políticas, passaram a ser

valorizadas. Nesse contexto, emergiu uma categoria definida como grileiros. Pessoas/empresas que se utilizavam de títulos falsos de terra para requerer ilegalmente a área ocupada por outras pessoas.

Nessa conjuntura, intensificaram-se os conflitos de terra entre posseiros e grileiros. Para Martins “no processo de transformação da terra em propriedade privada e do capital em renda capitalizada, a seu modo, o grileiro substituiu o antigo traficante de escravos.” (2010, p. 58). Alguns desses conflitos mobilizaram uma grande parcela de camponeses, que resistiram a tentativa de expropriação de suas terras. Dentre eles, Porecatu no norte do Paraná, Baixada Fluminense no Rio de Janeiro, Formoso e Trombas no estado de Goiás, Revolta dos Posseiros no Sudoeste do Paraná.

Diferentemente dos períodos anteriores, nesse momento, passou a existir articulação dos conflitos locais que estouravam por diversos estados da federação, dando um caráter político às lutas camponesas. Destaca-se, com um papel importante nessas relações, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e as Ligas Camponesas, na organização dos camponeses. Cita-se que a Igreja Católica também disputou a organização dos camponeses, mas será tratado, especificamente, dos dois citados anteriormente.

Em 1955, em Pernambuco, na cidade de Vitória de Santo Antão, no Engenho da Galileia, nasceu a principal organização camponesa desse período. A Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP), que ficaria conhecida nacionalmente como Liga Camponesa, denominação dada pela imprensa com o objetivo de relacionar negativamente. O nome se consagrou, mas não como a imprensa gostaria. “Nem a campanha de imprensa nem os atos de terrorismo puderam isolar os camponeses da Galiléia, mas serviram, ao contrário, para despertar a curiosidade e o interesse de outros camponeses.” (JULIÃO, 2009, p. 279).

Nesse período, o cenário no Nordeste era de uma região que vivia a crise da cana-de-açúcar, com muitos proprietários de terras deixando de explorar essa planta e passando a arrendar suas terras. Os arrendatários, por meio da força de trabalho familiar, mantinham uma produção de subsistência e abastecimento do mercado interno. Desse valor levantado, uma parte tinha que cobrir o foro - pagamento da renda da terra. Porém, com uma nova valorização do açúcar, muitos proprietários expulsaram os foreiros de suas terras ou aumentaram substancialmente o valor do foro, tornando impossível o

pagamento, gerando conflitos que resultaram na criação da Liga Camponesa. (ANDRADE, 2009)

Com a criação da SAPP, o proprietário das terras pedia a expulsão dos camponeses das suas terras, assim como, passava a intimidá-los. Diante disso, por meio da orientação de José dos Prazeres, antigo membro do PCB, o grupo procurou apoio jurídico, com o advogado Francisco Julião. Naquele momento, deputado estadual pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) e que já tinha atuado em outros casos agrários envolvendo camponeses, portanto, interessou-se pela causa. Com a judicialização, o caso se arrastou com a disputa até 1959, quando a Assembleia Legislativa do estado de Pernambuco, com a sanção do Governador Cid Sampaio, desapropriou a área do conflito.

O clima existente, a partir de 1955, com a denúncia das condições do campesinato, reforça a ideia da marginalidade do Nordeste no processo de expansão do capitalismo e da necessidade de urgentes medidas para solucionar a situação, resulta na criação de espaço político propício às mobilizações camponesas e à emergência de suas reivindicações (BASTOS, 1984, p. 47).

A liga camponesa ganhou notoriedade e visibilidade, espalhando-se pelo Estado de Pernambuco e mais tarde ganhando o Nordeste e outras regiões, tornando-se um dos principais atores políticos ligados ao campesinato. No primeiro momento, em confluência com o PCB e depois com visões politicamente opostas. Em 1955 a associação realizou o I Congresso Camponês de Pernambuco, com a presença de 3 mil camponeses. A associação se organizou em torno de uma entidade de âmbito estadual, com José dos Prazeres como presidente, surgindo vários núcleos locais que seriam uma espécie de delegacia. “Para os camponeses são as delegacias que se constituem no cerne do movimento. São elas o seu espaço de atuação (BASTOS, 1984, p. 67).

As ligas se tornaram um núcleo ativo de mobilização camponesa. Marchas, passeatas, comícios, congressos como forma de atuação, além da política com Julião como deputado. Um dos principais núcleos de atuação das ligas era o de Sapé, na Paraíba, liderado por João Pedro Teixeira que viria a ser assassinado a mando de latifundiários. Episódio retratado no documentário “Cabra Marcado para Morrer”, de Eduardo Coutinho³. Entre as demandas das ligas se destacavam: o fim do cambão, barracão e o

³ O Documentário produzido por Eduardo Coutinho pretendia contar a história do líder camponês João Pedro Teixeira da liga de Sapé (PB), assassinado por jagunços a mando de latifundiários, recriando as cenas pelos próprios camponeses. No entanto, a produção foi paralisada por conta da repressão advinda do golpe

aumento abusivo dos valores do foro, sendo o principal ponto de pauta política das ligas a reforma agrária.

O PCB, na década de 1940, após um reposicionamento de suas estratégias, direcionou suas ações dando ênfase maior para as questões ligadas ao campo. O partido criou as Ligas Camponesas em diversas localidades, que eram uma espécie de associação, com o intuito de aproximar o partido das demandas dos camponeses. Nome que, mais tarde, seria ‘herdado’ pela SAPPP, conforme já apontado no texto. As ligas criadas pelo partido, apesar de cumprirem um papel importante quanto a organização dos camponeses, não tiveram uma longevidade. Com a cassação dos direitos políticos do PCB em 1947, entraram na ilegalidade, o que gerou uma forte repressão e perseguição na sua atuação política partidária, inviabilizando seu desenvolvimento.

Por ser posto novamente na ilegalidade, a visão do partido, apresentado no Manifesto de Janeiro, de 1947 e, depois, no Manifesto de Agosto, de 1950, era a de radicalizar, traçando como ideal uma revolução de base camponesa como meio de se alcançar o poder. Essa não era uma visão de todo o partido, mas foi preponderante naquele momento. Com essa estratégia, o PCB enviou integrantes para apoiar revoltas armadas, como a de Porecatu, no Paraná e Trombas e Formoso, no estado de Goiás, uma vez que enxergavam nelas um potencial revolucionário. No entanto, com a insatisfação de alguns pecebistas no *modus operandi* do partido e, corroborando com isso, as denúncias que foram noticiadas na Rússia em relação ao governo Stálin, fizeram com que fosse deixado de lado a estratégia de revolução armada, passando a adotar, em 1958, uma atuação estrita aos critérios de legalidade, por meio dos sindicatos e associações (SANDRIN, 2020).

Assim, o partido mantinha no horizonte a reforma agrária como objetivo fundamental, mas procurou, por meio da criação de sindicatos e associações, outras medidas mais pontuais como: a extensão dos direitos trabalhistas para toda a classe camponesa; a garantia de cumprimento dos direitos existentes para os assalariados rurais, como salário-mínimo, férias e entre outros direitos que não eram cumpridos, como por exemplo, a regulamentação das relações de arrendamento, o direito a sindicalização, a defesa nos despejos e a prestação de serviços jurídicos. Nesse ponto, existia uma disputa com a Igreja Católica. A Igreja, com receio do comunismo adentrar no campesinato,

militar de 1964. Dezessete anos depois ele retomou as filmagens, se detendo na trajetória de vida daqueles camponeses, durante o período militar, com um foco na história da viúva de João Pedro, Elizabeth Altino Teixeira, que viveu na clandestinidade desde o período do início da ditadura militar no Brasil.

passou a disputar esse espaço de organização dos camponeses por meio de sindicatos e associações.

O documento de 1958 significou uma postura de conciliação com a burguesia, pois os comunistas partiram da premissa que parte dessa classe social era contrária à dominação imperialista europeia. Portanto, como já apontado, a estratégia revolucionária foi abandonada e o partido adotou posturas reformistas, como a defesa do salário-mínimo e dos direitos dos trabalhadores, ao invés de incentivarem as lutas armadas (CRUZ, 2021, p. 415).

Na 2ª Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas (CNTA), realizada em 1954 e organizada pelo PCB, foi criada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), com o objetivo de organizar as lutas dos camponeses no campo por meio de associações e sindicatos. Devido à dificuldade na criação dos sindicatos rurais, as associações eram alternativas, visto que só necessitavam do registro em cartório para sua construção. Junto a isso, a ULTAB organizava cursos de formação, congressos, campanhas, greves e prestava orientação e assessoria jurídica aos trabalhadores do campo. Alguns anos depois seria dissolvida para a criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, em um ajuste da Igreja com o PCB.

Conforme retratado, nesse período haviam lutas no campo em praticamente todos Estados da federação, com conflitos armados no Paraná, Goiás e Rio de Janeiro; greves em São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco; surgimento e mobilização das ligas camponesas por diversos locais; ocupações de terra pelo Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) no estado do Rio Grande do Sul; ações do partido comunista, da Igreja Católica e do próprio Estado, o qual começava a se mobilizar em torno das demandas dos camponeses. Diante disso, em 1961, a ULTAB organizou o primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (CNLTA), na cidade de Belo Horizonte/MG, com o objetivo de reunir esse grupo heterogêneo de lideranças para debater em relação as demandas do campesinato. No CNLTA estiveram presentes várias lideranças de sindicatos, associações, movimentos, ligas, partidos políticos, sendo uma delas João Goulart, que era presidente da república. A presença de alguns atores políticos, principalmente, do presidente da república, demonstra a dimensão da força política que alcançavam as demandas que ecoavam do campo naquele momento. Muito se debateu nesse congresso, como os direitos trabalhistas, sindicalização, questões de arrendamento,

parceria e a emergência da reforma agrária. Para a professora Medeiros (1989), o CNLTA organizada em Belo Horizonte marcou o “reconhecimento social e político da categoria ‘camponês’, sintetizando um conjunto de forças heterogêneas que lutavam no campo” (MEDEIROS, 1989, p. 60).

Em que pese o tema da reforma agrária, existia um embate entre o PCB e as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião. O partido pecebista defendia uma aliança dos camponeses com a classe operária e burguesa, buscando a organização dos camponeses por meio de formação de sindicatos e associações e uma reforma agrária aliada a uma política desenvolvimentista. O partido enxergava que o caminho era se aliar a burguesia, em prol de uma reforma agrária dos latifúndios improdutivos em benefício do desenvolvimento capitalista. Em contrapartida, na visão das Ligas Camponesas lideradas por Julião, a reforma agrária deveria ser radical, na lei ou na marra, com o protagonismo dos camponeses, sem a necessidade de se construir alianças com a classe burguesa. Julião, inclusive, discordava de ficar lutando por medidas mais pontuais, como as questões de regularização de contratos de parceria e arrendamento, uma vez que com a reforma agrária a ideia era extinguir esse tipo de relação no campo (MEDEIROS, 1989)

A emergência e a força das demandas que repercutiam no campo, simbolizadas no congresso realizado em Belo Horizonte/MG, ecoavam vigorosamente no Governo Federal. João Goulart, que discursou no CNLTA, comprometeu-se com elas. “O Congresso de Belo Horizonte, com as dimensões que assumiu, tanto a nível de representatividade como de repercussão na conjuntura, foi uma demonstração de força dos trabalhadores rurais” (MEDEIROS, 1989, p. 62). Já existia uma pressão, não só do campo e dos camponeses, mas de outros setores, por um projeto de reforma agrária com o intuito de aumentar a produção e atender o mercado interno, que crescia com o processo de industrialização. Inclusive, era nesse setor, de uma burguesia industrial/comercial, que o PCB acreditava ser possível formar uma aliança. Em 1962, por meio de decreto foi regulamentada a estrutura sindical relativa ao campo, havendo uma explosão de criação e reconhecimento de sindicatos em todo o território nacional (COSTA, 1996), no ano seguinte, a criação da já mencionada CONTAG. Em 1963 é sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR), estendendo para os assalariados do campo os direitos dos trabalhadores urbanos, concedidos em 1943.

Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), com o objetivo de viabilizar a reforma agrária. Porém, Goulart encontrava forte resistência no

congresso, representado pela elite, para avançar com o plano de reforma. Em março de 1964, Goulart baixou o Decreto n. 53.700, que previa a desapropriação de terras ao longo das rodovias e ferrovias federais, localizadas em uma faixa de 10 quilômetros. Esse decreto foi anunciado para uma multidão de pessoas, no que ficou conhecido como comício da central, por ter sido realizado na Praça da República, situada em frente à estação da Central do Brasil no estado do Rio de Janeiro. Alguns dias depois, foi consolidado o golpe militar, que depôs o presidente e a democracia por 21 anos.

1.3 Camponeses no Brasil: da Ditadura Militar a Redemocratização

Com o golpe militar, o decreto baixado pelo presidente Goulart foi revogado e posto fim nos debates em torno da reforma agrária. No mesmo ano do golpe, o tão esperado Estatuto da Terra foi colocado para votação e aprovado rapidamente pelo congresso. De acordo com Martins (1981), a base do estatuto foi elaborada anos antes, pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que reunia, primeiramente, um grupo de empresários de São Paulo e do Rio de Janeiro, depois se estendeu para outras classes produtoras contra as reformas de base do governo de João Goulart. Mais tarde, o instituto ficaria conhecido pela sua participação no golpe de 1964.

A partir dessa base, o Estatuto da Terra foi elaborado e enviado pelo governo de Castelo Branco. Com isso, o governo militar colocava um ponto final nas discussões acerca da questão da reforma agrária no Brasil. O projeto conservador saía vitorioso mais uma vez. Com o estatuto, o governo militar procurou realizar, prioritariamente, projetos de colonização, levando famílias de uma área para outra, geralmente regiões pouco povoadas. As desapropriações de terras teriam o objetivo de resolver questões mais pontuais, como áreas marcadas por tensões sociais. Para Martins “O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira, uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos” (MARTINS, 1981, p. 96). Somente em último caso ocorreria a desapropriação de terras.

O campo brasileiro sempre foi marcado pela violência, como exemplo, os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), divulgados ano pós ano. Assim, a violência não começou e nem se encerrou com a ditadura militar. No entanto, com o golpe militar e a instalação do regime ditatorial no Brasil, existiu uma carta branca para os latifundiários/empresas, por meio dos seus capangas e do Estado, por meio da polícia de

perseguir, torturar e assassinar vários trabalhadores do campo. Com a forte repressão, membros das ligas camponesas foram perseguidos, presos, assassinados, exilados e a liga totalmente desarticulada. Assim como, outros movimentos, sindicatos e associações foram fechados e seus membros perseguidos. Os sindicatos que permaneceram sofreram o processo de intervenção militar, como foi o caso da CONTAG.

A militarização proporcionou diferentes e combinadas formas de violência contra os trabalhadores, como por exemplo, a violência privada, praticada pelo jagunço ou capanga contratado pelo fazendeiro, muitas vezes com o amparo da força pública. A violência da polícia, escorada na justiça desmoralizada, que decretou ações contra os trabalhadores, utilizando recursos dos grileiros e grandes empresários, defendendo claramente e tão somente os interesses dos latifundiários (FERNANDES, 2000, p. 44). O projeto da reforma agrária foi engavetado e o Estado, sabendo da condição arcaica do campo, passou a implantar o que ficou conhecido como modernização conservadora. Dessa forma, manteve a estrutura concentradora de terra das elites agrárias e investiu em sua modernização, com o objetivo de melhorar a produtividade e atender as demandas do mercado interno e externo. Para isso, o governo criou o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), com a concessão de fartos créditos subsidiados para grandes e médias propriedades, para a aquisição de máquinas agrícolas, fertilizantes, sementes e o fornecimento de assistência técnica com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Com isso, passou a existir uma maior integração da agricultura com a indústria, com um intenso desenvolvimento do capitalismo no campo.

Esse período histórico (1965-1980) se constituiu, com muita clareza, na idade de ouro de desenvolvimento de uma agricultura capitalista em integração com a economia industrial e urbana e com o setor externo, sob forte mediação financeira do setor público (DELGADO, 2001, p. 164).

A política adotada pelo governo militar contribuiu para o aumento da concentração de terra, êxodo rural, assalariamento, empobrecimento no campo, aglomeração nos centros urbanos, que como consequência resultaria na eclosão de diversos conflitos no campo, no período final da ditadura.

O retorno ao modelo político de governo de regime democrático poderia ser caracterizado com um gráfico em modelo de montanha russa (sobe e desce) nas lutas camponesas. No primeiro momento, abre espaço para que as demandas do campesinato

sejam colocadas na pauta política novamente. Assim, por meio das lutas camponesas houve avanços importantes em relação ao processo da criação de assentamentos de reforma agrária, com o assentamento de diversas famílias. Apesar de ser uma criação de assentamentos realizada em conta-gotas, sendo um pouco em cada governo, são conquistas de anos de lutas que precisam ser evidenciadas. No campo das políticas públicas, houve conquistas importantes tanto na área social quanto econômica. Porém, em um segundo momento, foi marcado pelo declínio que começou aos poucos e depois se aprofundou com a política de reforma agrária e o esvaziamento das políticas públicas voltadas para o campo, criadas no momento anterior.

1.4 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

No Brasil, a distribuição de terras por meio de uma reforma agrária nunca foi realizada. Por diversas vezes esteve em pauta política, sendo, ao final, contornada e engavetada. Porém, os camponeses seguem insistentemente se organizando e se mobilizando, criando e recriando formas de luta pela terra. Nos vários séculos de lutas camponesas pelo direito ao acesso à terra, um exemplo marcante que se constitui como referência na criação do MST são as áreas Macali e Brilhante, que compunham a fazenda Sarandi, região berço do MASTER, no Rio Grande do Sul, que mais de 20 anos depois, seria palco da gestação de outro movimento social camponês de luta pela terra, o MST. A memória dos camponeses por aquela terra prometida ainda estava viva. Como referência para esse item, discuto autores como Fernandes (2000) e Oliveira (2007), dentre outros.

A situação camponesa no meio rural, que já era precária antes do golpe militar, com a política de beneficiamento da ‘burguesia agrária’, conduzida pela ditadura militar, só asseverou ainda mais essa situação. “Não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço” (FERNANDES, 2000, p. 43). Ao longo do governo militar, vários conflitos localizados eclodiram no campo, que foram sendo resolvidos pontualmente pelos militares. No entanto, nos anos de 1970, os problemas no campo, como êxodo rural, miserabilidade e concentração de terra foram se acirrando. No dia 7 de setembro de 1979, um grupo de famílias romperam com esse ciclo e ocuparam a gleba Macali, pertencente a uma área da fazenda Sarandi, dando início àquilo que se convencionou chamar de processo de gestação do MST.

Ademais, a Igreja Católica, que foi um dos braços fortes de apoio do golpe militar, cumpriu um papel essencial na organização dos trabalhadores no campo. Após a Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada na cidade de Medellín, na Colômbia, em 1968 e depois em 1979, reforçada em uma nova conferência realizada em Puebla, no México, parte da igreja católica mudou sua orientação, buscando se aproximar e realizar um trabalho voltado para as necessidades das populações pobres do campo e da cidade. Fruto da reformulação, surgiu a teologia da libertação, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972 e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975.

Nas comunidades de base, as famílias refletiam sobre a necessidade de se organizarem e lutarem para enfrentar os processos de expropriação e expulsão que estavam vivendo. Os textos bíblicos eram as referências para se compreender as injustiças e tomarem atitudes que transformassem suas realidades (FERNANDES, 2000, p. 63).

Para os autores Stédile e Fernandes (2005):

Os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores discutiam com os camponeses a necessidade de eles se organizarem. A Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: 'Espera que tu terás terra no céu'. Pelo contrário, passou a dizer: 'Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra'. A CPT fez um trabalho muito importante de conscientização dos camponeses (STÉDILE, FERNANDES, 2005, p. 20).

O principal motivo que levou a retomada das ocupações no estado do Rio Grande do Sul se deu a partir da expulsão de camponeses das terras indígenas pelos povos Kaingang retomando seu território. Justamente por falta de acesso à terra, muitos camponeses, na década de 1960, foram direcionados para uma área limite com a reserva indígena.

Com os povos indígenas, cada vez mais, perdendo espaço, os conflitos se acirraram, ocasionando a organização dos povos Kaingang e a expulsão dos camponeses de suas terras. O processo violento da expropriação que assolou os camponeses e os povos indígenas acabou os colocando como inimigos.

No entanto, é importante salientar que ambos, cada qual com suas peculiaridades, sofriam as consequências da propriedade capitalista da terra. Parte dos camponeses expulsos ficaram sem um lugar para se estabelecer, vivendo de maneira precária. Alguns deles conseguiram abrigo em uma área da paróquia de Ronda Alta, coordenada pelo Padre

Arnildo, que era alinhado a nova orientação da Igreja Católica (teologia da libertação) e ajudou aquelas famílias a se organizarem para lutarem pelo pedaço de terra no próprio estado do Rio Grande do Sul, negando-se a se sujeitar aos projetos de colonização. Assim, os camponeses realizaram reuniões, assembleias e conseguiram agregar muitas famílias que se encontravam na mesma situação e que estavam dispostas a lutar por um pedaço de terra. Organizados, conseguiram uma reunião com o governador do Estado e pressionaram pela desapropriação das Glebas Macali e Brilhante. Diante disso, ouviram a promessa para aguardar uma reposta pelo prazo de 30 dias, o qual não foi cumprido e assim decidiram ocupar a área (FERNANDES, 2000).

Organizados e sem nada a perder, marcharam em direção a Gleba Macali, ocupando-a no dia 7 de setembro de 1979. No dia 25 de setembro, outro grupo de famílias ocupou a Gleba Brilhante. Assim, dava-se o retorno das ocupações de terra no Estado do Rio Grande do Sul, exatamente na mesma área que tinha sido palco de dois acampamentos por parte do MASTER, antes do período da ditadura. Os camponeses resistiram e conseguiram a desapropriação da área reivindicada. No entanto, a concentração de pessoas era maior do que o tamanho da área. Assim, muitos não conseguiram acessar a terra naquele momento. Diante disso, outras ocupações vieram. A mais emblemática no estado do Rio Grande do Sul foi a do acampamento da Encruzilhada Natalino.

A ocupação, que começou com poucas famílias, logo passou a contar com mais de 600 famílias acampadas em barracos de lona. Os acampados resistiram a todo tipo de ação realizada, inclusive a uma intervenção militar do exército, sob o comando do Major Curió, que era especialista nesse tipo de intervenção. Essa resistência foi fruto da organização dos camponeses. “A vitória dos acampados da Encruzilhada demarcou a história das lutas camponesas. Foi uma prova concreta de que a resistência e a persistência eram as armas que o modelo econômico e a política dos militares não puderam vencer” (FERNANDES, 2000, p. 59-60). Após a retirada do exército e a vitória dos acampados da Encruzilhada Natalino, ainda houve um período de intensa batalha para as famílias serem assentadas.

No estado de Santa Catarina, em 1980, foi realizada a primeira ocupação de terras de forma espontânea. Essa ocupação foi feita na fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê. Por conta da publicização do caso, outras famílias que estavam em situação semelhante ficaram sabendo e foram acampar nessa área. Com o apoio das Igrejas

Católica e Luterana, as famílias se organizaram e resistiram no local, conseguindo o decreto de desapropriação da área (FERNANDES, 2000).

No Paraná, com a construção da usina hidrelétrica de Itaipu, milhares de pessoas foram expropriadas de suas terras, recebendo indenizações irrisórias. Algumas famílias acabaram indo para projetos de colonizações em diferentes regiões e outras resolveram lutar pelo direito à terra no próprio local (FERNANDES, 2000). Também houve ocupações de terra em 1980, na fazenda da empresa Giacometti Marodim S.A., em Quedas do Iguaçu e Laranjeiras do Sul, com conflitos violentos entre camponeses sem-terra, polícia militar e milícia privada da empresa. Em 1984, foi ocupada a fazenda Mineira, em São Miguel do Iguaçu, sendo desapropriada no ano seguinte (FERNANDES, 2000).

No estado de São Paulo podemos considerar que os conflitos que mais são recordados são os do Pontal do Paranapanema, por conta dos vários confrontos entre camponeses e grileiros que aconteceram naquela região, transformando-a em um símbolo da luta pela reforma agrária. No entanto, o primeiro movimento de organização dos camponeses foi realizado na fazenda Primavera, em Castilho, na região de Andradina, em uma disputa por terras entre grileiros e posseiros, local em que os camponeses estavam sendo expulsos de suas terras e começaram a se organizar para defender o direito de posse, conseguindo a demarcação da área em 1980.

No Estado do Mato Grosso do Sul os camponeses eram usados para o processo de formação das fazendas e depois pastagem. Limpavam toda a área de mata, plantavam capim e eram expulsos da área, precisando migrar para outra localidade. Esse não era um processo rápido, então os camponeses se organizavam nessas localidades com suas famílias, plantavam para subsistência e comercializavam o excedente. Ao serem expropriados dessas áreas organizadas com base na força de seu trabalho, começaram resistir as expulsões com apoio da CPT e de alguns sindicatos (FERNANDES, 2000).

Nesse processo, houve ocupação de terras, conflitos com a polícia e jagunços, assassinatos de camponeses e muita resistência. Esses vários movimentos que eclodiram em diversos Estados, conforme retratado, nesse período final da ditadura (1979 -1984), descortinavam a situação dos camponeses, marcando um novo ciclo na luta pela terra no Brasil. “Em cada estado, os camponeses sem-terra criaram as condições necessárias para

a luta e conquista da terra. Essas lutas foram os primeiros momentos da vida do MST” (FERNANDES, 2000, p. 75).

Com o apoio da CPT, os camponeses passaram a se articular, socializando suas experiências nos diversos locais do território brasileiro, organizando encontros, reuniões e debates. Assim, organizaram-se e se fortaleceram para a construção da unificação dessas várias mobilizações que aconteciam pelo Brasil em só um movimento uniforme. Em janeiro de 1984 era fundado, no município de Cascavel/PR, o MST. Nessa data, estiveram presentes camponeses de diversos estados e entidades que apoiavam a luta dos camponeses. O MST nasceu com três objetivos principais definidos: lutar pela terra; lutar pela reforma agrária e; lutar por mudanças sociais no país (MST, 2022).

Pode-se observar na figura abaixo a foto do primeiro 1º Encontro Nacional dos camponeses, fundante do MST, em 1984.

Figura 1: Encontro Nacional de Fundação do MST – Cascavel/PR



Fonte: Democracia e Mundo do Trabalho em Debate

No ano de 1985, em Curitiba/PR foi realizado o primeiro Congresso do movimento, elegendo sua coordenação nacional. Nele foi definido a ocupação de terra como o principal instrumento de luta e tendo como lema norteador “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”.

Durante esse evento foi tomada a definição de que a nascente organização dos ‘sem-terra’ deveria se tornar um movimento de massas para conquistar terra e reforma agrária em todos os estados do país, mediante trabalho de base para organizar os trabalhadores, o fortalecimento da participação nos sindicatos e partidos políticos e o investimento na formação política, a fim de criar uma direção política composta pelos próprios trabalhadores. Instituído como lema de encerramento ‘Sem Terra não há democracia’, o Congresso também

estruturou a Coordenação Nacional do Movimento, com dois representantes de cada um dos doze estados presentes (LERRER, 2009, p. 134).

A partir da sua criação, o MST buscou se territorializar por outros Estados, principalmente para a região Nordeste, na qual concentrava o maior percentual de camponeses sem-terra. Hoje, faz-se presente em 24 estados, contando com mais de 400 mil famílias assentadas e outras tantas acampadas (MST, 2022). A territorialização foi realizada por meio do envio de militantes, que compunham o setor de frente de massas, para a organização dos camponeses em outros Estados. Oliveira (2007) afirma que para se compreender o MST é preciso entender o processo de acampamento-assentamento (OLIVEIRA, 2007). De fato, uma vez que os acampamentos se dão por meio das ocupações de terra, que foram o principal instrumento de luta do movimento durante muito tempo.

A partir do momento em que os camponeses sem-terra definem uma área para ocupar e montar um acampamento, estão demarcando uma área de luta. Assim, o acampamento representa uma luta por direitos e o assentamento uma conquista, uma vez que assentar é ter reconhecido esse direito por parte do Estado. “Na luta pela terra, acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos” (FERNANDES, 2000, p. 55). Com o envio de militantes do MST, os camponeses de outras regiões passaram a se organizar com foco nas ocupações de terras improdutivas. Dessa forma, o MST foi se territorializando por outros estados.

A ocupação de terra foi o principal meio de luta dos sem-terra vinculados ao MST, no entanto, não o único. Junto com as ocupações vieram as marchas, as vigílias, as manifestações, as greves, as ocupações de órgãos públicos, entre demais facetas, com o objetivo de pressionar o poder estatal. Assim como, a partir dos acampamentos e assentamentos passaram a surgir outras necessidades e o movimento soube pautar essas questões. Após o assentamento, a luta passou de ser pela conquista da terra para ser uma luta na terra. Estamos falando de homens, mulheres, idosos, jovens e crianças espalhados pelo Brasil, com questões sociais, econômicas e culturais diversas, que exigem soluções diversas. Isso ao longo do tempo direcionou e estruturou a organização política do movimento.

Nesse ponto, o MST começou a se engajar em outras lutas, como a criação de linhas de créditos, a partir do Estado, que fossem específicas para os camponeses, além da criação de associações e de cooperativas agroindustriais dos assentados, com foco na produção e comercialização. Assim como, a luta por investimento em educação, construindo escolas de educação básica no campo, de modo a auxiliar na formação política dos assentados. Também houve a organização do setor cultural através de música, dança, poema e teatro, simbolizados na própria mística. O setor de comunicação do movimento é responsável pelos próprios meios de comunicação e disputa com a mídia hegemônica por uma narrativa acerca do movimento. Além disso, existem outros setores como: saúde, gênero e direitos humanos. Hoje, uma das principais bandeiras políticas do movimento é a agroecologia, entendida como base de luta para a conquista da reforma agrária. Como ideal, a agroecologia é a produção de alimentos saudáveis, sem a utilização de insumos químicos e agrotóxicos, respeitando as pessoas e o meio ambiente, sendo um contraponto à forma de produção de agronegócio.

Atualmente, o MST possui quase 40 anos de história. Entre erros e acertos ao longo de sua trajetória, o movimento soube compreender a conjuntura de cada momento, traçar seus caminhos e se manter vivo na luta. Hoje, é o principal movimento social político do Brasil e um dos maiores da América Latina.

Entre governos de direita e esquerda ao longo de sua trajetória, a reforma agrária não saiu do papel. No entanto, se não fosse pela atuação dos movimentos sociais do campo, tendo no MST sua principal representação, os sindicatos e outras organizações sociais, a situação no meio rural seria muito mais crítica. Ao longo desses anos, diversas famílias foram assentadas, políticas públicas específicas, como a de crédito de comercialização e de educação para o campo foram conquistadas e o Estado precisou reconhecer politicamente essa categoria. A reforma agrária não veio, mas a marcha camponesa continua.

Em particular, é relevante ressaltar a contínua luta pelo acesso ao crédito, que constitui um elemento central na trajetória de luta dos camponeses mobilizados pelo MST e que atravessou múltiplas fases ao longo do tempo. O crédito é crucial na manutenção dos camponeses na terra, assim se constituído um elemento central de luta política de reforma agrária do MST ao longo desses anos.

1.5 Breve contexto das políticas de crédito voltadas para a agricultura de base familiar.

Ao longo da história, os camponeses têm enfrentado uma constante exclusão em relação às políticas públicas estatais. Todas as conquistas alcançadas resultaram da mobilização e das lutas empreendidas por eles mesmos. No que diz respeito às políticas de crédito, a situação não foi diferente.

Os primeiros recursos no Brasil destinados, especificamente, aos assentados da reforma agrária foram obtidos por meio do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL), no ano de 1985, e se deu a partir da organização e mobilização dos movimentos sociais, em especial os camponeses do estado do Rio Grande do Sul, que se encontravam mais articulados. Na época, foram liberados, por meio de recursos do FINSOCIAL, CR\$ 67,5 bilhões, destinados ao atendimento de diversos assentamentos no Brasil (CORDEIRO et al. 1991 apud PEREIRA, 2005, p. 37). O FINSOCIAL não era, especificamente, um programa de crédito criado pelo Estado para atender aos assentados da reforma agrária, mas sim uma alternativa que foi encontrada pelo governo para conter pontualmente a pressão dos movimentos sociais.

No de ano de 1986, foi criado o Programa de Crédito Espacial para Reforma Agrária (PROCERA), política específica de crédito para os assentados, gerida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo estruturado em linhas de investimento e custeio. O acesso de crédito por meio do PROCERA oportunizava aos assentados, minimamente, melhorarem sua infraestrutura, organizarem sua produção, realizando investimentos e diversificando-os, com garantia de acompanhamento e de prestação de assistência técnica, com isso, propiciando um aumento da produção, geração de renda e diminuição do êxodo rural que, conseqüentemente, contribuía no desenvolvimento econômico e social. Não visão de Bittencourt et al., (1998) o PROCERA:

Tem sido um grande potencializador e diferenciador dos assentamentos de reforma agrária. É através das diversas modalidades de créditos destinadas à reforma agrária que os assentados buscam estruturar minimamente suas propriedades, principalmente entre aqueles que não dispunham de nenhum instrumento de trabalho ao serem assentados (BITTENCOURT et al., 1998, p. 36).

O PROCERA não era um programa perfeito, possuía diversas deficiências, como insuficiência e demora na liberação dos recursos, entrave das instituições bancárias que realizavam a operacionalização dos recursos e falta de assistência técnica. No entanto,

com todas suas deficiências, era uma política de crédito específica de atendimento aos assentados.

No de ano de 1998 o PROCERA foi extinto, sendo incorporado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A incorporação desconsiderava o caráter diferenciado dos assentados, assim levando ao fim uma política de crédito específica, assim, em âmbito de PRONAF, passariam a disputar crédito com outros pequenos agricultores. Nesse sentido, ampliaram-se as dificuldades de acesso ao crédito pelos assentados, pois tiveram que disputar os recursos com outros agricultores.

O PRONAF foi criado no de 1996 e é considerado a primeira política de crédito de abrangência nacional para a agricultura de base familiar. A sua criação foi uma resposta do Estado mediante a pressão dos camponeses, principalmente via sindicato de trabalhadores rurais, que cobrava uma política de crédito específica para a agricultura camponesa, que se encontrava à margem das políticas de crédito institucional. Assim, ela foi elaborada com a finalidade de disponibilizar crédito de forma subsidiada para atividades como a de custeio e investimento, com o objetivo de contribuir no desenvolvimento sustentável, aumentando a capacidade produtiva, gerando emprego e renda para a agricultura de base familiar (SCHNEIDER; CAZELLA; MATTEI, 2021).

No entanto, o PRONAF foi concebido sob um modelo de política de crédito essencialmente voltado aos interesses do mercado, sem considerar as particularidades da produção camponesa. Ainda que, ao longo dos anos, tenha se tornado mais complexo e incorporado diversas categorias, visando atender às diferentes formas de produção no campo, o resultado concreto tem se mostrado insignificante. O PRONAF funciona eficazmente como política de crédito para atender a certo perfil de agricultor, associado à produção de *commodities* ligadas ao mercado. Nesse contexto, a incorporação dos assentados ao PRONAF e, conseqüentemente, a extinção do PROCERA representou uma derrota para os assentados, que anteriormente contavam com uma política de crédito específica para suas necessidades e hoje precisam competir por recursos financeiros com a produção voltada para atender aos interesses do mercado.

O PRONAF, nos seus quase 30 anos de existência, com pequenas variações, caracteriza-se por ser uma política de crédito concentradora de recursos em uma pequena parcela da agricultura de base familiar com maior poder aquisitivo, com uma parcela significativa dos seus valores distribuídos na região sul, mesmo com a maior parcela dos agricultores de base familiar localizados na região nordeste (RESENDE; MAFRA, 2016),

(AQUINO; GAZOLLA; SCHNEIDER, 2018), (WESZ JUNIOR, 2021). Acrescenta-se, que nos últimos anos, principalmente nos governos Temer/Bolsonaro, aumentaram as dificuldades de acesso ao crédito pelos agricultores que possuem pouco ou nada de recursos financeiros, os quais deveriam ser mais assistidos pela política de crédito. Nesse sentido, houve uma redução dos recursos do PRONAF que eram disponibilizados para as categorias de menor poder aquisitivo ou aqueles grupos que não estavam associadas a produção de *commodities*, como a soja e o milho ou a criação de bovinos para exportação (CMAP, 2020)

Há uma acentuada redução do número de contratos do PRONAF, com cada vez menos agricultores que compõe os grupos A, A/C, B (composto por assentados, grupos de menor renda bruta etc.) conseguindo acessar as linhas de crédito. Em contrapartida, existe um aumento do valor dos contratos direcionados para os agricultores com recursos financeiros que compõem o grupo V (grupo de renda bruta variável, possuem uma renda maior), que estão associados a produção de soja, milho, café e criação de gado. Dessa forma, tem havido uma transferência dos valores que antes chegavam até os agricultores de menos recursos, na forma de contratos mais robustos para os com mais recursos financeiros (CMAP, 2020)

Nos anos mais recentes, de 2013 a 2018, há uma queda significativa, passando de 2 milhões de contratos para pouco mais de um milhão. Vale dizer que o número de contratos de 2018 é o menor desde 2005. Outro dado pertinente é o valor médio dos contratos do PRONAF, que aumentou de maneira substantiva nos últimos anos, alcançando R\$ 20.163 em 2018, o maior valor já registrado (WESZ JUNIOR, 2021, p. 95)

Fazendo um recorte por estado, Conterato, Bráz e Rodrigues (2021) realizaram uma análise dos contratos do PRONAF em relação ao custeio no estado do Rio Grande do Sul, no período de 2013-2019, do qual apontaram que segue havendo uma sucessiva diminuição do número de contratos. Porém, houve um aumento significativo dos valores totais empenhados, com uma elevação do valor médio em 82,5% dos contratos no período analisado. Entre o período de 2015-2019, os financiamentos relacionados a soja obtiveram 40% dos contratos e 54% dos recursos direcionados dentro do programa. Ainda segundo os autores:

No ano de 2019 o volume de crédito de custeio agrícola contratado pelo PRONAF no Rio Grande do Sul destinado para soja, milho, trigo e arroz foi de 88,56%. Isso mostra que existe um dreno fortemente produtivista

dentro do programa, privilegiando o cultivo de *commodities* agrícolas. Há que tratar de maneira mais efetiva as razões que ‘forçam’ os agricultores familiares utilizarem o PRONAF para produzir insumos baratos para a indústria de alimentos (CONTERATO, BRÁZ, RODRIGUES, 2021, p. 205).

Em contraponto, as linhas do PRONAF relativas à reforma agrária (PRONAF A e A/C), no período de 2016-2019, foram praticamente paralisadas, conforme Tabela 1. Com a linha do grupo A tendo um decréscimo de 20% dos recursos e 17% dos contratos e a linha A/C não houve nenhuma operação nos anos de 2018 e 2019 (CMAP, 2020). Essa última, chegou a responder por 21% dos recursos no ano de 2000 (GRISA, BUCHWEITZ, WESZ JUNIOR, 2014). O aumento sucessivo do limite dos valores do enquadramento do PRONAF e a criação de linhas como o PRONAF Mais Alimentos, abarcou dentro do programa uma agricultura cada vez mais capitalizada, voltada para a especialização produtiva, que drena boa parte dos recursos disponibilizados via PRONAF.

Tabela 1: Número de Contratos PRONAF Reforma Agrária 2016-2019

Linhas / modalidades	2016		2017		2018		2019		Variação % (2016 a 2019)	
	Contratos	Recursos	Contratos	Recursos	Contratos	Recursos	Contratos	Recursos	Contratos	Recursos
Agroecologia	210	9.437,7	219	10.764,7	267	12.119,1	106	3.975,3	-49,5	-57,9
Agroindústria (inv.)	405	306.179,8	388	244.455,2	367	371.445,9	84	54.867,3	-79,3	-82,1
Agroindústria	258	691.721,0	292	593.041,8	390	896.943,6	148	395.592,1	-42,6	-42,8
Cotas partes	4	68.314,0	25	108.258,1	32	381.674,7	2	7.631,5	-50,0	-88,8
Custeio	573.517	14.947.158,5	549.728	14.997.666,5	495.347	14.487.342,1	440.016	14.341.835,9	-23,3	-4,0
Eco	462	20.388,4	488	32.280,9	2.085	156.888,5	2.071	148.048,1	348,3	626,1
Floresta	1.996	50.361,9	1.309	36.916,5	1.501	39.117,9	1.738	51.972,2	-12,9	3,2
Jovem	239	3.919,4	328	5.502,3	377	6.290,4	144	2.352,5	-39,7	-40,0
Mais Alimentos	190.093	10.350.741,2	176.697	9.605.937,9	187.626	10.452.449,1	164.755	9.915.423,0	-13,3	-4,2
Microcrédito (B)	532.418	2.370.298,8	571.687	2.703.804,3	559.627	2.859.416,3	514.567	2.569.860,8	-3,4	8,4
Mulher	2.287	71.598,2	2.583	48.240,3	3.618	59.211,9	2.387	29.718,0	4,4	-58,5
Produtivo orientado	3.967	15.040,7	1.233	4.151,6	0	0,0	0	0,0	-100,0	-100,0
Reforma agrária (A)	10.576	265.194,6	9.292	229.858,7	10.923	271.512,2	8.751	211.324,0	-17,3	-20,3
Reforma agrária (A/C)	1.385	38.306,1	346	9.571,9	0	0,0	0	0,0	-100,0	-100,0
Semiárido	12.770	244.319,6	14.340	279.278,7	13.698	261.627,0	10.423	192.622,3	-18,4	-21,2
Total	1.330.587	29.452.980,1	1.328.955	28.909.729,5	1.275.858	30.256.038,7	1.145.192	27.925.223,0	-13,9	-5,2

Fonte: BCB.

Fonte: CMAP, 2020.

Nessas quase três décadas, o PRONAF poderia ter se tornado uma importante política de dinamização produtiva, de geração de emprego e renda, com impactos positivos na diminuição da desigualdade no meio rural, melhorando as condições de vida

dos agricultores. De acordo com o estudo de Batista e Neder “uma elevação em 10% do crédito do PRONAF (Grupos A, B e A/C) tende a elevar a renda per capita domiciliar rural em 0,24% e a reduzir a desigualdade de renda em 0,36%” (2014, p. 159).

Estudos como os de Mattei (2005); Silva (2012) e; Rodrigues (2019) apontam efeitos positivos repercutidos no Produto Interno Bruto (PIB) Municipal, relacionado ao acesso de crédito via PRONAF pela agricultura de base familiar. Em contrapartida, o PRONAF se transformou em uma política de crédito auxiliar da agricultura patronal, direcionando cada vez mais recursos para uma agricultura de base familiar com poder aquisitivo e atrelada a produção de *commodities*, em face das linhas de diversificação produtiva e do acesso dos agricultores com menor poder aquisitivo.

A distorção da política de crédito via PRONAF tem uma de suas bases assentadas na sua forma de operacionalização, a qual é realizada por agentes financeiros como os bancos públicos e privados e as cooperativas de crédito, que são responsáveis pela análise da concessão ou não do financiamento para o agricultor. Os agentes financeiros possuem total discricionariedade em relação a liberação e direcionamento do crédito, o que faz com que os recursos sejam disponibilizados mais facilmente para aqueles agricultores que tenham contratos de maior valor agregado, que possuem melhores garantias, maior capacidade de pagamento, que estejam associados à uma produção voltada para o mercado que, na lógica bancária, é visualizado como um financiamento seguro e lucrativo.

Embora concebido como política social de incentivo à produção familiar, cujo desenho é sensível às condições socioeconômicas desse grupo específico, o PRONAF é, para os agentes financeiros que o operam, um produto bancário. Essa divergência parece implícita a todas as discussões que abordam as assimetrias distributivas do PRONAF ou o baixo efeito diversificador do crédito sobre a produção financiada. De fato, do ponto de vista estrito da lógica bancária, não constitui qualquer problema – é, antes, uma ‘solução’ econômica eficiente – que os recursos do PRONAF se concentrem no grupo dos agricultores mais capitalizados e em culturas específicas, ainda que tais condições impliquem desigualdades regionais ou comprometam a vocação da agricultura familiar à diversificação produtiva (CMAP, 2020, p. 86).

Conforme evidenciado, nos últimos anos os assentados compõem o grupo dos camponeses que menos conseguiram ter acesso a crédito por meio das políticas de Estado. Fica evidente, que a dificuldade de acesso aos recursos disponibilizados pelo PRONAF

não significa falta de dinheiro do programa, mas sobretudo, a forma que se encontra a política, que não tem como objetivo atender essas famílias.

Conforme relatório elaborado pelo Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (2020), constatou-se que o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) não realizou nenhum estudo, acompanhamento ou avaliação em relação ao PRONAF e seus efeitos, tampouco implementou indicadores para monitorar e avaliar sua efetividade. Esse cenário evidencia o completo descaso e desinteresse do Estado com uma política de crédito capaz de atender às necessidades das famílias camponesas.

A criação do FINAPOPOP se insere no âmbito dessas lutas pelo acesso ao crédito por parte dos camponeses. Na ausência de políticas públicas estatais efetivas, o movimento busca alternativas para viabilizar o financiamento dos assentados, representando uma estratégia de resistência para assegurar sua permanência nas terras conquistadas. A configuração do FINAPOPOP, buscando captar recursos no mercado de capitais, é uma novidade nesse contexto, embora a busca por meios alternativos de financiamento para os assentados pelo MST já fosse uma prática recorrente na atuação do movimento. Nesse sentido, cita-se a própria criação da Cooperativa de Crédito dos Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária (CREHNOR), no de 1996, com o intuito de levar crédito financiando as atividades camponesas, que era de difícil acesso a grandes parcelas de assentados por meio de cooperativas e bancos tradicionais.

Atualmente, o MST, através do FINAPOPOP, e a cooperativa CREHNOR, estabelecem parcerias com o objetivo de viabilizar crédito destinado às cooperativas ligadas à reforma agrária. Dessa maneira, tanto a CREHNOR, fundada há quase três décadas, quanto o recentemente criado FINAPOPOP, integram o rol de alternativas desenvolvidas pelos camponeses para transpor os obstáculos derivados da falta de apoio estatal na provisão de crédito voltado às atividades camponesas, especialmente para os assentados da reforma agrária.

1.6 Camponeses no Brasil: Retorno à Democracia

No final dos anos de 1970 e começo de 1980, caminhando para o final da ditadura militar, foi um período de forte ebulição social, marcado por inúmeras tensões que se seguiram ao longo dos anos, culminando no nascimento e ascensão de importantes movimentos sociais do campo e da cidade, que com a derrocada do governo militar conquistaram cada vez mais espaço para suas reivindicações. “Eles foram vistos, então,

pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas” (SADER, 1995, p. 26-27). Emergiram grandes greves, como na região canavieira de Pernambuco, que mobilizou diversos trabalhadores rurais. A luta dos seringueiros, devido a devastação dos seus territórios, inviabilizando sua reprodução social. A luta dos atingidos por barragens, que por conta da construção de grandes obras para a geração de energia como a Itaipu no Paraná, expropriavam centenas de famílias, o que, mais tarde, culminaria na criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). A luta dos camponeses expropriados do direito à terra que passaram a ocupar propriedades improdutivas exigindo acesso à terra, atuando de forma parecida com o antigo MASTER, se desdobraria na criação do MST. Houve também a reorganização da própria CONTAG, que continuou existindo na ditadura, mas com atuação limitada devido à intervenção sofrida. Foi um período marcado por lutas com problemáticas anteriores ao golpe militar, mas também por incorporações de novas questões sociais, políticas e econômicas.

Os movimentos sociais foram um dos elementos da transição política ocorrida entre 1978 e 1985. Eles expressaram tendências profundas na sociedade, assinalavam a perda de sustentação do sistema político instituído. Expressavam a enorme distância existente entre os mecanismos políticos instituídos e as formas de vida social. Mas foram mais do que isso: foram fatores que aceleraram essa crise e que apontaram um sentido para a transformação social. Havia neles a promessa de uma radical renovação da vida política (SADER, 1995, p. 313).

Dentro de uma conjuntura de governo democrático, foi aberto um espaço de diálogo com essas organizações, até como uma forma de arrefecer os embates que estavam acontecendo no campo, “com o processo de redemocratização no Brasil, em meados dos anos de 1980, abriram oportunidades para os movimentos sociais e sindicais vinculados aos trabalhadores rurais se reorganizarem e pautarem a construção de políticas públicas ao Estado” (GRISSA, et al., 2017, p. 20). Com a pressão social dos camponeses, a partir das mobilizações e ocupações de terra, exigindo reforma agrária, a nova república nascia pressionada por essa pauta.

Assim, a reforma agrária foi tratada como um dos temas prioritários do Governo Sarney (1985-90), o qual lançou o I Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, com a previsão de assentamento de 1.400.000 famílias e a criação do Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (PROCERA). No entanto, também foi criado um movimento composto por ruralistas de contrarreforma agrária, personificado na criação

da União Democrática Ruralista (UDR), que atuou fortemente para que o I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) não fosse implementado, assim como para que uma legislação de reforma agrária ampla não fosse contemplada na constituição nascente de 1988. Como resultado, poucas famílias foram assentadas, no comparativo com a previsão do I PNRA, e a constituinte de 1988 não contemplou um projeto de reforma agrária amplo e irrestrito, demonstrando a força e poder político dos latifundiários mais uma vez (OLIVEIRA, 2007). Porém, é preciso considerar que houve alguns avanços com o assentamento de algumas famílias, assim como os movimentos camponeses se colocavam como uma voz importante no campo político brasileiro.

No decorrer do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003), por meio das mobilizações dos sindicatos rurais, deu-se início ao movimento “Grito da Terra”, em 1994, que foi uma organização dos trabalhadores rurais cobrando ações do Estado para os camponeses, que resultou na criação do PRONAF, em 1996, primeiro programa de crédito amplo e específico destinado para os camponeses, que mais tarde iria incorporar o PROCERA. A criação do PRONAF “marcou o reconhecimento político e institucional do Estado à categoria social e, igualmente, o reconhecimento do caráter dual da agricultura nacional” (GRISSA, et al., 2017, p. 23). Em 1999, um marco político importante foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), uma secretaria específica para gerir as políticas voltadas para a agricultura camponesa. Assim, no decorrer dos anos outras políticas foram sendo criadas.

Elucida essa trajetória a institucionalização, em 1999, do MDA e da Secretaria Nacional da Agricultura Familiar – que passaram a ser os responsáveis pela execução do PRONAF; a criação do Seguro da Agricultura Familiar (SEAF) e do Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar (PGPAF), diretamente vinculados ao PRONAF; a emergência de um amplo conjunto de políticas públicas a partir de 2003; e a definição da Lei da Agricultura Familiar (Lei n. 11.326), em 2006, que delimita conceitualmente a agricultura familiar (em grande medida inspirada na definição dada pelo PRONAF) e delineia diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura e Empreendimentos Familiares Rurais (GRISSA, et al., 2017, p. 22).

Ao que pese a questão da reforma agrária no governo FHC, houve uma forte pressão social do MST, realizando diversas ocupações, marchas, cobrando uma política concreta de reforma agrária e ocasionando embates com o governo. A pressão dos camponeses gerou resultados, houve avanço significativo do número de assentamentos realizados se comparado aos governos anteriores, mas sendo mais da metade na região amazônica. Em contrapartida, o governo FHC ficou marcado pela violência institucional

contra os camponeses, com os massacres de Corumbiara, em Rondônia e Eldorado do Carajás, no Pará, além da tentativa de criminalização das ações do movimento sem-terra. (OLIVEIRA, 2007).

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), havia uma grande expectativa dos movimentos sociais do campo em torno da realização de uma verdadeira reforma agrária, além de outras políticas públicas importantes para o campesinato. Ele era fruto dos movimentos sociais surgidos no final do período da ditadura militar. Foi um combativo líder sindical naquele período, sendo um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que dialogava diretamente com a ala progressista da Igreja Católica, com os movimentos sociais do campo e da cidade, com os sindicatos e demais organizações sociais. Essa relação intrínseca com esses organismos, contribuiu decisivamente na sua eleição no ano de 2002.

O governo Lula representou um novo marco na criação das políticas públicas sociais no Brasil, uma vez que, reconfigurou todo o cenário de produção, abrindo espaço para as demandas populares. Com essa abertura, os movimentos sociais, sindicatos e organizações do campo conseguiram avançar em pautas importantes e que impactaram, direta e indiretamente, o campesinato e, conseqüentemente, a sociedade. Tão logo foi criado o programa de combate à fome, Fome Zero, reativado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), criado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa de Cisternas, o Luz para Todos (LPT), alterado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), determinando que no mínimo 30% do valor repassado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) seria destinado para compras da agricultura familiar, foi reformulado o PRONAF, diversificando mais suas categorias e aumentado a quantidade de recursos disponíveis. Muitos desses programas já eram debatidos nos municípios e estados pela sociedade civil e se concretizaram por meio do diálogo do governo com esses atores.

A interação entre governo de centro-esquerda, burocracia estatal e sociedade civil organizada qualificaram e deram legitimidade para estruturar capacidades institucionais, democráticas e financeiras para o desenvolvimento rural que se expressaram em um acelerado processo de geração de inovações nas políticas públicas (GRISSA, et al., 2017, p. 30-31).

No começo do seu mandato, Lula lançou o II PNRA, demonstrando que avançaria nesse sentido como esperado pelos movimentos sociais do campo, que inclusive

aumentaram o percentual de ocupações de terra. Porém, a reforma agrária como era esperada e prometida no seu governo, não foi realizada. Apesar de ostentar o posto de governo que fez o maior percentual de reforma agrária no Brasil, os números informados são contestados por pesquisadores como Oliveira (2007), que apontou que o INCRA inflou os dados divulgados do II PNRA, misturando as metas de assentamentos novos, com a regularização e reordenação fundiária, assim levando a uma falsa compreensão. No MST também houve um descontamento com o direcionamento da política de reforma agrária adotada pelo PT no governo Lula (ARRUDA, MACEDO, 2022) inclusive ocasionando desmobilização em torno das ocupações de terra no segundo mandato. Com o fim do II PNRA, o governo não lançou um novo plano, renunciando a um projeto concreto de reforma agrária.

[...] muitas alterações de natureza política interferiram nas ações do governo LULA e ele, não só não cumpriu essas metas como, no segundo mandato, abandonou a política de reforma agrária e passou adotar deliberadamente uma política de contrarreforma agrária, destinando terras públicas, constitucionalmente terras da reforma agrária, para os latifundiários que às ocupam ilegalmente (os grileiros). (OLIVEIRA, 2011, p. 2)

O governo Dilma Rousseff (2011-2016) deu sequência as políticas adotadas pelo período Lula, no entanto, não havia a mesma aproximação com os movimentos sociais, principalmente do campo. Ao que pese a questão da reforma agrária, não era uma temática considerada fundamental nas políticas adotadas por Dilma, que acreditava que era necessário melhorar as condições dos assentados, ao invés de investir em desapropriação de terra para assentar mais pessoas. Assim, a reforma agrária, na gestão Dilma, foi praticamente abandonada, sendo um dos governos, até aquele momento, com os piores números de desapropriação de terra e criação de assentamentos desde a redemocratização. Diante da crise econômica instalada no final do primeiro mandato do seu governo, as políticas públicas como PAA e a de Cisterna, sofreram sucessivos cortes de orçamento. No segundo período de Dilma, com o andamento de um golpe político travestido em um processo de *impeachment*, o governo renunciou a qualquer política social, econômica e ambiental, voltada para demandas populares, na tentativa de se salvar, o que foi sem sucesso.

Michel Temer assumiu a presidência (2016-2018) com a retirada de Dilma. Antes mesmo da conclusão do processo de *impeachment*, entidades ligadas ao agronegócio,

como Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Instituto Pensar Agropecuária (IPA), Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), Confederação Nacional de Agricultura (CNA) se reuniram com o até então, vice-presidente, Michel Temer, e discutiram qual deveria ser a linha do novo governo (POMPEIA, 2021). Um dos temas dessa pauta, era justamente cortar as políticas diferenciadas para a agricultura camponesa. Tanto é que um dos primeiros atos após o afastamento da presidenta Dilma, foi a extinção do MDA, que era um símbolo das conquistas das políticas públicas da agricultura camponesa e era responsável pela coordenação de boa parte dessas políticas.

Assim que assumiu o governo como presidente interino, no dia 12 de maio de 2016, Temer extinguiu, por meio de Medida Provisória, o MDA – uma primeira reação à carta. Por depois, a CNA e entidades do IPA se aliaram para legitimar o presidente interino com o *Manifesto de confiança ao governo brasileiro* (POMPEIA, 2021, p. 306).

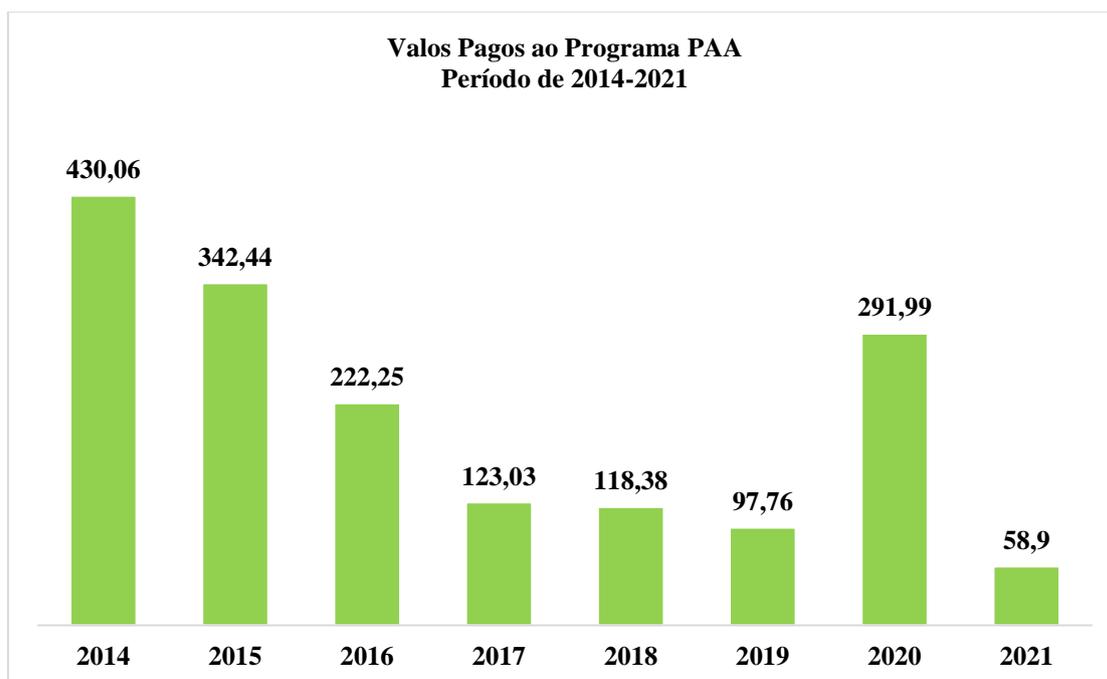
A base do governo Michel Temer foi desenhada em um programa chamado “Uma Ponte para o Futuro”, o qual possuía o objetivo de cortar recursos de políticas públicas, acabar com os direitos sociais, eliminar demarcação de terras e os projetos de reforma agrária, assim, abrir caminho de vez para o agronegócio comandar as diretrizes políticas de Estado. Temer pavimentou o projeto de governo que viria ser adotado pelo próximo presidente.

O governo de Jair Bolsonaro (2018-2023), eleito e sustentado por um forte apoio do agronegócio, caracterizou-se por um cenário de terra arrasada quanto as políticas públicas destinadas aos camponeses. Grande parte das conquistas de anos foram desmanteladas em um período curtíssimo. Seja por reduções drásticas de orçamento, extinção de ministérios, realocação de pasta e de servidores e o extermínio total de algumas políticas.

Um dos primeiros atos do novo presidente foi extinguir o CONSEA (MELITO, 2020), assim desarticulando as políticas de segurança alimentar e nutricional. O programa PAA (ALVES, 2022) diminuiu ano após ano os recursos direcionados no orçamento público e foi praticamente inexistente no governo Bolsonaro. Em seu orçamento, no período de 2014-2021, houve uma redução de 86,5% nos valores repassados para os agricultores, decaindo de R\$ 430,06 milhões no ano de 2014 para R\$ 58,9 milhões no ano de 2021, com uma exceção do ano de 2020, que recebeu um acréscimo por conta da pandemia. No segundo semestre de 2021 o programa mudou de nome e estrutura por meio

de uma medida provisória, passando a ser denominado de “Alimenta Brasil”. Para o ano de 2023, o orçamento programado pelo governo Bolsonaro para o Alimenta Brasil foi de apenas R\$ 2,6 milhões (CASADO, MADEIRO, 2022). Como exemplificativo, o Gráfico 2 apresenta os valores gastos efetivamente com o programa PAA no período de 2014 a 2021.

Gráfico 2: Valores gastos com o programa PAA no período de 2014-2021



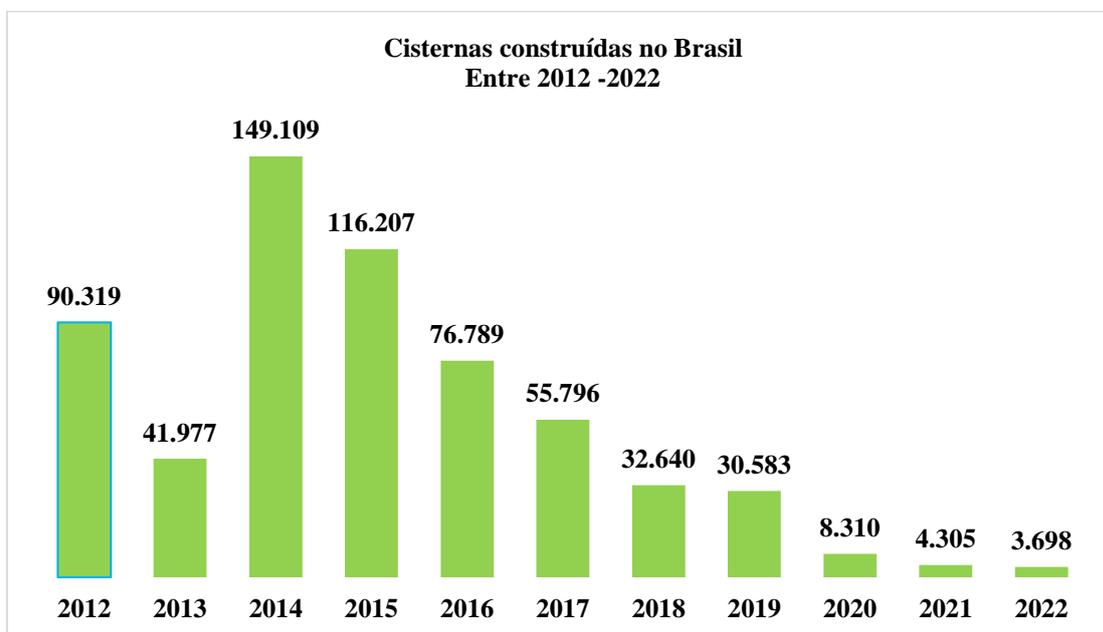
Fonte: Retirado do portal Uol⁴

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), uma das responsáveis pela operacionalização do PAA e regulação dos estoques públicos de alimentos, foi desestruturada, com demissão de funcionários, fechamento e venda de estruturas e consequentemente a redução drástica de estoques públicos de alimentos estratégicos para o país (PERES, ZOCCHIO, MATIOLI, 2021). O PNAE continuou sendo operacionalizado, mas enfrentou dificuldades recorrentes no seu cumprimento, por falta de comprometimento por parte dos prefeitos, governadores e do governo federal, principalmente os aliados ideologicamente ao presidente (PETRIN, 2021). O Programa Cisternas, também perdeu força, sendo basicamente ignorado dentro do orçamento público nos últimos anos (MELITO, 2020). No ano de 2022, segundo Ministério da Assistência e Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, foram construídas

⁴ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/06/06/com-escalada-de-fome-no-brasil-governo-destroi-programa-alimentar.htm>. Acesso em: 20 jul. 2023.

3.698 cisternas apenas, menor percentual desde o início do programa (MADEIRO, 2023). Sendo irrelevante os números construídos nos anos de 2020, 2021, conforme pode ser observado no Gráfico 3.

Gráfico 3: Número de cisternas construídas no período de 2004-2022



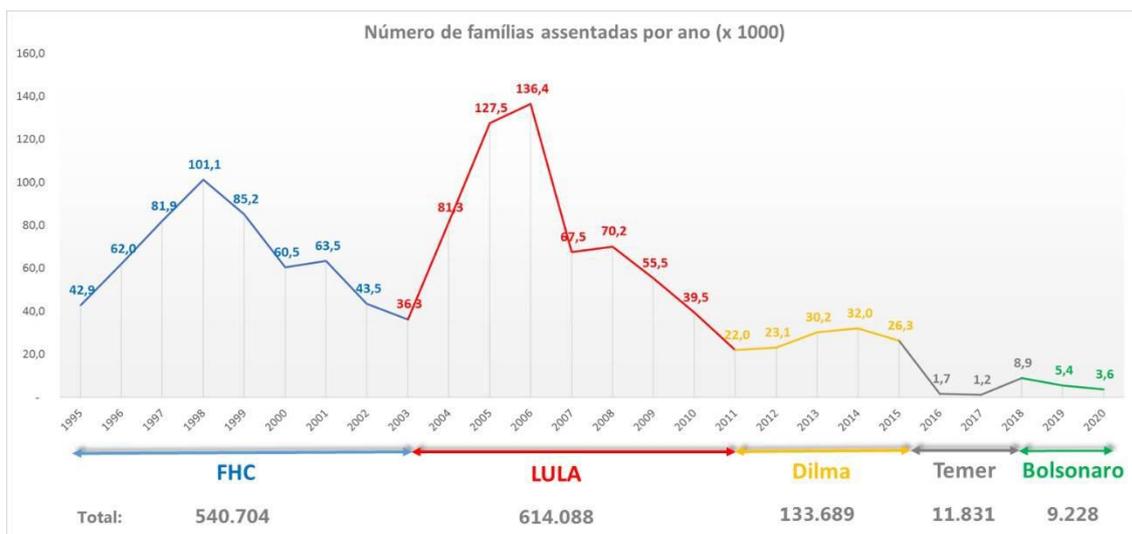
Fonte: Retirado do portal Uol⁵ - adaptado pelo autor.

Os recursos do INCRA foram cortados, paralisando por completo a reforma agrária, as demarcações de terras indígenas e quilombolas (GONZAGA, 2021). O número de assentamentos rurais foi praticamente zerado, caindo drasticamente o número de famílias assentadas nos últimos anos, conforme pode ser observado no Gráfico 4⁶.

⁵ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2023/01/29/programa-cisternas-tem-pior-resultado-em-2022-e-gera-fila-de-espera-none.htm?fbclid=IwAR3m9WpDAAtfUXzHoZ8uKbKvOHBnKPv9jHK1O-Udg7xUow3UoVeFZ49JyXd8>. Acesso em: 20 jul. 2023.

⁶ O número do Gráfico 4 não se refere somente assentamentos novos, mas um computo geral realizado pelo Governo, o qual considerada (assentamentos novos, regularização fundiária, reordenação fundiária etc.) como se fosse todos os dados de assentados de reforma agrária, quando não o são.

Gráfico 4: Número de famílias assentadas por Governo 1995-2020

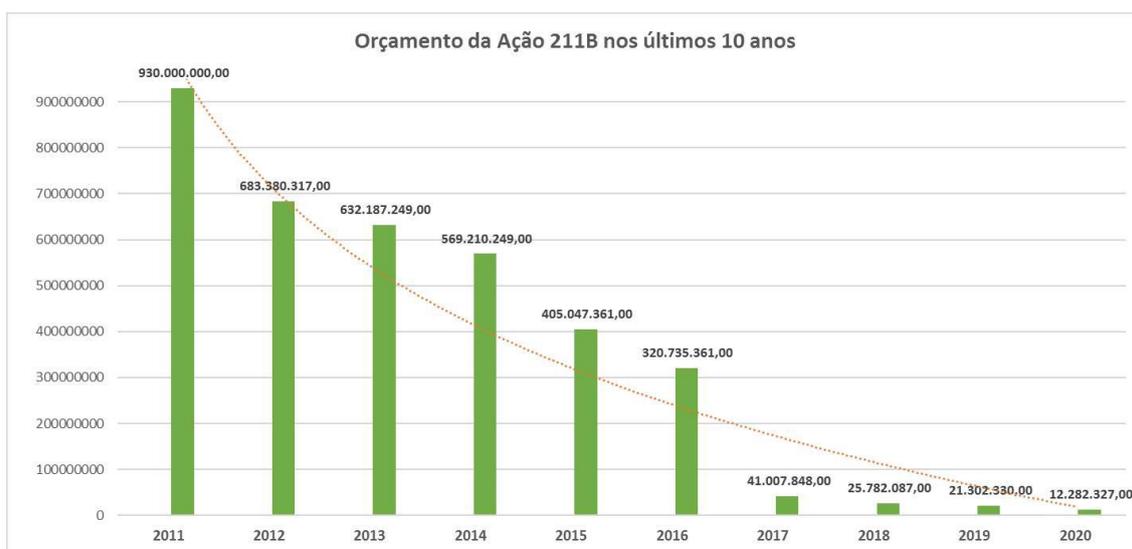


Fonte: Nota técnica enviada pelo INCRA ao STF, em 9 de fevereiro de 2021 e governo federal⁷

O orçamento para a aquisição de terras foi reduzido drasticamente, assim, vários projetos de desapropriação de terras em andamento foram paralisados (BRAGON, HOLANDA, 2022), conforme pode ser observado no Gráfico 5 de orçamento da ação 211B, o qual se refere aquisição de Terras. Como fecho, o secretário de assuntos fundiários do governo Bolsonaro foi Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), latifundiário e representante da classe, totalmente avesso aos movimentos camponeses e a reforma agrária.

⁷ Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2021/02/incra-documento-STF-.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Gráfico 5: Orçamento da Ação 211-B – Aquisição de Terras 2011-2020



Fonte: Nota técnica enviada pelo INCRA ao STF, em 9 de fevereiro de 2021 e governo federal⁸

A educação no campo, por meio do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), foi desarticulada. O Ministério do Meio Ambiente completamente desvirtuado de suas funções, inclusive, tendo na figura do seu ex-ministro, Ricardo Salles, investigações em esquema de contrabando de madeira ilegal (ALVES, 2021). A decorrência foi o aumento na violência e assassinatos no campo, invasões de terras indígenas (FONSECA, DOMENICI, 2021), aumento do desmatamento (BERNARDES, 2021) e a fome (GUEDES, 2022).

Como resumo, aquele espaço da construção das políticas públicas conquistado pelos movimentos sociais, sindicatos, organizações não governamentais, ativistas, intelectuais e universidades, foi extinto ou reduzido a quase zero, juntamente com as políticas para esses setores. O crescimento e o fortalecimento do setor do agronegócio na gestão Lula, apesar de bem conciliado naquele período, seria o ovo da serpente na derrubada do governo Dilma e na conseqüente eleição do governo Bolsonaro mais à frente, submisso as pautas do agronegócio.

Diante do atual cenário, o MST segue organizado, com a estratégia de compreensão do cenário e acúmulo de forças internamente. No contexto da pandemia da COVID-19, que abalou o mundo e em conjunto com o desmantelamento das políticas públicas do governo Bolsonaro na área de soberania alimentar, o Brasil voltou ao mapa da fome. O MST teve (e permanece efetuando) um grande exemplo de humanidade e

⁸ Ibidem.

solidariedade com uma agenda nacional contra a fome. Os militantes estão percorrendo o Brasil, dividindo suas produções de alimentos, fortalecendo a produção agroecológica e demonstrando que mais importante do que o lucro, é a luta pela vida digna para todos e todas. Desde o início da pandemia o MST já doou mais de 7 mil toneladas (MST, 2022) de alimentos e mais de 1 milhão de marmitas (MST, 2022).

CAPÍTULO 2

A LUTA PELA TERRA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL E A CRIAÇÃO DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA

Introdução

Nesse capítulo será discutido como surgiu a questão agrária no estado do Rio Grande do Sul, que contou com vários grupos sociais e em todos eles, o camponês que esteve excluído do direito à terra. Assim como no cenário nacional, o resultado da concentração de terra e renda gerou uma parcela de pessoas pobres, sem-terra e sem perspectiva no campo, mas que, por meio da organização, vincularam-se em sindicatos, associações e principalmente em torno do movimento camponês MASTER, lutando pelo direito de acessar e permanecer na terra. A organização dos camponeses em torno do MASTER gerou conquistas de terra importantes, mas o movimento teve vida curta, em decorrência do golpe militar e repressão que se deu sobre todo movimento camponês.

Porém, anos mais tarde a memória do MASTER e de outros movimentos camponeses do Brasil resultaria na criação do já tratado em capítulo anterior, MST, que é fruto de todo o processo histórico o qual deu continuidade às lutas anteriores e agregou novos contornos ao processo de luta pela terra no Brasil. Um desses contornos da criação do MST, é a ocupação de terra e criação de acampamentos, que se tornam assentamentos de reforma agrária com a conquista definitiva daquela terra. Por meio da organização dos camponeses foi possível o assentamento de diversas famílias ao longo dos anos em todo o território brasileiro.

Assim, nesse capítulo será evidenciado a construção e importância dos assentamentos na luta pela terra. Em específico, o processo de luta e conquista da terra do assentamento Capela, localizado na região metropolitana de Porto Alegre/RS, que foi um dos assentamentos conquistados por meio do processo de ocupação/acampamentos de diversas famílias camponesas, organizadas pelo MST do Rio Grande do Sul.

2.1 Questão Agrária no Rio Grande do Sul: da Colonização ao MST

É imprescindível entender como se deu o processo de apropriação da terra ao longo do tempo, para a compreensão da estrutura fundiária atual do Rio Grande do Sul. Como referencial serão utilizados os autores como: Thomas (1976); Freitas, Konzen (1983); Mantelli (2006); Eckert (2009); dentre outros.

O Estado do Rio Grande do Sul foi colonizado por povos europeus em etapas. Os primeiros registros da presença europeia datam do século XVII, realizado por incursões jesuítas, que por meio dos missionários reuniam os povos indígenas em reduções, com a intenção de catequizá-los. Assim como, inseri-los em atividades de pastoril, sendo introduzido nesse momento o gado, que iria dominar a atividade econômica do Estado anos mais tarde (THOMAS, 1976).

No final do século XVII, o descobrimento de rebanhos de gado espalhados pelos campos foi resultante dos ataques dos bandeirantes às reduções, conjuntamente com a exploração de minério em Minas Gerais, que passou a demandar uma maior produção de alimentos para atender o contingente populacional nas atividades minerais, que impulsionou o deslocamento de famílias para o território do Rio Grande do Sul. Por meio das primeiras concessões de sesmarias, começou a serem formadas as primeiras estâncias. Com o objetivo de proteger o território, a coroa portuguesa também deslocou militares, criando uma espécie de Forte, constituindo o primeiro posto oficial da coroa no Estado. Desta forma, o território gaúcho cresceu com uma farta distribuição de terras, constituindo-se em um espaço marcado por propriedades com grandes extensões de terras, denominadas de estâncias, com mão de obra escrava, fundadas economicamente na pecuária extensiva, por meio do fornecimento, principalmente, do charque (THOMAS, 1976); (FREITAS, KONZEN, 1983).

O crescimento da produção e a valorização do charque reestruturaram o setor agrário do Rio Grande do Sul: houve uma corrida para a obtenção de sesmarias e essa atividade introduziu a mão de obra escrava e, internamente, formou uma classe concentradora de terras (MANTELLI, 2006, p. 273).

Complementarmente, a coroa portuguesa tentou, no primeiro momento, desenvolver atividades voltadas para a lavoura em pequenas propriedades, buscando famílias de açorianos para atuar na pecuária. No entanto, os açorianos não conseguiram desenvolver tais atividades (THOMAS, 1976); (FREITAS, KONZEN, 1983).

Anos depois, como parte de uma política imigratória do Governo Imperial, desembarcaram no Rio Grande do Sul, em 1824, um contingente de imigrantes alemães. O objetivo do governo era povoar áreas consideradas desabitadas para a formação de colônias que se constituíssem em determinado espaço, povoando e produzindo gêneros alimentícios para o abastecimento do mercado interno. Esses imigrantes vieram

subsidiados pelo Governo imperial, recebendo pedaços de terras e outras benesses. A região na qual foram instalados era de mata, com isso foi preciso abrir clareiras para a constituição de suas casas e lavouras. Mesmo diante das dificuldades encontradas, os imigrantes alemães prosperaram, formando várias colônias ao longo dos anos.

Em 1875, deu-se início a um novo movimento migratório, dessa vez com imigrantes italianos. Um grande contingente de italianos desembarcou no território gaúcho, com os mesmos objetivos dos imigrantes alemães. Essas populações de imigrantes ocuparam áreas localizadas, principalmente, na região nordeste do Estado, mas também ao norte. A ocupação da região norte vai ser complementada, a partir de 1900, com levas de imigrantes, em menor escala, vindos da Rússia, Polônia e Suíça. Diferentemente da região sul, as regiões norte e nordeste se caracterizaram por ser constituída por uma maior desconcentração da terra e renda, com uma economia diversificada e mais dinamizada. Assim, pode-se compreender a colonização do território rio-grandense de duas formas distintas:

A primeira ocorrida na Mesorregião Sul, caracterizando-se pela grande propriedade, distribuição de renda mais concentrada, pecuária e baixa densidade demográfica, resultando em núcleos urbanos mais distantes uns dos outros. A outra etapa de ocupação foi realizada na Mesorregião Nordeste e Norte, caracterizando-se pela pequena propriedade, produção diversificada (policultura), distribuição de renda menos concentrada e densidade demográfica mais elevada, resultando em uma proximidade dos municípios (ALVES, SILVEIRA, 2008. p. 6).

Com a colonização do território do Rio Grande do Sul é possível visualizar que o governo brasileiro tinha uma predileção em relação as populações que podiam receber terras, seja por meio de sesmarias ou pelos projetos de formação de colônias⁹. No primeiro momento, fora fornecido concessão de terras para as pessoas que tinham prestígio com a coroa, depois aos imigrantes europeus. Populações ex-escravizadas, sitiantes, arrendatários, peões e posseiros que compunham o território brasileiro viviam a margem de qualquer direito. Sem contar as populações indígenas, que nesse processo eram expropriadas violentamente de suas terras.

Os fatores responsáveis pelas primeiras mobilizações de camponeses no Estado do Rio Grande do Sul emergiram a partir da década de 1940. Imigrantes que vieram em

⁹ Recorte específico de como se deu a imigração no estado do Rio Grande do Sul. Em outros estados esse processo aconteceu de formas diferentes.

outro momento, não conseguiram se estabelecer devido ao esgotamento da fronteira agrícola do estado, deslocando-se para regiões como a de Santa Catarina e Paraná. Assim como, filhos de camponeses que foram constituindo suas famílias, mas não conseguiram permanecer como camponeses, por não terem acesso à terra, o que provocou o deslocamento de muito filhos de imigrantes para outros estados da região sul e centro oeste.

Adicionalmente, com a expansão do setor agropecuário mais dinamizado e integrado ao mercado, muitos camponeses perderam suas terras para grandes proprietários, tornando-se assalariados no campo e na cidade, outros se estabeleceram em minifúndios, produzindo para subsistência. A concentração de terra, renda e a precarização das condições de trabalho tensionaram o início dos conflitos por terra no Estado do Rio Grande do Sul.

De acordo com o Censo Agropecuário, realizado no ano 1960, aproximadamente 297.814 trabalhadores rurais não possuíam a propriedade da terra no Estado (TEDESCO, 2017). Segundo Eckert (2009), dois aspectos do desenvolvimento da agricultura no Rio Grande do Sul explicam o surgimento dos sem-terra no Estado. “O primeiro é o alto índice de concentração da propriedade da terra e o segundo o esgotamento da fronteira agrícola do estado” (ECKERT, 2009, p. 73). Já para Gehlen:

[...] o esgotamento dos espaços disponíveis para os sem-terra, pois as terras gaúchas [a partir de 1940] já se encontravam retalhadas e distribuídas a seus proprietários, estando, portanto, praticamente esgotadas as possibilidades de expansão interna. Fruto desse esgotamento, surge a figura do ‘migrante’, que em um primeiro momento, desloca-se para o oeste de Santa Catarina e Paraná, porém, os ‘sobrantes’ possuíam duas alternativas ‘a) migrar para as cidades, transformando-se em assalariados urbanos [...]; b) [...] permanecer na zona rural como agregado, parceiro, diarista, pequeno arrendatário ou assalariado permanente’ (GEHLEN, 1983, p. 81).

Conforme retratado ao longo do texto, tais circunstâncias não correspondiam a um processo isolado do estado do Rio Grande do Sul. Eram diversos conflitos eclodindo no Brasil, advindo da estrutura fundiária, que gerava uma população empobrecida, sem direito a terra, renda, trabalho e até mesmo dignidade. Guardada as particularidades de cada ente da federação, no contexto geral, o centro dos conflitos era o direito à terra, que era comum a todos.

[...] foi, pois, o encontro de perspectivas distintas e projetos diferenciados apontando para a necessidade de reformas estruturais e convergindo para uma posição crítica em relação à concentração da propriedade fundiária. Essa crítica, potencializada pela enorme quantidade de lutas por terra, levadas à frente por ‘posseiros’ (Goiás, Paraná, Rio de Janeiro), ‘moradores’/‘foreiros’ (Pernambuco, Paraíba), ‘arrendatários’ (São Paulo, Goiás, Minas Gerais), trabalhadores ‘sem-terra’ que acampavam nos limites das propriedades, demandando terra (Rio Grande do Sul), transformou a reforma agrária, no início dos anos 1960, em carro-chefe das ‘reformas de base’ e eixo de um projeto nacional-desenvolvimentista (MEDEIROS, 1993, p. 7)

O principal ou mais conhecido movimento que emergiu no Rio Grande do Sul nesse período foi o MASTER, em 1960. No entanto, antes, segundo Eckert (2009), há relatos da atuação do PCB em terras gaúchas na criação de sindicatos de assalariados rurais. Sendo os primeiros sindicatos não legalizados, criados nos municípios de Pelotas, Jaguarão e em São Gabriel, por volta de 1954. Ainda na década de 1950, há registros de confrontos entre posseiros e a Brigada Militar.

A criação do MASTER se deu mediante a tentativa de retomada de uma área de 1.800 hectares por um proprietário, no município de Encruzilhada do Sul, que estava na posse de 300 famílias de camponeses posseiros por cinquenta anos. Com a ajuda do prefeito, Milton Serres Rodrigues, e de outras lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os camponeses resistiram no local, conquistando o direito a terra. Desse conflito nasceu o MASTER. Estava lançada a semente daquilo que seria o retrato dos próximos quatro anos no Estado gaúcho. A organização do MASTER junto aos sem-terra, até o ano de 1962, foi incipiente, preocupando-se mais com a organização de associações, ganhando força somente no final de 1961, após a participação no Congresso de Belo Horizonte, organizado pela ULTAB. No congresso, o movimento foi constituído por 31 delegados, representando 33 associações de sem-terra (ECKERT, 2009, p. 74).

No ano de 1962, o MASTER realizou um acampamento na estrada na beira de uma propriedade no município de Sarandi, com uma área de 25 mil hectares. A fazenda Sarandi, como era conhecida, era um latifúndio de propriedade de uruguaianos. A frente da organização dessas famílias acampadas estava o prefeito de Nonoai, Jair Calixto, muito se fala do próprio Governador do Estado, que na época era Leonel de Moura Brizola. Alguns dias após o acampamento ganhar notícias, existia mais de mil pessoas no local. Também alguns dias após as mobilizações camponesas, Brizola decretou a desapropriação da área, sendo um marco de luta dos camponeses. “No dia 15, perante

cinco mil agricultores, Brizola, acompanhado de uma comitiva de Porto Alegre composta de parlamentares, prefeitos e jornalistas, comunicou a desapropriação dos 25 mil hectares da Fazenda Sarandi” (ECKERT, 2009, p. 77).

Com o Golpe Militar em 1º de abril, houve um acirramento da repressão que os movimentos já vinham sofrendo no Estado. Tanto o MASTER como outras associações e sindicatos tiveram suas sedes invadidas, suas lideranças perseguidas, presas, exiladas e até mortas. O MASTER, nesse curto período de existência, desempenhou um papel crucial na organização dos camponeses no Rio Grande do Sul. Segundo Eckert (2009), de centenas de associações que foram criadas em diversos municípios do Estado, aglutinando milhares de camponeses, buscando uma condição de vida mais digna, a criação do MASTER e a organização dos camponeses em prol da reforma agrária, “significou para classe dominante uma ameaça real e concreta à continuidade de sua dominação e, para os setores excluídos do campo, um instrumento de luta e de organização” (ECKERT, 2009, p. 91).

Novas mobilizações por terra voltariam acontecer no Estado no final do período ditatorial, quando, em 1979, várias famílias sem-terra foram expulsas de uma área indígena em Nonoai e se organizaram para lutar pelo direito a um pedaço de terra dentro do próprio Estado. Com o auxílio da CPT, as famílias ocuparam as Glebas Macali e Brilhante, reivindicando o direito a terra. Essa ocupação se tornou símbolo da retomada das lutas camponesas por reforma agrária no Brasil, assim como, foi um marco por dar início ao processo de formação do MST, conforme foi retratado com mais detalhes no item anterior. A ocupação de Macali e Brilhante foi a fagulha que gerou a explosão de vários outros conflitos por terra no território nacional.

A partir da organização dos camponeses em torno do MST no estado do Rio Grande do Sul, ocupando e acampando em terras consideradas improdutivas, suportando o embate com a milícia privada (capangas) e pública (polícia), foi possível que diversas famílias camponesas pudessem permanecer em seu Estado, reproduzindo-se como camponeses. Nesse sentido, a partir das lutas, segundo informação do MST do Rio Grande do Sul¹⁰, no ano de 2022, existiam mais de 10 mil famílias assentadas no estado, e outras 800 famílias que aguardam serem assentadas pelo INCRA (MST, 2022). Mesmo

¹⁰ Esse número informado pelo MST do Rio Grande do Sul se refere somente as famílias organizadas pelo movimento.

em um período politicamente desfavorável às ocupações de terra, o processo de luta e resistência nos assentamentos e acampamentos segue firme, com os camponeses criando e recriando formas de luta pela terra.

2.2 Assentamentos de Reforma Agrária

Conceitualmente os assentamentos rurais de reforma agrária são um conjunto de unidades agrícolas, derivados de uma política de governo, hoje, realizadas por meio do INCRA com o objetivo de assentar famílias sem-terra ou com pouca terra em uma área rural, para que possam residir e explorar a parcela de lote concedida. Na definição de Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos de reforma agrária são a “criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais, visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra” (1996, p. 3).

A criação de assentamentos de reforma agrária comporta um dualismo, que ao mesmo tempo em que consiste em uma conquista das lutas camponesas, também se desdobra em um instrumento político utilizado pelo Estado no processo de realização de reforma agrária, uma vez que não tem objetivo de acabar com o alto nível de concentração de terra no Brasil, mas de atenuar as pressões sociais dos movimentos do campo pelo direito ao acesso à terra. Porém, o Estado se utiliza dessa política para reafirmar que fez e está fazendo reforma agrária, muitas vezes inflando números, como descrito por Oliveira (2007). No entanto, fica evidente que a criação de assentamentos de reforma agrária se desdobra, politicamente, em uma ação estatal, mas só se realizada a partir da luta camponesa perante a inércia do Estado.

Apesar dos assentamentos serem uma realização do Estado, eles se constituem como território de existência camponesa e os assentados, pela sua luta e resistência, são os sujeitos do processo social e políticos. O território do assentamento é uma construção realizada por sujeitos sociais ativos (FABRINI, 2002, p. 4).

Como resposta, com o objetivo de amenizar a pressão social, o Estado lançou mão da realização de assentamentos de reforma agrária. Foi essa política adotada por todos os governantes que passaram pelo executivo federal, desde a redemocratização. Alguns governos criaram um número relevante de assentamentos (FHC e Lula), outros praticamente nenhum (Bolsonaro), mas a realização de uma reforma agrária ampla, que desconcentraria a posse da terra não foi realizada por nenhum governo.

A extensão da luta pela terra é conhecida através das diversas manifestações cotidianas dos sem-terra, que vai desde o trabalho de base, às ocupações de terra; dos acampamentos e dos protestos com ocupações de prédios públicos, às intermináveis negociações com o governo; do assentamento, à demanda por política agrícola, na formação da consciência de outros direitos básicos, como educação, saúde etc (ESQUERDO, BERGAMASCO, 2022, p. 2).

No Brasil, o camponês possui pouca ou nenhuma terra. Então, luta, primeiramente, para acessá-la e depois para permanecer e se reproduzir nessa terra. Assim, a partir da compreensão dos camponeses de que a conquista da terra por si só seria ineficiente para a manutenção do assentado naquela área conquistada, vieram as lutas por políticas públicas essenciais e complementares dos assentamentos. Diante disso, passou a existir duas frentes de lutas: a de realização da reforma agrária, com a criação de assentamentos e; a de luta por criação de políticas públicas essenciais para viabilidade econômica e social das famílias assentadas como agricultoras. Nos assentamentos, muitas vezes se luta por direitos básicos, como o acesso a uma mínima infraestrutura: moradia, água potável, energia elétrica e estradas.

[..]em diversos casos a conquista da terra não significa que seus ocupantes passem a dispor da necessária infraestrutura social (saúde, educação, transporte, moradia) e produtiva (terras férteis, assistência técnica, eletrificação, apoio creditício e comercial) que leva ao sucesso dos assentamentos, bem como de qualquer outro produtor rural. Assim, após a conquista da terra, inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas (BERGAMASCO E NORDER, 1996, p. 5)

Reforça-se que os assentamentos são constituídos por um grupo heterogêneo de famílias pobres do campo e da cidade, com culturas e valores diversos, mas que se encontram e se organizam coletivamente em um propósito comum, que é a luta pelo direito a terra. Ao conquistá-la, muitas vezes são em áreas degradadas, isoladas, com pouca ou nenhuma infraestrutura, os assentados não possuem as ferramentas materiais e nem o conhecimento de como organizar a produção e se manter economicamente naquela terra. “A condução da produção agrícola pressupõe a disponibilidade de certos recursos técnicos e financeiros que os assentados nem sempre possuem quando iniciam suas atividades na terra conquistada” (BERGAMASCO E NORDER, 1996, p. 31) Nesse sentido, como política pública complementar à criação dos assentamentos, caberia ao

Estado assistir aos assentados, direcionando políticas que cobrissem as especificidades de cada região da qual teve área desapropriada, garantindo a viabilidade socioeconômica.

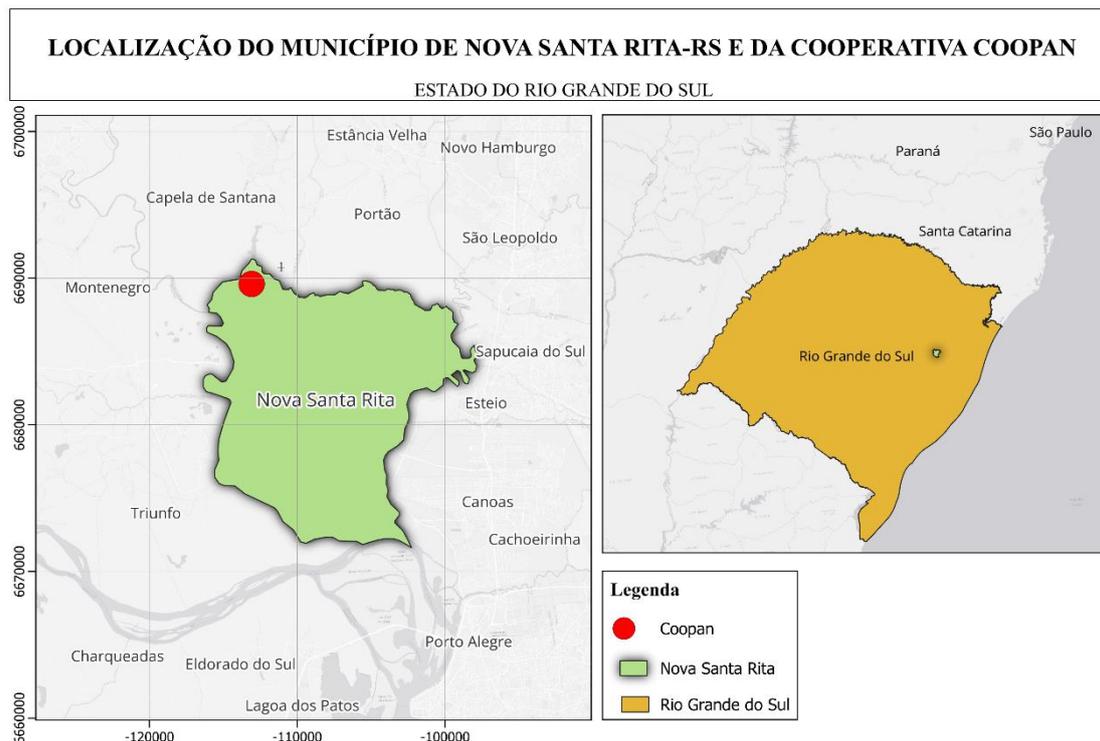
Desta forma, é fundamental que a organização dos camponeses se mantenha após a conquista da terra, construindo alternativas coletivas, que tornem mais viável sua manutenção como assentado, pelo menos no primeiro momento. Nesse sentido, cita-se, algumas ações do MST nos assentamentos com o foco de viabilizar a produção e melhorar a qualidade de vida dos assentados: orientar as famílias a se organizarem em associações ou cooperativas para produzirem de forma coletiva; a criação de agroindústrias dentro dos assentamentos como uma maneira de agregar valor na produção, gerar renda e emprego para o assentados e; a consolidação das cirandas infantis, para que os pais possam deixar seus filhos, enquanto estão realizando atividade laboral. Parte significativa dessas ações para gerar os resultados esperados necessitam da organização dos assentados em prol desses objetivos.

Salienta-se, que somente, por meio da continuidade das lutas camponesas foi possível a conquista de diversas políticas socioeconômicas direcionadas ao campo. Cita-se a criação do PROCERA e do PRONAF como meios de viabilizar produção e investimento, assim como a de habitação com o Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), de educação do campo com o PRONERA e de fortalecimento da comercialização da produção por meio dos mercados institucionais com o PNAE e PAA, valorização da produção orgânica, entre outras. Essas conquistas beneficiaram toda a agricultura camponesa, assentados ou não. Muitas delas, são frutos do amadurecimento das discussões dentro dos movimentos, associações e sindicatos rurais.

2.3 Assentamento Capela e a Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita – COOPAN

O município de Nova Santa Rita/RS, no qual está localizado o assentamento Capela, fica na Mesorregião Metropolitana de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Com uma população estimada para o ano de 2021 em 30.482 habitantes, caracterizada por um bioma predominantemente de pampa e de mata atlântica, com uma área de 218,153 km², segundo os dados do IBGE (2022).

Figura 2: Localização do Município de Nova Santa Rita/RS e da Cooperativa COOPAN



Fonte: Elaborada pelo Autor (2023)

O assentamento Capela foi constituído oficialmente no ano de 1994, com o assentamento de 100 famílias, que na maioria eram da região do Alto Uruguai, norte do estado gaúcho, que é um local histórico para o MST no Estado. Os assentados há, alguns anos, estavam lutando por um pedaço de terra, com uma trajetória de ocupação em outros acampamentos, até se estabelecerem em uma área considerada improdutiva, que compunha a fazenda Proálcool, que foi desapropriada pelo INCRA em 1994.

Foram 5 anos de luta dos assentados embaixo de um barraco de lona preta, até a conquista de um pedaço de terra. Em uma reportagem do jornal Brasil de Fato (CENTENO, 2022), dois assentados do Capela relataram a experiência das passagens em diversos acampamentos até a sonhada conquista da terra em Nova Santa Rita. Também destacaram como a luta pela terra perpassa toda a trajetória de suas vidas, uma vez que seus avós, pais e tios também tiveram que lutar em acampamentos para conquistar um pedaço de terra e somente depois de algumas gerações, suas filhas puderam nascer em uma área assentada.

É o que eu sempre digo pras minhas filhas: tenham orgulho do que vocês têm hoje. Quando chegamos aqui, nós tinha só uma casinha e mais nada. Chegamos, bem dizer, com uma cama e um fogão. E hoje

ter uma estrutura como a que temos é uma coisa muito gratificante pra gente. (CENTENO, 2022)

Essa luta somente é possível, por meio da organização coletiva dos camponeses, que no caso das ocupações de terra se dá em torno dos acampamentos. A visualização da oportunidade de construir uma moradia, trabalhar e gerar renda, viver de forma digna é um sonho que move muitas famílias a ocuparem um terreno e nele resistirem embaixo de um barraco de lona, sofrendo todo tipo de violação, para quem sabe em algum momento conquistar o tão sonhado pedaço de terra. Para a conquista dos assentados do Capela, essa luta perdurou aproximadamente 5 anos e foi formada por diversas famílias que ousaram desafiar o Estado, em busca da materialização do sonho de viver de forma mais digna.

Figura 3: Acampamento na área que hoje é o Assentamento Capela (1993)



Fonte: Arquivo da COOPAN

O assentamento Capela foi constituído em uma área equivalente a 2.160 hectares, nos quais foram assentadas 100 famílias, divididas em quatro núcleos: Santa Clara, Santa Maria, Barragem e Cooperativa de Produção Agropecuária de Nova Santa Rita Ltda. (COOPAN), cada família ficou com 20 hectares (RUBENICH, 2017). Nessa pesquisa, o recorte se deu acerca da COOPAN, local no qual se concentra a cooperativa que recebeu o investimento do FINAPOPOP, para a conclusão das obras da ‘agroindústria’ de suínos.

No ano de 1995 foi criada a COOPAN. Segundo Rubenich (2017), que é uma das assentadas do Capela, os camponeses que levaram adiante a ideia da criação da cooperativa, eram oriundos de uma mesma região, composto por uma maioria jovem que formaram suas famílias, ainda, no acampamento. Nesse local, o MST reunia os acampados, debatendo e orientando no sentido da construção da cooperativa coletiva, como forma de conseguir viabilizar o trabalho na terra conquistada. Assim, no grupo que constituiu a COOPAN, a ideia da criação da cooperativa foi construída no período do acampamento.

A partir deste processo de formação iniciado no acampamento, essas famílias, em seu núcleo, começaram a discutir a fundação de uma cooperativa coletiva, logo na chegada ao assentamento. Recusaram algumas áreas para seu assentamento, pois não seria possível a constituição da cooperativa devido a separação destas famílias. Foi quando, que em 1993, em Nova Santa Rita, começa o processo de assentamento, denominado de Assentamento Capela. Nele essas famílias visualizaram a possibilidade de construir uma cooperativa de produção coletiva (RUBENICH, 2017, p. 45).

Após serem assentados no Capela, muitas famílias que participaram das discussões da criação da cooperativa coletiva, optaram por possuir seus lotes de forma individual, ficando em outros núcleos. Após a demarcação dos lotes pelo INCRA, os assentados do núcleo COOPAN integralizaram seus lotes, organizando o espaço de produção e habitação de forma coletiva. A cooperativa foi fundada oficialmente por 30 famílias com seus lotes de forma coletiva, contendo 35 associados. Atualmente são 29 famílias e 80 associados, entre homens, mulheres e jovens, vivendo e produzindo de forma coletiva. Na divisão por gênero, são 32 mulheres e 48 homens associados.

A COOPAN foi estabelecida com base no modelo de cooperativismo desenvolvido pelo MST, inspirado nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs). Essas CPAs foram concebidas com a influência do modelo de cooperativismo cubano, com o propósito de viabilizar a produção camponesa e assegurar que os camponeses permaneçam nas terras conquistadas. Essas cooperativas são oficialmente registradas como empresas do tipo cooperativa, possuindo personalidade jurídica. Para representar as CPAs, existe a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB).

Nas CPAs o título de concessão de uso da terra ou de propriedade permanece em nome do indivíduo, porém a produção é coletiva. As famílias controlam apenas a parte destinada para a produção de

Por possuir uma planta responsável pelo beneficiamento do arroz, a cooperativa consegue, além de sua produção, absorver a de outros assentamentos.

Na parte seca, fica a produção e abate de suínos, pastagem para o gado leiteiro, agroindústria de beneficiamento do arroz, além de um espaço para a produção de subsistência. A organização do trabalho entre os cooperados é dividida entre os setores de produção de arroz, suínos e leite, alimentação no refeitório e padaria, pedagógica na ciranda e gestão no escritório. A parte de suínos e de arroz abarca o maior número de pessoas.

No princípio da formação da cooperativa houve muitas dificuldades. Financeiramente, o dinheiro era pouco para qualquer tipo de investimento na produção. Diante disso, parte do recurso que as famílias receberam de forma individual, do INCRA, para a instalação, foi direcionado para a produção com o objetivo de desenvolver a cooperativa ao invés de construir suas casas. Assim, os assentados dividiam a moradia em conjunto. Demorou sete anos para que todas as famílias da cooperativa possuíssem suas casas. A escolha da família que seria beneficiada com a construção de moradia, assim que se acumulava uma sobra na cooperativa, era realizada em sorteio, para evitar desentendimentos (FURUKAWA MARQUES, 2018).

Figura 5: Construção das primeiras casas da agrovila COOPAN (1994)



Fonte: arquivo da COOPAN

Figura 6: Agrovila COOPAN com as casas dos assentados (2020)



Fonte: arquivo da COOPAN

Ao que pese a parte de produção, o fato de muitos assentados terem vindo de regiões com culturas agrícolas diferentes, como de milho, feijão, soja e criação de gado e suíno, ao se depararem com uma área de terreno banhado e úmido, os primeiros problemas com a plantação de milho surgiram.

A COOPAN é composta por famílias oriundas do norte do estado do Rio Grande do Sul: descendentes de alemães, italianos, polacos, mestiços e caboclos, sendo, no entanto, a maioria de origem italiana e cabocla. As culturas agrícolas dessas famílias eram o feijão, milho e soja, o que, na área da COOPAN, não deu certo por causa da topografia diferente da região de origem destas famílias. Havia muita umidade no local e faltava acúmulo de experiência para o cultivo destas culturas (SIQUEIRA et al. 2012, p. 39).

Após a tentativa de plantio de milho no banhado fracassar e contraírem uma dívida, que segundo Rubenich (2017) demorou em torno de sete anos para ser quitada, passaram para a cultura do arroz irrigado por meio de auxílio de assistência técnica. Não foi uma transição simples, a qual gerou muitas dificuldades devido ao desconhecimento dessa cultura e do próprio terreno.

Figura 7: Primeira Lavoura de Arroz da COOPAN (1994)



Fonte: Arquivo da COOPAN

No início, aproveitando uma estrutura que já tinha na área, organizaram o abate de suínos, com algumas dificuldades em relação aos padrões de exigências. A cooperativa também realizou parceria com a empresa Frangosul e passou a trabalhar com aviário, porém não prosperou por muito tempo devido as muitas exigências da empresa. Era muito trabalho, para quase nenhum retorno financeiro. Outra atividade desempenhada no começo e depois descontinuada foram as hortas coletivas, uma vez que possuía pouca rentabilidade. A construção da agroindústria de beneficiamento de arroz, foi a estratégia que deu a possibilidade dos cooperados agregarem mais valor em seus produtos.

Nos primeiros anos, os assentados direcionaram seus esforços para que o projeto da cooperativa pudesse seguir adiante. Todos os recursos que possuíam, seja financeiro, físico e/ou mental, estiveram a serviço da cooperativa. Para sobreviverem, precisaram realizar serviços pontuais em outras atividades e receber doações de familiares. Assim como, contar com apoios importantes como de professores e estudantes de universidades, como a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), militantes agrônomos e a assistência técnica fornecida pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), que

contribuíram em toda a estruturação da cooperativa, desde a parte administrativa até a produtiva (FURUKAWA MARQUES, 2018).

Romeu conta que os cooperados dividiam certa de \$2.000 reais, que eram as sobras das vendas, entre sessenta famílias. ‘Eu me lembro, não eram nem \$40 reais por família. Se era para gente viver disso, a gente morria de fome. Os pais nos ajudavam ainda. Eles deram galinhas, vacas. Nós colocávamos tudo na caixa coletiva e alimentávamos primeiro as crianças’. (FURUKAWA MARQUES, 2018, p. 181).

O caminho seguido foi o de priorizar a estrutura produtiva, destinando quase todos os recursos para viabilizar a cooperativa, organização que gerou tensão entre os assentados. Segundo o mesmo autor:

A prestação de serviços foi outro fato que permitiu equilibrar as finanças. Nos quatro primeiros anos, os sócios deixavam a terra para irem fazer ‘bicos’ em terras vizinhas para completar o fim do mês. Todo esse dinheiro era dedicado à alimentação, mas ainda não era suficiente; os pais tinham que contribuir (FURUKAWA MARQUES, 2018, p. 181).

Entre debates, discussões e conflitos, alguns assentados desistiram do projeto da cooperativa e se organizaram de forma individual. “A orientação política do trabalho coletivo, fundada através da experiência do acampamento, precisou ser constantemente reafirmada, para que se mantivesse o projeto de cooperativa” (FURUKAWA MARQUES, 2018, p. 186).

Para além das dificuldades financeiras e quanto a produção, a formação de uma cooperativa coletiva era uma novidade que os assentados estavam construindo e aprendendo lidar ao mesmo tempo. No período do acampamento, todos os debates realizados em torno da criação da cooperativa preparavam os assentados teoricamente, mas no dia a dia, a realidade se impôs de maneira distinta, gerando alguns embates e conflitos (FURUKAWA MARQUES, 2018), (RUBENICH, 2017).

A princípio, a cooperativa ficava responsável por cobrir o valor da luz e outras despesas regulares das famílias, tal fato começou a gerar desentendimento entre os associados. Uma vez que havia reclamações de assentados que deixavam as luzes acesas no período da noite, o que causava um custo maior para todos. Outra questão foi que a cooperativa distribuía leite e carne de porco para os associados de forma gratuita, para o consumo. Com o tempo, essa política começou a gerar conflitos, pois algumas pessoas

denunciaram que havia cooperados que vendiam itens para gerar renda extra, de forma individual. Como resolução para esses problemas, a cooperativa aumentou o repasse para os cooperados e passou a cobrar a conta de luz, da carne de porco e do leite, de forma individual (FURUKAWA MARQUES, 2018).

Outro conflito entre as famílias associadas foi em decorrência da forma que estava estruturada as atividades na cooperativa. As vendas ficavam sob a responsabilidade de cada setor e cada qual fazia da sua forma. Alguns cooperados, de determinados setores, doavam mais horas, dedicando-se a comercialização dos produtos em deferência a outros, o que começou a gerar desgastes entre eles. Uma vez que, a soma do que era produzido e distribuído entre os sócios se dava a partir do trabalho total de pessoas da cooperativa e não de maneira individualizada. A resolução encontrada pelos assentados foi concentrar a parte de vendas como um setor específico da cooperativa (FURUKAWA MARQUES, 2018).

Em pesquisa realizada por Dos Santos e Massuquetti (2017) no assentamento Capela, em resposta ao questionário aplicado com alguns cooperados sobre as dificuldades para permanecer na COOPAN, o item mais pontuado foi a infraestrutura, porém outro citado por alguns cooperados foram os problemas de convivência. Denotando que existem conflitos entre os cooperados, prováveis divergências de posições no dia a dia, nas assembleias, disputas de poder e projetos internos. A partir dos questionários respondidos pelos assentados foi possível identificar semelhanças às pesquisas citadas. Dentre os principais descontentamentos, destacam-se os conflitos geracionais, tratados a seguir.

Dentre os elementos que distinguem as gerações, o mais evidente foi acerca do pertencimento à terra. Embora na entrevista todos relatassem participar das atividades e cursos oferecidos pelo MST, os mais jovens entendiam a vida no assentamento e o trabalho na cooperativa como um meio. Já para os mais velhos, não havia separação entre o trabalho, a dinâmica coletiva da cooperativa e suas próprias vidas. Quando narravam sobre suas histórias, era a trajetória da luta pela terra que direcionava suas experiências.

De todo modo, a COOPAN tem importância na manutenção dos jovens no campo. De acordo com Censo Agropecuário, de 2017 (CANAL RURAL, 2019), a população rural está envelhecendo e não está sendo repostada pelas camadas mais jovens, gerando um problema de sucessão na agricultura camponesa, que é de base familiar. A COOPAN

proporciona que os jovens, a partir dos 16 anos, já possam se associar, tornando-se cooperados e participando ativamente de suas atividades, como na parte administrativa, produtiva, financeira e política. Socialmente, esse jovem está inserido desde criança na ciranda, na escola, nos espaços de lazer como a quadra e o campo de futebol, nas festas e atos políticos nos espaços coletivos da COOPAN. Dessa maneira, a cooperativa fornece uma nova perspectiva para os jovens do assentamento.

Em relação as decisões que atingem drasticamente a vida dos assentados, são tomadas de forma coletiva, através do órgão máximo, que é a assembleia, realizada duas vezes por ano de maneira ordinária e, havendo necessidade, em reuniões extraordinárias. Por meio da assembleia ordinária são reunidos os cooperados e realizada a prestação de contas, planejamento da produção, eleição de diretoria, conselho fiscal, administrativo, admissão ou dispensa de novos associados e outros assuntos pertinentes a serem discutidos.

Todos os cooperados tem direito a voz e a voto e as decisões são tomadas pela maioria dos votos. “Nestas assembleias gerais se realiza, inicialmente, uma avaliação do planejamento anterior, assim como se realiza a prestação de contas para os associados e se realiza o planejamento do ano seguinte” (RUBENICH, 2017, p. 50). As assembleias se realizam no espaço do refeitório da cooperativa, por ser um local mais amplo. Cada cooperado pode expor suas ideias diante dos demais integrantes. No entanto, também apareceu como um embate geracional o fato de todos os assentados terem um mesmo peso nas decisões, pois alguns, ainda jovens, tem uma compreensão distinta dos que seguem na luta pela terra há algumas décadas. Um dos assentados mais antigos do Capela chegou a nos dizer que não havia mais ânimo para participar das assembleias, pois não se sentia pertencente do mesmo modo como antes. Ao buscar compreender o que havia mudado, disse que principalmente a maneira como eram organizadas as assembleias que, separadas por setores, todos os grupos (ainda que alguns tivessem vinte pessoas e outros três) tinham a mesma quantidade de votos nas decisões.

Assim, é interessante destacar que existem conflitos que permeiam a organização da cooperativa. Se por alguns momentos eram financeiros, conforme destacado, em outros a convivência e os modos distintos de se compreender a vida são elencados como motivos de embates. No entanto, é natural que com o aumento da participação de jovens na composição da cooperativa ocorram conflitos geracionais, uma vez que surgem novas ideias e perspectivas em relação à cooperativa. Assim, destaca-se que assentados da

COOPAN têm buscado maneiras de contornar tais relações e permanecerem ativos no processo de organização da cooperativa.

CAPÍTULO 3

FINAPOP: FINANCIAMENTO DO MST PARA AS COOPERATIVAS DA REFORMA AGRÁRIA

Introdução

No terceiro capítulo o objetivo é compreender como se deu a construção do ‘movimento’ de captação de recursos, de nome FINAPOP, que se desdobrou na criação de uma empresa do mesmo nome, a qual teve sua primeira aplicação realizada na cooperativa COOPAN, do assentamento Capela, do Rio Grande do Sul. Assim como compreender qual é a estrutura, a visão e a perspectiva do MST em torno do FINAPOP. Além disso, é fundamental discutir em qual contexto de luta pela terra se insere a criação desse programa e quais seus possíveis impactos a partir da análise da primeira cooperativa que recebeu o recurso.

Ao longo do terceiro capítulo, busca-se evidenciar que a criação do FINAPOP ocorreu em um contexto marcado pela dificuldade de acesso ao crédito rural por meio das políticas governamentais, que deveriam, prioritariamente, atender os camponeses com menor poder aquisitivo, como é o caso dos assentados. Se por um lado pode parecer um ‘*case* de sucesso’, em sua complexa realidade, assinala a ineficiência de um Estado que cumpra seu papel de mantenedor de políticas públicas.

Com base no exposto, realizou-se uma análise focada no assentamento Capela, com o objetivo de investigar os fatores determinantes para a escolha inicial da Cooperativa COOPAN como beneficiária da primeira captação de recursos. Além disso, buscou-se compreender os impactos decorrentes do crédito captado por meio do financiamento no Mercado Capitais, criado pelo MST, considerando aspectos como: infraestrutura; geração de emprego; aumento da renda e; incremento da produção. Adicionalmente, foram explorados o conhecimento e a percepção dos assentados em relação ao FINAPOP, assim como suas perspectivas acerca dos mecanismos de obtenção de recursos disponibilizados por esse programa.

3.1 FINAPOP: criação, objetivo e perspectivas

Criado em 2020, o FINAPOP nasceu tendo como característica ser um ‘movimento’ de financiamento popular, com o objetivo de atender uma demanda concreta de financiamento e acesso a crédito das cooperativas vinculadas aos assentamentos da reforma agrária, que não estavam sendo supridas pelas políticas de Estado. Sua

construção se deu a partir de diálogos de integrantes do MST em conjunto com o economista Eduardo Moreira¹¹ e o empresário João Paulo Pacífico, do Grupo Gaia, empresa relacionada ao mercado financeiro, que contribuiu na construção de toda a operação de captação de recursos para as cooperativas dos assentamentos, por meio da criação de um título de renda fixa de Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA)¹² no mercado de capitais.

A criação do FINAPOP teve como ideia base o banco Holandês Triodos (2023) conhecido popularmente como banco ético, que tem em seu propósito conectar pessoas com a intenção de investir dinheiro em causas sociais, ambientais e sustentáveis de forma transparente. Nesse sentido, o banco faz a relação entre as pessoas/investidores e entidades que executam os projetos, demonstrando o caminho percorrido pelo dinheiro de cada investidor. No caso do FINAPOP, foi estruturado em conceitos semelhantes, mas para atender projetos voltados à produção de alimentos das cooperativas dos assentamentos da reforma agrária.

Desde sua criação em 2020, o FINAPOP cresceu e se complexificou, transformou-se em uma empresa registrada, com endereço e com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) com o nome de Financiamento Popular para a Produção de Alimentos Saudáveis (FINAPOP). Atualmente, o grupo do MST, que coordena a empresa, dialoga com vários parceiros/investidores, buscando captar recursos para as cooperativas. Nessa linha, o processo de captação de recursos é dinâmico, já sendo feito via emissão de uma CRA, via a Cooperativa de Crédito Rural de Pequenos Agricultores e da Reforma Agrária do Centro Oeste (CREHNOR) e para o ano de 2023 estrutura uma plataforma de financiamento coletivo, assim busca diversificar as formas para se autofinanciar. Desta forma, o

¹¹ Eduardo Moreira é um empresário e economista de carreira, que construiu sua trajetória profissional trabalhando durante anos no mercado financeiro, em empresas como BTG Pactual. Nos últimos anos, deixou a empresa a qual era ligado no mercado financeiro, passando a ministrar cursos e palestras na área econômica. Assim como, construiu um canal consolidado no *youtube*, hoje sendo um importante programa de jornalismo de pauta progressista, criou o Instituto Conhecimento Liberta (ICL), que oferta diversos cursos *online* por um valor considerado popular. Por meio do escritor Jessé Souza, passou a ter contato com o MST, visitando diversos acampamentos e assentamentos ao longo dos anos e construindo uma relação de proximidade com o movimento, participando de atividades e campanhas do MST. Atualmente, é uma importante voz na mídia, de defesa do movimento e de uma economia mais inclusiva. Eduardo Moreira, foi um dos idealizadores da ideia FINAPOP e conectou o MST ao Grupo Gaia, que foi responsável por tirar a ideia do Eduardo e do Movimento do papel.

¹² O CRA é um título de renda fixa emitido por empresas securitizadoras no mercado de financeiro com o objetivo de financiar atividades ligadas ao setor agrícola.

FINAPOP se transformou em um conjunto de iniciativas desenvolvidas pelo MST com objetivo de captar crédito para cooperativas de reforma agrária.

Porém, para compreender melhor o contexto do surgimento do FINAPOP é interessante analisar algumas ações políticas do MST nos últimos anos. Ao longo da sua trajetória, o movimento foi reposicionando politicamente suas lutas de acordo com o momento histórico. Assim, o MST, entre erros e acertos, consolidou-se como um movimento social dinâmico. Na cartilha do programa agrário do MST, lançado no ano de 2013 (MST, 2013), o movimento atualizou suas diretrizes em relação a direção em torno da reforma agrária e lançou o programa de reforma agrária popular, conceito que vem guiando o MST nos últimos anos.

No entendimento do MST, a reforma agrária está centrada no modelo agrícola adotado pelo país, que atualmente é a produção de *commodities*, realizada pelo agronegócio, a reforma agrária só acontecerá a partir de sua substituição pela agroecologia. Esse modelo, que dita a forma de produção dominante de alimentos, impacta diretamente as populações do campo e da cidade, com sua produção baseada em insumos químicos, venenos, alimentos ultraprocessados, contaminação do solo e da água e destruição do meio ambiente. Assim, a reforma agrária só será viável por meio de uma mudança do modelo agrícola dominante, em benefício e com apoio de toda a sociedade, por isso o caráter popular.

Agora, a luta pela reforma agrária se transformou em uma luta de classes, contra o modelo do capital para a agricultura brasileira. Isso significa que a luta dos camponeses pelas terras agrícolas e por um novo modelo de agricultura, irá enfrentar uma outra correlação de forças – com poderes de coerção e de consenso mais fortes do que os dos latifundiários tradicionais – e com novos atores em cena: os grandes proprietários rurais, o capital financeiro e as empresas transnacionais (MST, 2013 p. 31).

No artigo “A reforma agrária popular e a luta pela terra no Brasil” (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2020) também é possível confirmar a mudança em relação a estratégia de luta pela reforma agrária, conforme o trecho abaixo:

[...] a centralidade da luta pela terra passa a ser em torno da disputa pelo modelo agrícola. Se antes o inimigo se centrava na figura do antigo latifundiário, agora ele se tornou muito mais poderoso, já que o proprietário de terra se aliou às grandes multinacionais do setor, ao sistema financeiro e aos meios de comunicação de massa, responsáveis por propagandear ideologicamente a concepção de agricultura proposta

pelo agronegócio. O antigo latifúndio arcaico e improdutivo se ‘modernizou’ e agora conta com alta capacidade produtiva (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2020, p. 24).

Desta forma, as ocupações de terra que caracterizaram o movimento, deixaram de ser a principal ferramenta de luta pela reforma agrária, passando a ser centrada no campo de disputa pelo modelo agrícola. Nesse sentido, o MST se contrapõe ao modelo adotado pelo agronegócio (caracterizado pela produção de monocultura em larga escala, grandes extensões de terra, uso intensivo de agrotóxico, fertilizantes sintéticos e voltado para a exportação), por meio da adoção da agroecologia, modelo que valoriza a produção diversificada de alimentos, sem o uso de agrotóxico, respeitando o meio ambiente e as pessoas.

Semear a reforma agrária popular no atual tempo histórico representa modificar a forma hegemônica de se produzir alimentos. Pressupõe disputar os meios de produção, tendo na agroecologia e na cooperação os instrumentos de estudo e aplicação teórico-prática, em contraponto ao agronegócio (INSTITUTO TRICONTINENTAL, 2020, p. 25).

No relatório “Dataluta Brasil” (2020) é possível constatar que o número de ocupações de terra no Brasil tem diminuído ano após ano, com uma queda brusca no governo Bolsonaro. No entanto, se desconsiderar a especificidade desse último governo, a queda gradual era uma tendência apontada desde o ano de 2012, reflexo também da mudança de concepção de reforma agrária adotada pelo MST, o qual não tem, atualmente, as ocupações de terra como sua principal forma de luta pela reforma agrária.

Gráfico 6: Número de ocupações de terra no período de 1988-2019



Fonte: Dataluta Brasil (2020)

O reposicionamento político do MST em torno da luta pela reforma agrária, envolve um contexto amplo de mudanças internas, uma delas passa pela preocupação em torno da estruturação das cadeias produtivas dos assentamentos de reforma agrária. Em entrevista realizada com Vilmar, do setor de produção do MST (2022), o dirigente apontou que foram percebidos dois problemas principais nas cadeias produtivas do movimento: a área comercial das cooperativas e o acesso a financiamento e crédito.

[...] a gente acaba assumindo uma tarefa que é de nível nacional, de acompanhar as principais cadeias produtivas do ponto de vista mais geral, de pensar estruturas mais estratégicas. E aí, a gente percebe dois gargalos fundamentais, pelo menos dois gargalos fundamentais, que o movimento percebe. Um que é o momento atual do nosso desenvolvimento, um dos gargalos é a questão comercial. O MST sabe produzir, o MST sabe cooperar, o MST sabe agroindustrializar, o MST tá fazendo a transição agroecológica. Mas comercializar é um problema. É então a gente aponta enquanto elo mais dinâmico da organização das cadeias produtivas, o elo comercial. E vai fomentando e aprofundando as estratégias comerciais do movimento. Mercado institucional, a rede armazém do campo, agora a atuação no varejo convencional etc., exportação. E ao perceber isso, a gente também percebe que a falta de políticas públicas tinha, causava um vácuo, um *gap* gigantesco, que era como alavancar essas produções. Então, começa surgir a necessidade de captação de recursos, sem abandonar a demanda de políticas públicas, lógico, então o FINAPOP não é para substituir política pública. Mas naquele momento e nesse momento atual, ele era, foi visto como uma possibilidade de dar uma alavancada nesse processo organizativo (VILMAR, MST, 2022).

O primeiro problema era a comercialização, vista como o elo mais frágil de toda a cadeia produtiva dos assentamentos. Os assentados produziam, agroindustrializavam, cooperavam, porém possuíam dificuldades na comercialização de seus produtos. Nesse sentido, nos últimos anos foi possível verificar uma participação crescente da produção dos assentados no mercado, que se deu com o fortalecimento e abertura de diversas lojas de armazém do campo, acesso a mercado de varejo, participação forte nos mercados institucionais e com expectativa de dobrar o número de armazéns para o ano de 2023 (SANT'ANNA, 2023).

O segundo problema foi percebido a partir do primeiro. Com o objetivo de alavancar a produção e qualificar a parte comercial, foi identificada uma lacuna, que era ter acesso a recursos por meio das políticas públicas como a do PRONAF e BNDES, para realizar investimentos em infraestrutura, equipamentos e materiais, capital de giro, que impactava diretamente na produção dos assentamentos.

O FINAPOP nasce de uma demanda concreta das cooperativas. Necessidade real de captação de recursos para investimentos, estruturação das cadeias produtivas, para se preparar para o mercado, diversificação de mercado nacional e externos. Pela ausência de políticas públicas e outras fontes e formatos de acesso a crédito e investimento, com BNDES, PRONAF etc. Então, ele surge a partir dessa demanda, com uma grande tentativa de fazer uma coisa que a gente nunca fez, então, captar recurso (VILMAR, MST, 2022)

Assim, a criação do FINAPOP está conectada a um amplo contexto de estudos e debates tratados no interior do MST, os quais vem ocorrendo desde a mudança de diretriz em relação a luta por reforma agrária. Esse financiamento foi criado com o objetivo de contribuir na organização e estruturação das cadeias produtivas dos assentamentos, potencializando a produção e comercialização de alimentos saudáveis no mercado consumidor. No entanto, a questão que acelerou a criação do FINAPOP se intensificou mais recentemente, devido à dificuldade de acesso a crédito subsidiado pelas políticas de Estado, principalmente nos últimos governos, de Temer e Bolsonaro.

A criação do FINAPOP foi um processo gradual, fruto de debates e discussões ocorridos ao longo do tempo, dentro das instâncias do movimento. A necessidade de uma alternativa de acesso a crédito vinha sendo debatida devido a um histórico de dificuldades em obter crédito por meio das políticas públicas de Estado, cujas condições se tornaram insustentáveis nos últimos anos. Dentro desse contexto, a ideia de criar uma 'política

alternativa' ganhou força, nos últimos anos. O processo envolveu uma série de estudos, discussões, análises e consultas, com a participação de integrantes internos e externos do movimento.

Para que a ideia do FINAPOPOP se materializasse foi criado um título de renda fixa CRA, emitido pelo Grupo Gaia, o qual foi disponibilizado no mercado de capitais com o objetivo de realizar a captação de recursos. O título, que é disponibilizado para a captação dos valores, não leva a denominação FINAPOPOP, porém foi criado dentro do conceito de ser uma aplicação transparente, estabelecendo, de forma clara: prazos, retorno, juros, garantias, atividades e cooperativa a ser investida.

O Grupo Gaia, responsável pela estruturação e emissão dos títulos de renda fixa de crédito privado das cooperativas vinculadas ao MST, é uma empresa do mercado financeiro, criada em 2009. O grupo é da área de securitização, que dentro do mercado financeiro é responsável pela emissão de títulos de renda fixa, como o CRA, emitido para as cooperativas do MST. O intermediário entre o Grupo Gaia e o MST foi o economista Eduardo Moreira, conforme retratado neste texto, um dos principais idealizadores do FINAPOPOP.

Em síntese, para que a emissão de títulos de renda, como os realizados pelo FINAPOPOP, seja possível, é necessário que a cooperativa apresente sua demanda em torno de um projeto em conjunto com um robusto número de documentos, o qual a securitizadora, com a aprovação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), transformará em um título de renda fixa, após uma série de trâmites, emitindo-o no mercado de capitais, com o objetivo de captar recursos. Apesar de não ser uma forma popular de buscar recursos como um financiamento em um banco tradicional, é um meio muito utilizado por empresas, bancos e governos para financiar suas atividades.

Paulo, do Grupo Gaia, citou que a emissão realizada em conjunto com o MST, em termos técnicos e estruturais de operação de um título de renda fixa, não teve diferença para outras operações que a empresa realiza desde sua fundação. Porém, a operação realizada com o MST é considerada uma emissão de título de impacto. Significa que essa operação, para além do 'risco x retorno', analisado tradicionalmente pelo mercado financeiro, propõe gerar impactos positivos socialmente, ambientalmente e economicamente, sendo assim, uma novidade no mercado.

A questão do título, a questão técnica em si, essa é nossa atividade fim, no CNPJ. A companhia securitizadora existe para isso, para poder emitir esse tipo de título. Agora, quando a gente utiliza esse tipo de título para poder gerar impacto positivo. De certa forma, era uma novidade para um mercado com um todo. Dessa forma, como a gente está fazendo, com esse tipo de título a gente ainda não tinha visto (PAULO, GAIA, 2022)

O conceito de operação de emissão de título de impacto, que é considerar em um investimento o retorno financeiro, social e ambiental, não é uma novidade para a empresa, que no ano de 2017 já tinha realizado uma operação considerada de impacto. No período, a empresa fez a emissão de uma debênture, que também é uma modalidade de título de renda fixa, para o projeto “Vivenda”, que visa a reforma de casas na periferia. No entanto, para a agricultura, a primeira emissão nesse modelo foi o do CRA para a COOPAN, no ano de 2020, feito de forma fechada para alguns investidores. No ano de 2021, ocasionando forte burburinho no mercado financeiro, a emissão de um CRA foi aberta para o público em geral, para captação de recursos para diversas cooperativas de reforma agrária do MST, o que ainda não se tinha visto no mercado nesses termos. Atualmente, a empresa vendeu (ADACHI, 2022) a parte de securitização que cuidava do mercado tradicional, voltando-se somente para atividades consideradas de impacto (GAIA, 2023).

Segundo o entrevistado, por se tratar de uma operação com cooperativas do MST, alguns problemas específicos foram evidenciados. A operação de emissão de título no mercado de capitais envolve uma gama variada de prestadores de serviço como “agente fiduciário, custodiante, liquidante, escriturador, corretora, advogados” (PAULO, 2022), os quais, para que a operação dê certo, precisam acreditar no investimento realizado, aspecto do qual, por se tratar de um movimento social que por anos foi e é criminalizado, fez com que algumas empresas não quisessem se associar na aprovação do andamento da operação.

[...] quando a gente fala que é uma operação com o MST, que não deixa de ser um movimento no final de contas, que não tem um CNPJ, que é uma ideia de modo geral, a pessoa fala: ‘ah puxa, com o MST preciso olhar’, ‘veja bem o meu *compliance* não aprovou’, ‘eu acho que não dá para seguir’ [...] A gente precisa se comprovar o tempo todo para poder falar que é uma operação correta, que a gente está seguindo todas as normas da CVM, que é o regulador para esse tipo de operação, que a gente está fazendo tudo com a maior transparência. Se você colocou o seu dinheiro, está aqui o seu dinheiro de volta. É tanto de juros, é tanto de amortização[...] O Paulo foi lá na Cooperativa Agroindustrial de Produção e Comercialização Conquista (COPACON), eles tomaram

tantos milhões através dessa operação de empréstimo, eles utilizaram aqui nessa agroindústria de milho que vai beneficiar tantas e tantas pessoas, vão distribuir, agora, para alimentação escolar. Para outras operações o investidor não está nem aí, de verdade [...] (PAULO, GAIA, 2022).

Quando questionado sobre a viabilidade de uma pequena cooperativa, associação ou empresa buscar estruturar a captação de recurso no mercado de capitais sem apoio de uma empresa como o Grupo Gaia, por exemplo, como ocorreu com o MST, o entrevistado foi enfático ao dizer que não haveria possibilidade. O mercado de capitais está estruturado para atender grandes empresas e investidores, não havendo condições de pequenas cooperativas ou empresas adentrarem sem que haja apoio, como foi realizado nas operações do MST.

No começo de 2022, o MST resolveu dar um novo passo, estruturando uma empresa com registro de CNPJ, denominada pelo nome fantasia FINAPOP Consultoria, na qual foram alocadas algumas pessoas do MST, que ficariam responsáveis pelo atendimento das demandas do FINAPOP. A empresa foi criada com o objetivo de organizar, centralizar e profissionalizar a estrutura de captação de recursos para as cooperativas, tornando-se o mais novo setor do MST.

A criação da empresa também advém dos frutos colhidos com o lançamento do FINAPOP, que foi considerado positivo para as cooperativas e gerou a procura de novos parceiros interessados em realizar investimentos. Assim, a intenção com a criação do FINAPOP Consultoria foi ter um núcleo capacitado para organizar todas as demandas das cooperativas em torno da qualificação dos projetos, análise documental, financeira, técnica e as formas possíveis de captação de recursos, que são variadas, de acordo com a necessidade do projeto. Com isso, impulsionar e fortalecer, a partir do mercado, cada vez mais, a produção de alimentos das cooperativas da reforma agrária.

O FINAPOP, hoje, é um grande ente que tem essa finalidade de captar recurso no mercado nacional e internacional para fomentar projetos de desenvolvimento da produção de alimentos saudáveis das cooperativas, sobretudo das cooperativas da reforma agrária, organizadas pelo movimento. Então, esse é o papel do FINAPOP e para executar esse papel existem vários parceiros (VILMAR, MST, 2022).

Até o final do ano de 2022, foi levantado, por meio do FINAPOP, R\$ 42 milhões de reais (VICENZO, 2022), distribuídos em mais de 50 projetos. Desse valor, grande parte foi realizado de forma fechada, por meio de investidores profissionais, seja

intermediado via CRA ou diretamente com a cooperativa de crédito CREHNOR. O objetivo do MST com o FINAPOP é realizar mais investimentos direto por pessoa física, construindo e fortalecendo o elo entre o campo e a cidade por meio da produção de alimentos saudáveis, conectando-se com a ideia da reforma agrária popular, construída pelo movimento.

Porém, o investimento aberto para as pessoas físicas foi realizado apenas uma vez, no qual as cooperativas ligadas ao movimento fizeram a captação do valor de R\$ 17,5 milhões de reais por meio de uma oferta pública de um título de CRA no mercado financeiro, emitido pelo Grupo Gaia, que poderia ser adquirido por investidores pessoa física, a partir de R\$ 100 reais. No entanto, por conta dos aumentos sucessíveis na taxa de juros, ficou impraticável fazer uma nova emissão aberta ao público em geral, uma vez que ficaria inviável as cooperativas pagarem um percentual tão alto de juros como retorno dos investimentos.

Em busca de alternativas, o FINAPOP idealizou, para o ano de 2023, o lançamento de uma plataforma de financiamento coletivo (PACHECO, 2022), da qual os investimentos serão realizados por pessoa física em um título de renda por meio de uma Cédula de Crédito Bancário (CCB), podendo ser adquirido a partir de R\$ 100 reais. A ideia é que essa plataforma de financiamento coletivo trabalhe com vencimentos dos títulos de renda em um tempo mais curto, com o prazo de 12 meses, assim, garantido uma rentabilidade para o investidor e uma taxa de juros viável para a cooperativa, que fará a captação de recurso.

Os valores levantados pelo FINAPOP foram percentuais de retornos ao investidor abaixo da taxa de juros Selic¹³ praticada no momento da captação, com o intuito de que o rendimento fosse melhor do que o da caderneta de poupança. Desta forma, dando um percentual de retorno melhor que a poupança, mas não maior que a taxa de juros praticada, como forma de não onerar as cooperativas que buscam crédito e de não concorrer com operações que só buscam retorno, dissociadas de um projeto social.

Atualmente o FINAPOP está estruturado em três linhas de captação de investimentos que são: investimento produtivo/*Capex*; capital de giro e; investimentos associativos.

¹³ Taxa de juros básica praticada na economia brasileira, que norteia as operações financeiras.

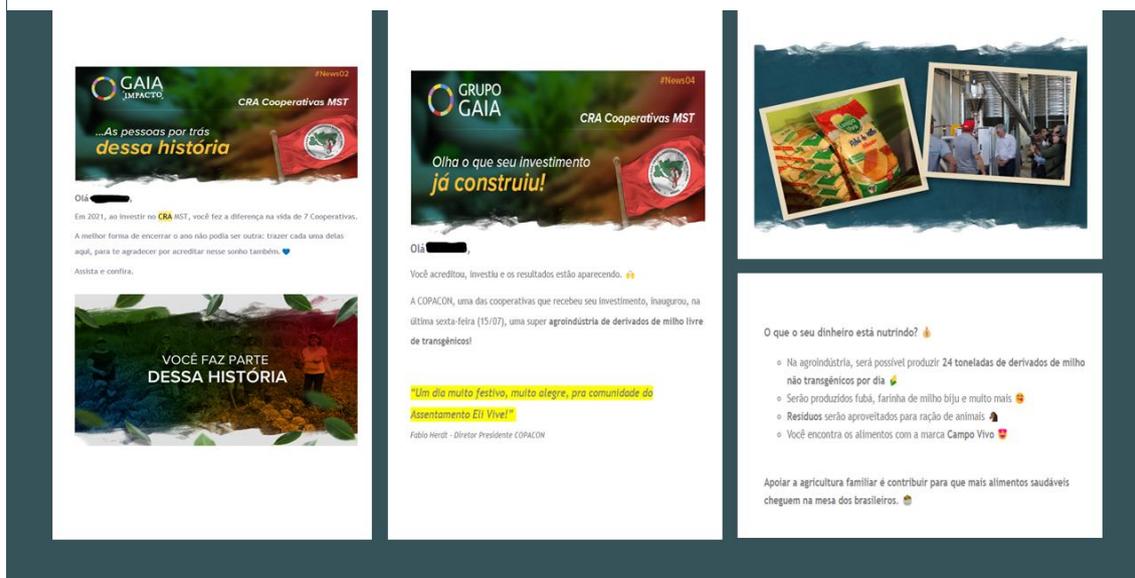
Figura 8: Linhas de captação de investimentos do FINAPOPOP



Fonte: Site do FINAPOPOP (2023)

Ao que pese a transparência em relação as aplicações realizadas por meio do FINAPOPOP, existe uma preocupação de divulgar as ações que estão sendo realizadas nas cooperativas que receberam o recurso. Um dos pontos demarcados pelo FINAPOPOP é o de que as pessoas saibam naquilo que estão investindo seu dinheiro, diferentemente de qualquer outra aplicação padrão de um banco ou em uma corretora via mercado de capitais, que não se tem conhecimento claro daquilo que o seu dinheiro está financiando. Nas operações CRA realizadas abertas ao público, o Grupo Gaia envia relatórios por *e-mail* aos investidores, conforme Figura 9, com informações das cooperativas que captaram o recurso e algumas informações de como o dinheiro está sendo investido. No *site* do grupo Gaia também é possível obter informações das captações de recurso via CRA, tanto as abertas ao público como as fechadas. Nas páginas do MST e do FINAPOPOP, também se encontram algumas informações das obras e produção de alimentos, realizadas com impulsionamento do investimento.

Figura 9: Divulgação dos resultados dos investimentos do FINAPOPOP

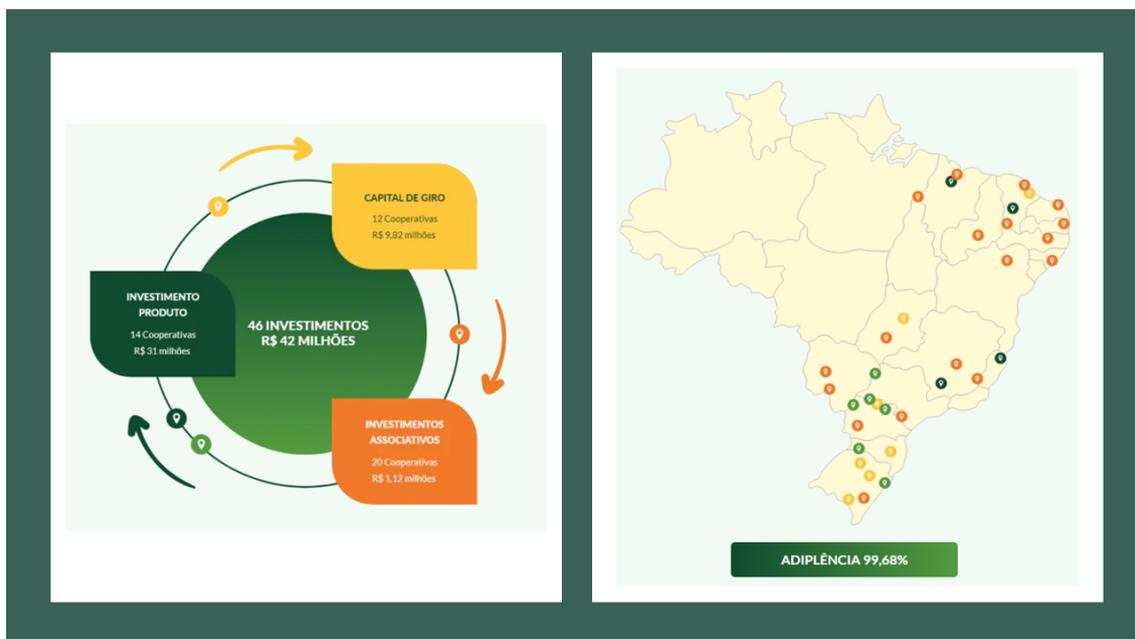


Fonte: Imagem criada pelo autor (2023)

De 2020 a 2022, período de criação do FINAPOPOP, o maior número de captação de recursos em termos de volume de dinheiro está localizado na região sul, seguindo a mesma lógica bancária dos créditos disponibilizados pelas linhas do PRONAF, que é privilegiar as cooperativas que estão mais bem estruturadas e localizadas na região sul. É possível visualizar no mapa da Figura 10 que os projetos de maiores valores como os recursos destinados via linha de investimento produtivo e capital de giro estão concentrados na região sul e os de investimentos associativos, que são projetos com valores menores estão concentrados na região nordeste.

De acordo com Ana Terra, coordenadora do FINAPOPOP, em uma mesa de debates (MST, 2022) o FINAPOPOP ainda está em uma fase experimental, em que as cooperativas ligadas ao movimento não possuem espaço para errar. Esse cuidado reflete no nível de adimplência em relação aos pagamentos, que hoje está no percentual de 99,6%. Assim, nesse primeiro momento, o maior volume de recursos foi destinado para atender as cooperativas que são mais estruturadas, com capacidade real de pagamento e oferta de garantias. A ideia é organizar e criar condições nas demais cooperativas de outras regiões, como o Nordeste, para que assim possam captar projetos de maiores valores. Porém, dentro do nível de exigências, como a documental, a capacidade financeira de pagamento, de oferta de garantia, principalmente nas operações maiores, via CRA, é difícil imaginar em um curto-médio prazo que a composição desigual de recursos do FINAPOPOP possa se alterar.

Figura 10: Distribuição dos valores do FINAPOPOP



Fonte: Site do FINAPOPOP (2023)

No mesmo sentido da fala de Ana Terra, Vilmar (2022), indicou a responsabilidade das cooperativas do MST, com os valores financiados por meio dos projetos do FINAPOPOP.

Existe um debate interno da necessidade de zelar pelo investimento no campo e nas cooperativas e zelar pelo pagamento dos investidores. E isso exige de nós uma conversa muito aprofundada. Existem passos para aprovação do projeto, que passam necessariamente por uma discussão mais ampla na cooperativa e não só na cooperativa, em toda estrutura dos Estados, nos quais tem nossas cooperativas. Então, assim, é um respaldo organizativo, é uma responsabilidade organizativa. Para nós, empreendimento, uma cooperativa, não conseguir pagar o empréstimo/financiamento desse, cria um problema muito grande. Não só para cooperativas, para famílias, mas para outras cooperativas, para a política do FINAPOPOP. Todos os projetos são muito mais discutidos do que dá política pública (VILMAR, MST, 2022).

Diante disso, o FINAPOPOP leva em seu nome a designação de popular. O popular significa que pessoas que possuem a partir de R\$ 100,00 podem realizar investimento em capitalização das Cooperativas do MST, quando abertas ao público em geral. Porém, o movimento vem enfrentando dificuldades de transformá-lo em um investimento popular

aberto ao público em geral, devido as altas taxas de juros praticadas pelo governo. Assim, seu caráter popular também passa pela figura do Estado.

Em termos das cooperativas que conseguem realizar a captação desses recursos, conforme demonstrado na Figura 10, são as que estão minimamente estruturadas, com capacidade financeira de pagamento. Ou seja, nesse momento, para quem recebe os recursos, o FINAPOP também não atende um caráter popular.

A criação do FINAPOP e a inserção do MST no mercado de capitais para a captação de recursos gerou debates internos dentro no movimento. Em entrevista realizada com Vilmar (2022), ele pontuou que houve debates, discussões em torno de como seria a operacionalização do FINAPOP, responsabilidades, riscos etc. Porém, as cooperativas dos assentamentos estavam com dificuldades na estruturação das suas cadeias produtivas, por conta da falta de acesso ao crédito. De acordo com o entrevistado, a necessidade fez com que as divergências internas em torno do FINAPOP fossem superadas. Assim, em sua visão, dentro de organizações, como o MST, “a necessidade comanda o processo de superação de contradições internas” (VILMAR, 2022). Por seguinte, destaca que:

Então, nossas cooperativas já operam no mercado financeiro há muito tempo, sem saber. Na hora que pega no Banco do Brasil capital de giro e paga 30% de juros ao ano, nós estamos operando capital financeiro, sem o menor domínio e com uma entidade que não se preocupa com o desenvolvimento concreto, só quer saber se vai pagar ou não. Se não pagar, executar. Se o projeto foi implementado ou não é menos importante, se produziu alimento saudável ou não, se dialogou com a sociedade ou não. Então, teve esse processo de desconfiança, de tentar entender como se dá, quais os riscos etc. Mas eu penso que foi um processo muito importante de maturidade e amadurecimento do papel das nossas cooperativas e dos instrumentos que são criados por essas cooperativas para dar conta de organizar a produção. Então, acho que hoje, dentro das nossas organizações, inclusive do movimento, isso já não é mais um conflito contraditório. É um conflito contraditório do capitalismo, mas que não cabe a nós a culpa, nem o ônus e nem o bônus disso, porque nós estamos vivendo dentro desse sistema e nós temos que, minimamente, lutar por dentro dele, para superar ele (VILMAR, MST, 2022).

Ao que pese uma possível financeirização das cooperativas dos assentamentos da reforma agrária, no próximo tópico se busca delimitar o entendimento do termo ‘financeirização’, com objetivo de demonstrar porque se compreende, nessa pesquisa, que a captação de recursos realizada pelas cooperativas do MST se relaciona ao processo de financeirização.

3.2 Financeirização

Na financeirização se destaca a preponderância dos mercados financeiros e instituições financeiras na economia, política e na sociedade em geral. Assim, as cooperativas do movimento já estariam inseridas em uma economia financeirizada, sem acessar o mercado de capitais.

Na conceituação de Epstein (2005):

A financeirização se refere à crescente importância dos mercados financeiros, dos motivos financeiros, das instituições financeiras e das elites financeiras na operação da economia e de suas instituições governantes, tanto em nível nacional quanto internacional (EPSTEIN 2005, p. 3) (tradução nossa).

Na vida cotidiana, a financeirização se materializa de diversas formas, como em uma compra em cartão de crédito e de débito, aquisição de cartão de um estabelecimento como uma loja ou supermercado, pagamento de taxas de serviços aos bancos na manutenção de uma conta, plano de previdência privada, escola particular e a diminuição de acesso a serviços públicos, entre outros exemplos.

A economia financeirizada incide negativamente, principalmente no setor produtivo, com o aumento da importância do setor financeiro em detrimento deste. Nesse sentido, as instituições financeiras, como os bancos, que deveriam funcionar na sociedade como um agente dinamizador da economia, assim, sendo um intermediário para que os recursos chegassem no setor produtivo, não o fazem. No atual cenário, essas instituições priorizam a obtenção de lucros em curto prazo e com menores riscos, através da aquisição de títulos da dívida pública e privada, ativos financeiros e operações na bolsa de valores. Isso ocorre em detrimento da alocação eficiente de recursos na economia real, na qual o setor produtivo deveria ser o grande beneficiado. Como consequência, o setor produtivo passa por um processo de encolhimento, o que contribuiu para gerar desemprego, diminuição de renda e aumento da desigualdade social. Enquanto isso, os setores financeiros continuam a aumentar suas margens de lucro, pois não estão dependentes do investimento no setor produtivo para obter retornos favoráveis, o que é possível visualizar pela divulgação do crescente aumento do lucro dos bancos, mesmo em situações de crise financeira. Dowbor (2017) definiu esse processo como o de capital improdutivo, uma vez que o setor financeiro ganha dinheiro sem a realização de investimentos na economia real, como na produção de bens e serviços, geração de empregos, melhores condições e qualidade de vida para a sociedade.

Na visão de Corrêa, Lemos e Feijó (2017), a dominância do setor financeiro sobre a economia é tamanha que, independentemente da situação econômica, as instituições financeiras conseguem garantir a manutenção dos seus lucros.

Em períodos de expectativa otimista, um volume maior de empréstimos garantiria o rendimento das empresas financeiras e em períodos de deterioração das expectativas, as taxas de juros aumentariam quando o volume de crédito fosse reduzido e a taxa de crescimento desacelerasse. Esse papel especial das empresas financeiras na acumulação de capital permite ao setor financeiro aumentar sua participação na renda total, aumentando a riqueza financeira, apesar da desaceleração da taxa de crescimento da renda agregada e da produção (CORRÊA; LEMOS; FEIJÓ, 2017, p. 1133).

Na agricultura, a financeirização ocorre de forma parecida com os outros setores econômicos da sociedade. No entanto, é um processo que vem ganhando cada vez mais espaço com o aumento do interesse de outros investidores financeiros não usuais no setor agrícola, como: corretoras, fundos imobiliários e empresas de securitização. É possível destacar a crescente importância da produção de *commodities*, que tem seu valor definido no mercado de capitais, com o produtor não tendo nenhum controle nessas operações. Como consequência, o aumento constante na produção de soja e milho, que muitas vezes está atrelado a uma decisão que vem do mercado e não do produtor que, na busca de um financiamento de suas atividades ou de ter a garantia da compra de seu produto, é obrigado estar alinhando a um modelo de produção. A financeirização também alcança a terra, com a sua aquisição por fundos imobiliários que a adquirem para arrendamento ou venda futura, transformando em papéis de títulos para investimento no mercado de capitais, gerando um aumento substancial no seu valor.

Destaca-se que o processo de financeirização é dependente de um importante agente, que é o Estado. Sua predominância na economia só foi possível por meio de liberalização e desregulamentação financeira, criação de legislações beneficiando o setor financeiro, aumento do leque de títulos para investimentos e de atores do mercado financeiro, privatização, orçamento público mobilizado para pagamento da dívida pública, manutenção de taxa de juros a níveis satisfatórios ao mercado financeiro. Como exemplo, temos a recente independência do Banco Central (BC) que aumenta o controle do mercado sobre a definição da taxa de juros.

As cooperativas de reforma agrária estão inseridas no modo de produção capitalista, logo, não estão desconexas do processo de financeirização. No entanto,

utilizando-se do mercado de capitais, o modelo do FINAPOP vai na contramão ao processo de financeirização, uma vez que a captação de recursos das cooperativas do movimento é um investimento na economia real, com a criação de agroindústria, ampliação de estruturas, geração de emprego, renda e produção de alimentos. Nesse aspecto, o mercado de capitais funciona como um intermediário entre as pessoas (investidores) que possuem dinheiro e a Cooperativa que necessita de recursos para produção.

Um sistema financeiro saudável é aquele que canaliza recursos financeiros para investimento produtivo, ajuda as famílias a poupar para poder financiar grandes despesas, tais como Educação Superior e aposentadorias, fornece produtos, tais como seguros para ajudar a reduzir riscos, cria suficiente quantidade de liquidez útil, gera um mecanismo eficiente de pagamentos e gera inovações financeiras para fazer todas estas coisas úteis de forma mais barata e efetiva. Todas estas funções são cruciais para uma economia de mercado estável e produtiva (EPSTEIN; MONTECINO, 2016 p. 1 apud DOWBOR, 2017, p. 156).

Nesse sentido, segundo Dowbor (2017), é preciso criar um sistema alternativo que cumpra o papel de intermediação financeira, com o objetivo de fazer o dinheiro ser injetado na economia real, transformando-a em produtiva e gerando retorno para a sociedade. Assim, é possível considerar que o MST, por meio do mercado de capital, criou de fato uma alternativa para que as pessoas invistam seu dinheiro em algo que contribua no processo produtivo, causando impacto real na sociedade, impulsionando produção de alimentos, geração de emprego e renda.

Salienta-se que na captação de recursos no mercado de capitais, via FINAPOP, as cooperativas não estão sujeitando ao mercado suas terras, uma vez que é uma concessão de uso, logo, não são utilizadas como garantia. Também não estão sujeitando que o mercado financeiro determine sua forma de produção e comercialização, já que são valores captados em projetos definidos no interior do movimento, para atender as necessidades e especificidades de produção de cada assentamento, dentro de um modelo de produção de alimentos considerados saudáveis.

O FINAPOP é uma alternativa de captação de recursos que se destaca por sua abordagem não especulativa. Diferente de outras aplicações disponíveis no mercado, ele oferece uma taxa de juros de retorno ao investidor significativamente menor. Essa característica atrai, exclusivamente, investidores que compartilham da mesma ideologia do MST em relação em suas práticas de agroecologia, estabelecendo uma conexão direta entre o financiamento e os princípios ambientais e da produção de alimentos saudáveis.

Também não serve para especulação, pelo fato de que são recursos captados e investidos na produção concreta das cooperativas, gerando produção, emprego e renda nos assentamentos.

No entanto, é fundamental ressaltar que, quando o Estado se omite em relação ao seu compromisso com as políticas públicas, os agricultores de base camponesa ficam à mercê de recorrer a empréstimos bancários com altos percentuais de juros ou buscar outras formas de obter acesso ao crédito. Esse cenário acaba fazendo com que essas pessoas passem por um processo de aprofundamento da financeirização, o que coloca em risco a continuidade da manutenção de diversas famílias camponesas em suas terras.

A COOPAN, em determinado momento, poderia ter se colocado nessa situação quando já havia esgotado todas as possibilidades de buscar crédito para concluir as obras de seu frigorífico e agroindústria de suínos e bovinos. Nesse contexto, ao buscar ajuda nas instâncias do MST, tomou conhecimento da existência do FINAPOP, que se apresentava como uma alternativa viável.

3.3 Os caminhos que levaram a COOPAN a acessar crédito por meio do FINAPOP

A crise humanitária causada pela pandemia da COVID-19 teve um impacto significativo na reta final da construção do frigorífico e agroindústria da COOPAN, resultando em sua paralisação. Além disso, os efeitos da pandemia na economia global levaram a aumentos substanciais nos preços dos materiais de construção, uma situação imprevisível que afetou diretamente o orçamento e o progresso da obra. O ‘valor’ disponível para a cooperativa, que já estava no limite, tornou-se insuficiente para entregar o frigorífico e a agroindústria prontos para funcionamento.

Nesse contexto, o acesso a crédito era fundamental para a conclusão das obras, aquisição de máquinas e equipamentos e para cobrir outras necessidades relacionadas à liberação das atividades no frigorífico e na agroindústria. No entanto, a cooperativa buscou diversas instituições e fontes financeiras, mas sem sucesso. “Nós fomos por tudo, até o limite. O Banco do Brasil esgotou as possibilidades e aí fomos através da CRESOL que é uma cooperativa de crédito via Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE). A CRESOL topou ser nossa avalista e conseguimos mais um valor ali no BRDE” (JUCA, COOPAN, 2022).

A dificuldade de acesso ao crédito era uma preocupação da cooperativa nos últimos anos. Juca destaca que a cooperativa sempre priorizou o crédito por meio da

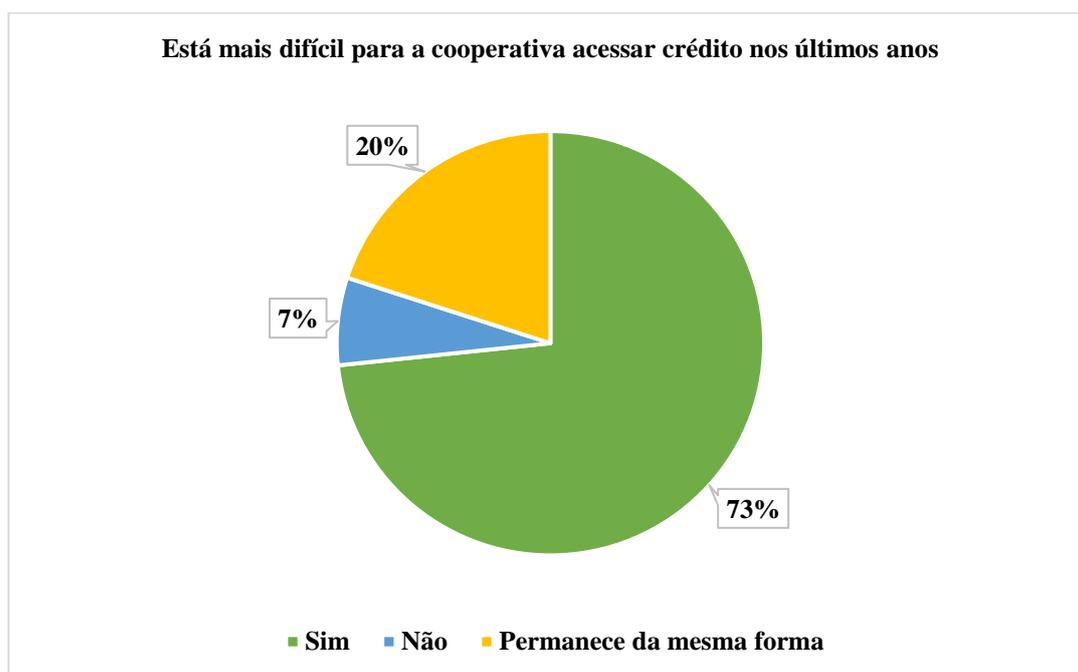
política do PRONAF. No entanto, nos últimos anos, após o anúncio do plano safra e a disponibilização de crédito via PRONAF, havia uma grande corrida para obter o crédito destinado à agricultura de base familiar. Rapidamente, os bancos sinalizavam que não tinham mais recursos disponíveis.

Que a gente sempre tenta buscar na linha PRONAF, financiamento para as cooperativas da agricultura familiar. E o grande gargalo que teve nos últimos anos, nesse governo que está hoje, são recursos disponíveis. Então, a gente trabalha hoje, com o Banco do Brasil, mas trabalha também com cooperativas de crédito que, queira ou não, te conhecem mais, pode ter uma facilidade, mas para eles conseguirem o recurso é uma briga. Abri PRONAF, tinha que correr, porque com 2 dias terminava. Então, acho que tinha muito menos recursos disponíveis para essas linhas dos programas de governo (JUCA, COOPAN, 2022).

Além da dificuldade de acesso ao crédito, a cooperativa enfrentava o desafio das exigências excessivas de garantias feitas pelos bancos e cooperativas de crédito. Os trabalhadores assentados da COOPAN não possuem títulos de suas propriedades. Ademais, os equipamentos utilizados para o trabalho não foram vistos como bens com valores para os bancos e, portanto, não serviam de garantia para empréstimos.

Assim, a dificuldade de acesso ao crédito nos últimos anos também foi compartilhada pela maioria dos entrevistados que, quando questionados se estava mais difícil da cooperativa acessar crédito nos últimos anos, a maioria indicou que sim, conforme Gráfico 7. Reforçando a importância de buscar alternativas para superar esses desafios e garantir o acesso aos recursos necessários para o funcionamento e crescimento da cooperativa.

Gráfico 7: Está mais difícil para a cooperativa acessar crédito nos últimos anos



Fonte: Pesquisa de campo, 2022

Conforme se pode analisar no Gráfico acima, houve dificuldades em relação ao acesso do PRONAF, que se intensificaram nos últimos anos. Essa distorção consiste no direcionamento dos recursos do PRONAF pelos bancos para os agricultores que possuem maior capacidade financeira, melhores garantias e está vinculada à produção de *commodities*, que por sua vez está diretamente ligada ao modo de produção do agronegócio. Apesar da disponibilização de recursos pelo PRONAF, estes são usurpados da agricultura de base familiar, que deveria ser prioritariamente assistida.

A postura adotada pelo governo Bolsonaro em relação à agricultura familiar, especialmente em relação aos assentados, proporcionou aos bancos, que são responsáveis pela gestão dos recursos provenientes da política de crédito do PRONAF, ficarem confortáveis para ignorar as demandas das famílias camponesas. Essa conduta resultou no redirecionamento de uma considerável parcela dos recursos para o agronegócio. Embora isso já fosse comum entre os bancos, ela se intensificou nos últimos anos com o respaldo governamental, especialmente durante os governos Temer e Bolsonaro.

A dificuldade de acessar linhas de crédito dos programas governamentais fez com que a COOPAN levasse sua demanda para a direção do MST. “E na realidade, saímos em busca de recurso para tudo quanto é lado. Bancos, cooperativa de crédito, movimento” (JUCA, COOPAN, 2022). No âmbito do movimento, era reconhecida a dificuldade

enfrentada pelas cooperativas dos assentamentos de reforma agrária para obter crédito, o que afetava diretamente a produção. Sem acesso ao crédito, tornava-se inviável o desenvolvimento das cadeias produtivas dessas cooperativas, que constituem uma das principais políticas traçadas pelo MST.

Com o governo Bolsonaro, o diálogo se tornou praticamente impossível. Ou seja, uma melhoria nas políticas de crédito governamentais ou qualquer alternativa proveniente do governo, dificilmente se concretizaria. Diante dessa realidade, o movimento soube compreender a situação política e buscou encontrar uma solução própria, criando o FINAPOP, o qual detalhamos no item anterior.

Nesse contexto, de um lado, a cooperativa COOPAN que necessitava de crédito e, do outro, o movimento buscava testar uma possível forma de financiamento. Assim, o MST apresentou à COOPAN o FINAPOP, como uma possível solução para a resolução do problema.

[...] E aí, nesse meio tempo, acho que surgiu a oportunidade da ideia que tinha principalmente o João Pedro e o Eduardo Moreira que conversavam. E se levou nossa demanda e eles acharam interessante. Isso proporcionou que na abertura de uma colheita de arroz orgânico que nós tínhamos aqui, receber a visita do Eduardo Moreira. Então, quando veio aqui, conheceu nossa experiência, e aí parece que o troço deu uma alavancada. E a partir daí que surgiu essa oportunidade. Nós com uma obra que não tínhamos terminado, precisava terminar e eles com vontade de captar recursos de investidores para apoiar projetos, vamos dizer assim, que não seja projetos das multinacionais, projetos mais populares. E nesse sentido que iniciou o processo e que acabou sendo a primeira experiência aqui, experiência piloto do FINAPOP. Então, acredito que por aí que nasceu, em cima da nossa necessidade, da nossa dificuldade e da vontade deles de investir recursos (JUCA, COOPAN, 2022).

Durante as entrevistas, ficou perceptível que a decisão da COOPAN em optar pela captação de recursos por meio do FINAPOP foi além da simples busca por uma modalidade de crédito para concluir uma obra necessária pela cooperativa. Na realidade, essa escolha representou um compromisso por parte da cooperativa junto ao MST e outros acampados e assentados que fazem parte do movimento. Eles acreditaram que a política criada pelo movimento, caso bem-sucedida, poderia contribuir com outros assentamentos.

[...] Ele não foi dos mais baratos que a gente pegou, mas também tinha embutido toda essa ideia de, se der certo, vamos ter financiamento para outros assentamentos, outras agroindústrias. Então, além de financeiro,

acho que foi uma decisão política de pegar esse recurso (ADELAIDE COOPAN, 2022).

[...] Quando nós discutimos, uma coisa nova, que a gente não conhecia. Vamos ou não vamos pegar, nós confiamos bastante no movimento. Porque, vamos dizer assim, não estava fazendo uma coisa só para nós, mas sim para o movimento, que iria repercutir no sistema de financiamento que poderia beneficiar muitas pessoas. E muito mais que isso, que é desmistificar que o movimento, que as pessoas não têm produção (JUCA, COOPAN, 2022).

Com efeito, o FINAPOP representa mais que o mero propósito de captar recursos para financiar as cooperativas dos assentamentos. Ele carrega consigo um profundo simbolismo político, representando mais um desdobramento da contínua luta coletiva dos camponeses pela terra. Demonstrando que, ao longo dos quase 40 anos de existência do MST, os camponeses souberam se adaptar as circunstâncias e perseverar diante das contínuas dificuldades enfrentadas, buscando soluções por meio do coletivo.

A COOPAN, apesar de ter captado um valor considerado pequeno, encontrou nele uma solução fundamental para concluir suas obras. Ao contrário de outras opções de crédito, esse valor pôde ser utilizado de forma flexível em diferentes áreas necessárias para preparar o frigorífico e a agroindústria para o início de suas atividades. Ele poderia ser aplicado na construção, compra de materiais e equipamentos, concessão de licenças ou mesmo como capital de giro.

Essa flexibilidade diferencia o crédito do FINAPOP captado pela COOPAN de outras opções, como os créditos disponibilizados pelo PRONAF ou um financiamento tradicional obtido diretamente de um banco, os quais estão vinculados a usos específicos. Ao acessar um crédito tradicional, é necessário direcionar os fundos exatamente para os fins especificados no projeto. Durante a execução de uma obra, se ocorrer uma situação excepcional, como a pandemia da COVID-19 ou qualquer outra crise, que leve a um aumento no preço dos materiais determinados, não é possível realocar o dinheiro para comprar outros itens. Isso acaba comprometendo o valor inicialmente estipulado.

[...] Você vai pegar um financiamento do governo, você vai dizer que vai comprar isso daqui, precisa comprar exatamente isso daqui. [...] Então, ele é um dinheiro que você vai dizer a finalidade, mas não exatamente o que você vai comprar. Ele proporciona ser mais flexível e facilita bastante a execução da obra e compra dos equipamentos. Até porque no banco tem muita regra [...] (JUCA, COOPAN, 2022).

Nesse sentido, um cooperado exemplificou citando a aquisição de equipamentos seminovos realizada pela cooperativa para o frigorífico e agroindústria. Essa possibilidade de compra de equipamentos usados, porém em excelente estado, a um custo substancialmente mais baixo do que a compra de novos só foi viável devido à autonomia concedida pela modalidade do FINAPOP à COOPAN no manuseio dos recursos captados. Dentro dessa modalidade de crédito, a cooperativa tinha liberdade para utilizar o valor captado da forma que fosse mais vantajosa, desde que estivesse alinhada ao objetivo para o qual o crédito foi obtido.

Nesse sentido, Juca (2022) destacou essa característica como um aspecto distintivo do FINAPOP:

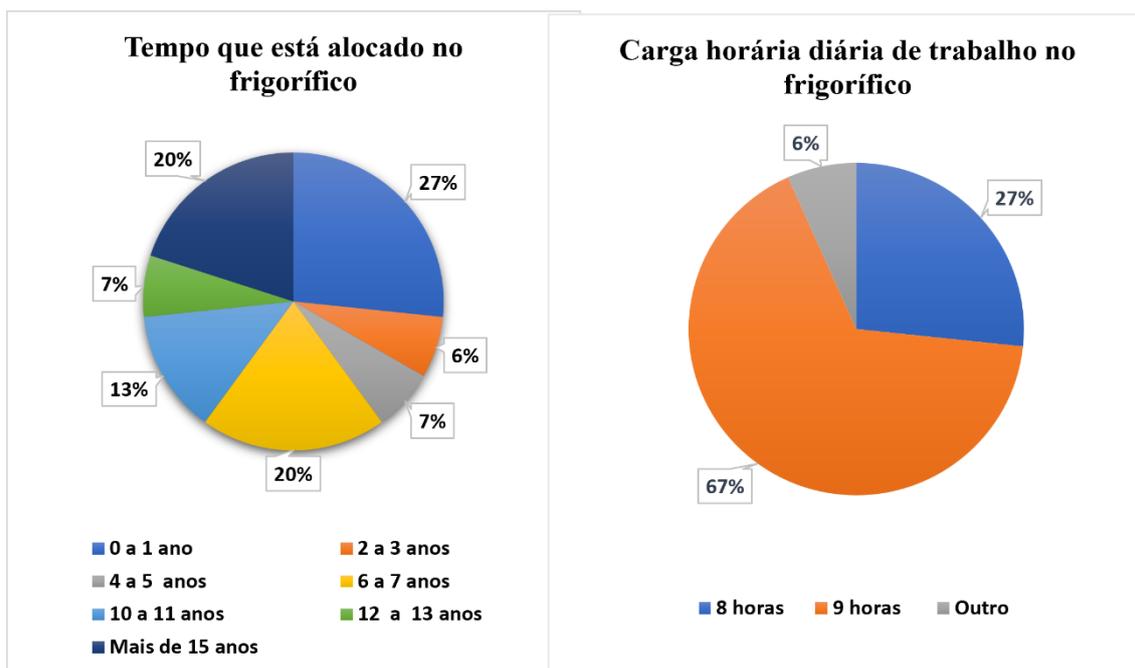
O equipamento importado é o melhor, mas não pode ser, então, aqui tu consegue. O equipamento, vamos dizer assim, vamos pegar um usado que o valor é muito alto, no banco não dá, mas aqui dá. Então, tem bastante coisas que fica mais fácil para tu de fato concluir uma obra, uma atividade, por não ter esse carimbo no que tu vai comprar exatamente. Acho que essa é a grande vantagem (JUCA, COOPAN, 2022).

Dessa forma, a COOPAN pôde aproveitar os créditos provenientes do FINAPOP para adquirir máquinas e equipamentos a um custo menor, além de contribuir para o pagamento das licenças de operação do frigorífico e da agroindústria, bem como, obter um valor de capital de giro para manter suas atividades. Em um cenário de crédito convencional, a cooperativa provavelmente teria que financiar um montante mais alto para cobrir todas essas necessidades, uma vez que seria obrigada a cumprir diversas restrições bancárias em relação à aplicação do valor financiado.

3.4 Construção da Nova Estrutura do Frigorífico e Agroindústria de Suínos com recursos do FINAPOP

Atividade de suinocultura é a que gera mais empregos para os cooperados da COOPAN. A maioria dos cooperados que atuam no frigorífico/agroindustrial possui experiência de vários anos nessa área, incluindo a vivência na estrutura antiga, a ser tratada no decorrer desse capítulo. Com base nas respostas dos questionários, verificou-se que eles trabalham em média de 6 a 8 horas por dia nesse setor, conforme demonstrando no Gráfico 8.

Gráfico 8: Quantidade de anos trabalhado no frigorífico e quantidade de horas trabalhada por dia.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022

Dentre as diversas atividades desempenhadas pelos cooperados da COOPAN, aquelas que sustentam financeiramente a cooperativa são: a produção e agroindustrialização do arroz orgânico, bem como, o abate e a comercialização de suínos. A primeira atividade é comercializada em cerca de 60% com o mercado institucional (PAA e PNAE), enquanto a segunda atende às vendas diretas no assentamento, mercadinhos locais, entre outros. O frigorífico de suínos desempenha um papel fundamental, concentrando a maior parte da mão de obra da cooperativa.

A suinocultura é uma das principais atividades desde a origem da COOPAN, sendo responsável, no início, por fornecer um suporte financeiro mínimo à cooperativa e auxiliar na alimentação dos assentados nos momentos em que enfrentaram dificuldades nas atividades da lavoura. Quando conquistaram a terra, na área do assentamento já existia uma estrutura deficitária de um frigorífico, os assentados se uniram para reformar e passaram a utilizá-lo como abatedouro e frigorífico de suínos a partir de 1997, agregando assim um maior valor à carne produzida. Segundo a entrevistada: “Nessa área tinha um frigorífico clandestino, que a gente reformou e inaugurou em 1997. Então, é uma estrutura antiga que a gente já reformou e com o tempo ele foi ficando precária. Mas a gente tocou com ele até esse ano” (ADELAIDE, COOPAN, 2022).

Figura 11: Inauguração do abate de suínos (1997)



Fonte: Acervo da COOPAN.

O abatedouro, por ser uma estrutura antiga reformada e reaproveitada pelos assentados, encontrava-se em condições precárias nos últimos anos, com poucas oportunidades de reaproveitamento. Dado sua importância como atividade fundamental da cooperativa, tanto em termos de geração de renda quanto de empregabilidade, foi decidido pelos assentados, a construção de um novo abatedouro em conjunto com uma estrutura de agroindústria, com o objetivo de expandir as atividades e alcançar novos mercados.

Além do abatedouro de suínos, os assentados se uniram e construíram, coletivamente, com suas próprias mãos, os chiqueiros para abrigar os porcos, estruturando assim toda a atividade suína da COOPAN, conforme é possível de observamos na Figura 12:

Figura 12: Construção dos chiqueiros de porcos



Fonte: Acervo da COOPAN.

No entanto, o processo de construção do novo frigorífico e agroindústria de suínos e bovinos da cooperativa enfrentou diversos desafios, como a demora de quase 10 anos entre o planejamento e a finalização da construção e liberação para o início das atividades. Em 2013, a COOPAN apresentou o projeto e solicitou recursos ao BNDES, mas só obteve aprovação no final de 2015, quando a construção teve início. Durante os dois anos de espera pela liberação dos recursos, diversas modificações foram necessárias no projeto original, incluindo alterações na planta, nos equipamentos e a obtenção de licenças, além do aumento dos custos de materiais e mão de obra, o que tornou o valor inicialmente solicitado insuficiente para a conclusão da obra. Ao longo do período de construção, a cooperativa enfrentou uma crise financeira, derivada da pandemia da COVID-19, além de outros eventos que impactaram os custos e prazos de conclusão, levando-a a buscar outras linhas de crédito.

Inicialmente, a cooperativa planejava concluir e inaugurar o frigorífico e agroindústria em dois anos. No entanto, esse prazo se refere apenas à obtenção da liberação dos recursos. As obras somente foram finalizadas em 2021 e a cooperativa obteve todas as licenças e autorizações para iniciar as atividades apenas no final de 2022. O orçamento inicial previa 6 milhões de reais para a construção, com 3 milhões provenientes do BNDES e 3 milhões da própria cooperativa, mas esse valor não foi

suficiente para concluir sequer metade do projeto. Ao longo dos anos, a cooperativa teve que buscar outras fontes de financiamento, como: o PRONAF Agroindústria, o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), o INCRA e o FINAPOP, totalizando aproximadamente 12 milhões de reais para a conclusão da construção e liberação das atividades.

A gente conseguiu, no início, um financiamento do BNDES. Do projeto inicial, metade era do financiamento fundo perdido e outra metade era de recursos próprios. Só que como esse projeto era de 2013, foi aprovado no final de 2015, que foi quando a gente começou a operar, já tinha mudado muita coisa. Tanto em questão de planta, quanto em questão de equipamentos e valores. Atravessando a pandemia e chegando no final do frigorífico, a gente teve que buscar outros recursos. A gente conseguiu um PRONAF agroindústria pelo Banco do Brasil, financiamento pelo BRDE via CRESOL, uma parte do financiamento em um recurso do INCRA para agroindústria, que foi ali na rabeira no governo Bolsonaro, nem sei como a gente conseguiu isso, mas conseguiu e o FINAPOP (ADELAIDE, COOPAN, 2022).

Apesar de o recurso do FINAPOP ser menor em comparação aos demais financiados, sua contribuição foi fundamental para suprir uma demanda urgente, sendo uma via de crédito decisiva na conclusão das obras do frigorífico e agroindústria. Esse financiamento permitiu a aquisição de equipamentos, a obtenção das licenças necessárias e deixou a estrutura pronta para a operação.

Diante das dificuldades enfrentadas pela cooperativa para obter a liberação de crédito público, é possível afirmar que, sem o FINAPOP, o frigorífico talvez ainda não estivesse funcionando. A falta de conclusão das obras, a aquisição de equipamentos ou a ausência de alguma licença necessária, seriam obstáculos para o funcionamento do empreendimento. Essa situação poderia resultar em custos contínuos para a cooperativa ao longo dos meses, já que o frigorífico e agroindústria estariam parados e incapazes de gerar receita.

Após quase uma década, o frigorífico e a agroindústria iniciaram suas atividades, sendo uma conquista dos cooperados da COOPAN. Com a nova planta, a cooperativa passa vislumbrar e produzir novos produtos e alcançar novos mercados.

3.5 FINAPOP e o impacto na Produção, Emprego e Renda dos Assentados a partir da nova estrutura de frigorífico e agroindústria suínos e bovinos.

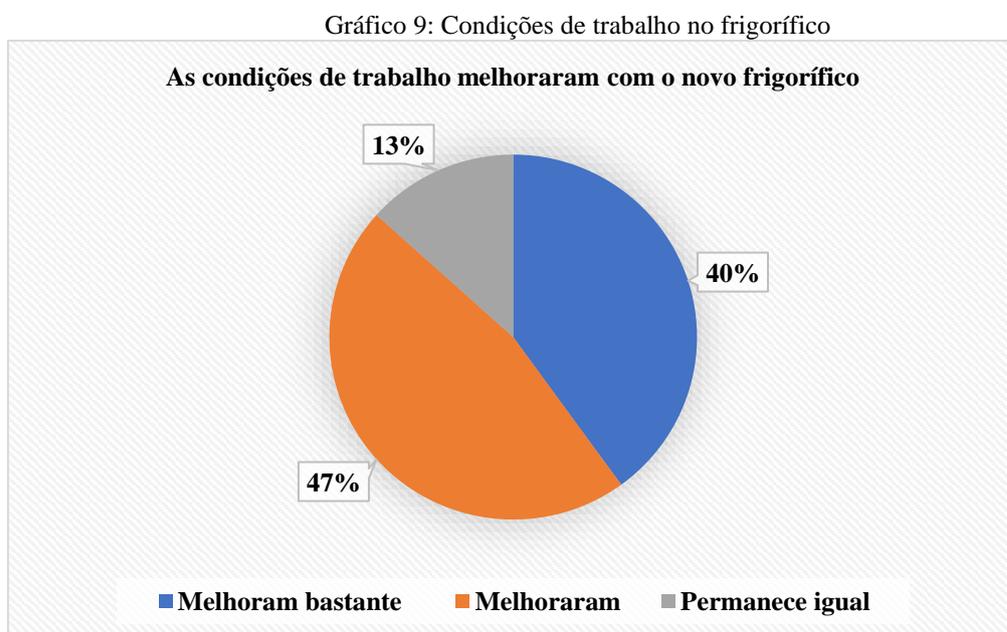
Ainda é cedo para avaliar os resultados mais profundos na cooperativa e entre os assentados em relação ao novo frigorífico e agroindústria, os quais serão mais evidentes

a médio e longo prazo. Porém, já é possível ter alguns indicativos importantes desde o início das atividades na nova estrutura.

O primeiro impacto diz respeito à própria estrutura do frigorífico, a qual garante condições de trabalho melhores para os assentados. No antigo frigorífico se contava com uma estrutura antiga e precária, o que resultava em um ambiente de trabalho inadequado. No entanto, a atual estrutura recém-construída possui equipamentos mais modernos, maior espaço disponível, área de descanso adequada e a implementação de geração de energia solar, propiciando melhores condições de trabalho e uma cooperativa mais sustentável em suas atividades.

Melhorou o sistema de funcionamento do dia a dia, implantou um sistema todo informatizado. Melhorou em relação, não para todo mundo, mas para grande maioria, na qualidade de trabalho. Enfim, é uma estrutura nova, ferramentas mais adequadas, equipamentos, ergonomia, essas coisas no trabalho no dia a dia. Uma estrutura nova, com menos problema também (ADELAIDE, COOPAN, 2022).

Nesse sentido, para os cooperados que atuam no frigorífico e na agroindústria é possível constatar uma melhora nas condições de trabalho após a substituição da antiga estrutura pela nova, conforme indicativo do Gráfico 9.



Fonte: Pesquisa de campo, 2022

No que diz respeito à produção, a antiga estrutura do frigorífico operava com uma média diária de abate de até 100 suínos. Nessa configuração, era possível realizar apenas o abate dos suínos e comercializar cortes mais básicos, tais como a carcaça, que consiste no porco cortado ao meio para a venda, além dos cortes como paleta, pernil e miúdos.

Figura 13: Estrutura do antigo frigorífico da COOPAN



Fonte: Acervo do autor.

Na nova estrutura, o frigorífico incorporou a produção de carne bovina e agroindústria, que não eram contempladas na estrutura anterior. Atualmente, sua capacidade de abate diário é de aproximadamente 300 suínos e 50 bovinos, podendo ser ampliada conforme a demanda. Além disso, ela está habilitada legalmente para atender o mercado institucional no Estado do Rio Grande do Sul, bem como, outros mercados privados. A partir dos recursos adquiridos com o FINAPOP foi possível terminar a construção do novo frigorífico da COOPAN. Conforme podemos observar na Figura 14:

Figura 14: Frigorífico/Agroindústria nova da COOPAN



Fonte: Acervo da COOPAN.

Quanto à agroindústria de carne suína, que ainda está em estágio inicial, a cooperativa está realizando testes em alguns produtos. Após a aprovação, esses produtos serão comercializados. A cooperativa já possui embutidos com rótulos aprovados para a venda, conforme figura 15, que podem ser encontrados diretamente no supermercado localizado no assentamento.

Lá nos estávamos somente legalizados para abater o suíno e vender a carcaça. Dividir o porco no meio e vender duas carcaças de um suíno. Hoje, além da carcaça, nós o temos legalizado para abate de bovinos e para indústria. Na indústria você vai gerar cortes, embutidos, enfim, um leque de produtos já industrializado. E esse é o grande desafio nosso agora, que a gente começou a trabalhar. Você precisa desenvolver um produto, chegar a um padrão, botar um rótulo, até começar a entrar no mercado. E é nesse pé que nós estamos, agora. É parte mais difícil e mais importante e que pode alavancar uma agregação de valor no nosso produto e como consequência de isso tentar viabilizar todo o investimento feito na indústria (JUCA, COOPAN, 2022)

Figura 15: Linguiça produzida na nova estrutura



Fonte: Facebook da COOPAN

Comercialmente, os primeiros reflexos de avanços são sentidos. A COOPAN está autorizada, por meio do registro Estadual, para a venda dentro do Estado nos mercados institucionais, as primeiras vendas foram e são realizadas para a cidade de Porto Alegre e outras prefeituras no Estado. Agora, a cooperativa busca a liberação de comercialização para outros municípios. Na estrutura antiga, a cooperativa não possuía essas autorizações, não podendo comercializar com os mercados institucionais, só os privados locais.

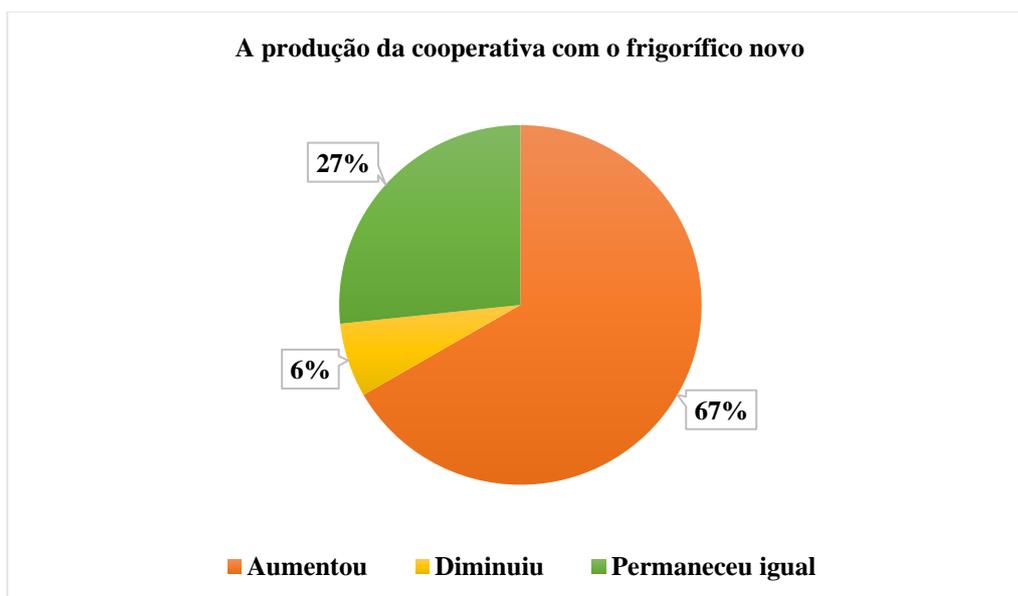
Começamos alguma coisa aqui no Rio Grande do Sul, com a prefeitura de Porto Alegre e tem outras prefeituras. E a ideia é buscar alguma coisa em prefeituras fora do Estado. Para isso nós temos que mudar nosso registro, que nós temos só inspeção estadual que só permite venda no Estado (JUCA, COOPAN, 2022)

A carne suína era até agosto, 100% para o mercado convencional. E partir do momento que a gente abriu o frigorífico novo a gente já conseguiu esse mês e mês passado entrar em chamadas públicas também. Daí a gente já tem uma agroindústria autorizada para venda da carne para merenda escolar (ADELAIDE, COOPAN, 2022)

Dessa forma, a curto prazo, já é possível observar um aumento da produtividade do novo frigorífico, evidenciado pelo aumento percentual nos abates de suínos, pela

incorporação da produção bovina e da agroindústria, além da expansão para novos mercados. No entanto, esses números ficaram mais claros e concretos a partir de 1 ano da nova estrutura e com a divulgação dos dados reais dos resultados. Na percepção dos cooperados, houve um aumento na produção da cooperativa a partir da estrutura nova do frigorífico, conforme Gráfico 10.

Gráfico 10: Percepção dos cooperados em relação a produção na nova estrutura



Fonte: Pesquisa de campo, 2022

No entanto, apesar do início das atividades no novo frigorífico e agroindústria, e do conseqüente aumento da produtividade, não houve e não haverá um aumento nos repasses aos cooperados nos próximos anos. Isso se deve ao compromisso da cooperativa em honrar os pagamentos dos valores financiados. Para que a cooperativa consiga cumprir com os pagamentos em dia, como tem feito até agora, os associados precisarão fazer sacrifícios financeiros individuais em prol do bem coletivo.

Nós temos 3 operações com o Banco do Brasil, operações com o BRDE e essa com o FINAPOP. Estamos pagando todas elas. Em função da demora, nós começamos a pagar antes de abrir o frigorífico, mas estamos pagando. É um momento um pouquinho difícil da cooperativa, porque vamos dizer assim, a cooperativa gera sobras, as sobras são definidas pelos associados para onde vão. Então, nós temos o valor que distribuimos todo mês para as pessoas e aí depois tem uma sobra maior que a gente define em assembleia o que fazer. E ano passado, esse ano, são períodos que nós temos que reservar um valor alto dessas sobras para pagar os investimentos. Então, queira ou não, vai ser um período mais difícil para os associados, vai sobrar menos para os associados (JUCA, COOPAN, 2022)

Essa é a responsabilidade assumida pela cooperativa, direcionando os excedentes para o pagamento dos financiamentos, em vez de buscar um aumento no percentual recebido por cada cooperado.

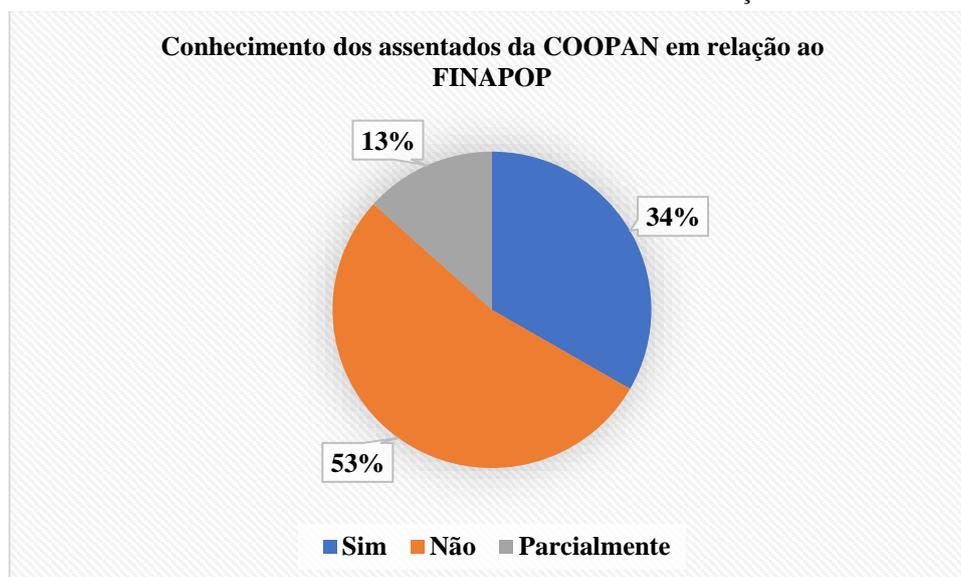
3.6 FINAPOP: Qual é o conhecimento dos assentados da COOPAN?

Desde o início de suas operações, o FINAPOP tem causado grande repercussão na mídia e na academia, despertando curiosidade e interesse em muitas pessoas que buscam compreender sua natureza, funcionamento e objetivos. Embora seja relativamente recente, ele se expandiu rapidamente e hoje é considerado uma espécie de novo setor dentro do movimento, com a responsabilidade de gerenciar a captação de recursos destinados às cooperativas dos assentamentos vinculados ao MST.

No entanto, a maioria dos assentados da COOPAN desconhece o que é o FINAPOP e como o acesso ao crédito por meio dele é viabilizado. Nas entrevistas, os cooperados expressaram a importância dos recursos do FINAPOP, que foram acessados pela Cooperativa. No entanto, a relevância não reside na forma ou modalidade de acesso ao crédito, mas sim no fato de ter contribuído para a conclusão da construção do frigorífico e da agroindústria, nas quais agora possuem melhores condições de trabalho, têm perspectivas de aumento de renda, oportunidade de empregar mais assentados, expandir a comercialização de produtos e, acima de tudo, a conquista ao iniciar as atividades em um frigorífico novo após tantos anos de luta.

Esse entendimento fica claro quando os assentados são questionados sobre o FINAPOP, pois a maioria daqueles que trabalham no frigorífico e na agroindústria demonstraram falta de conhecimento a respeito. Conforme demonstrado no Gráfico 11, dos 15 questionários respondidos, apenas cinco participantes afirmaram possuir conhecimento sobre o FINAPOP, enquanto dois responderam que possuem parcialmente e oito afirmaram não ter conhecimento algum.

Gráfico 11: Conhecimento dos assentados da COOPAN em relação ao FINAPOP



Fonte: Pesquisa de campo, 2022

Como já mencionado anteriormente, a COOPAN foi a primeira cooperativa do MST a acessar crédito através do FINAPOP, sendo considerada uma operação modelo. No entanto, a cooperativa estava adentrando em um território desconhecido, pois não possuía experiência prévia nessa modalidade de crédito e havia pouco conhecimento sobre suas regras, funcionamento e particularidades em geral. Nesse sentido, a COOPAN estava confiando inteiramente nas informações e orientações fornecidas pelo MST.

Considerando que essa operação poderia ter um impacto financeiro significativo na cooperativa e em seus membros, era crucial que as pessoas que estavam buscando crédito nessa modalidade tivessem uma compreensão mais clara do processo. Afinal, seriam elas as principais afetadas por essa decisão.

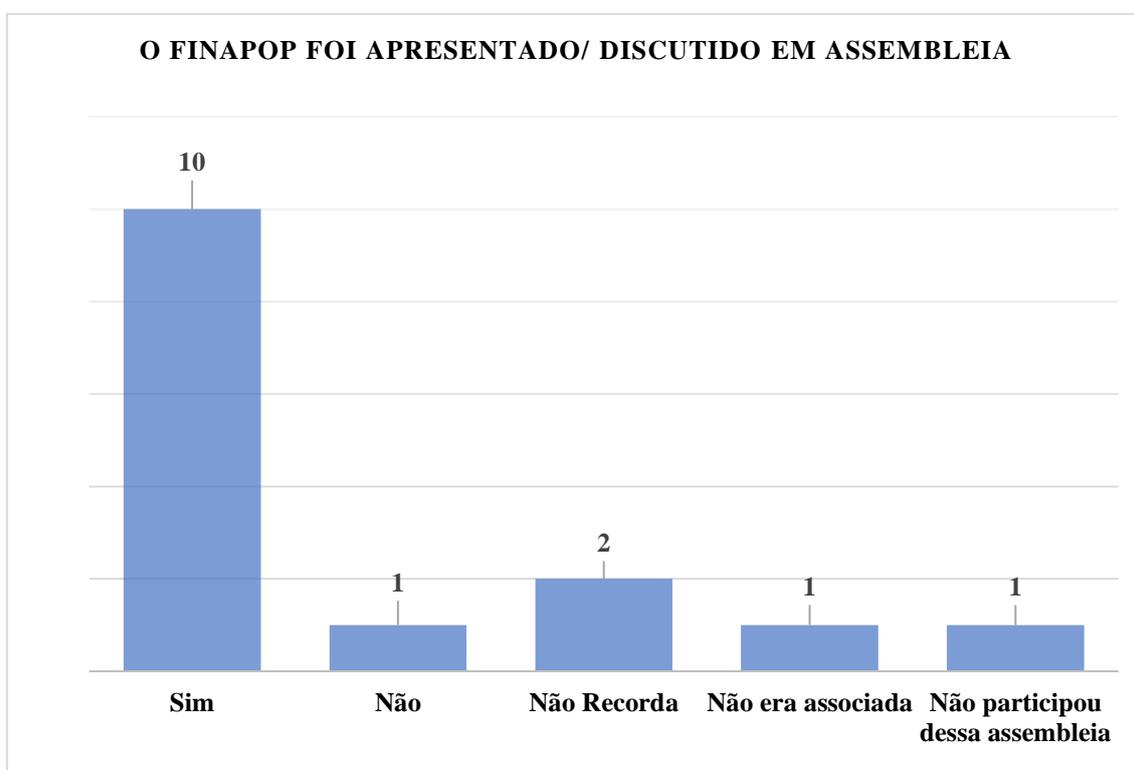
A COOPAN é uma cooperativa coletiva, na qual as decisões são tomadas de forma conjunta, embora haja divisões por setores. Portanto, a decisão de buscar crédito através do FINAPOP, independentemente de ser positiva ou negativa, afeta todos os cooperados. Sendo assim, é essencial que os assentados tenham minimamente conhecimento sobre o FINAPOP e seu funcionamento, de modo a compreenderem o tipo de crédito que estariam acessando.

É verdade que é irreal esperar que todas as pessoas que compõem um coletivo tenham interesse em ouvir atentamente, informar-se e buscar um conhecimento

aprofundado sobre um determinado assunto. No entanto, quando mais da metade das pessoas entrevistadas afirmam não possuir conhecimento sobre o FINAPOP, isso sugere que talvez a informação devesse ser mais bem compartilhada entre os cooperados. Em uma outra perspectiva, podemos compreender que existe dificuldade em lidar com essa concepção de produção, pois, a racionalidade camponesa se diferencia da empresarial.

Contraditoriamente, quando questionados se o acesso ao recurso por meio do FINAPOP foi apresentado e discutido em assembleia, a maioria dos cooperados afirmou que sim, de acordo com o Gráfico 12.

Gráfico 12: O FINAPOP foi apresentado/Discutido em assembleia



Fonte: Pesquisa de campo, 2022

Essa contradição pode ser resolvida considerando que, de fato, o acesso ao recurso através do FINAPOP foi apresentado em assembleia, mas de maneira mais informativa e comunicativa do que aberta a uma discussão aprofundada sobre o que o era FINAPOP, como funcionava e se deveriam ou não utilizar esse recurso.

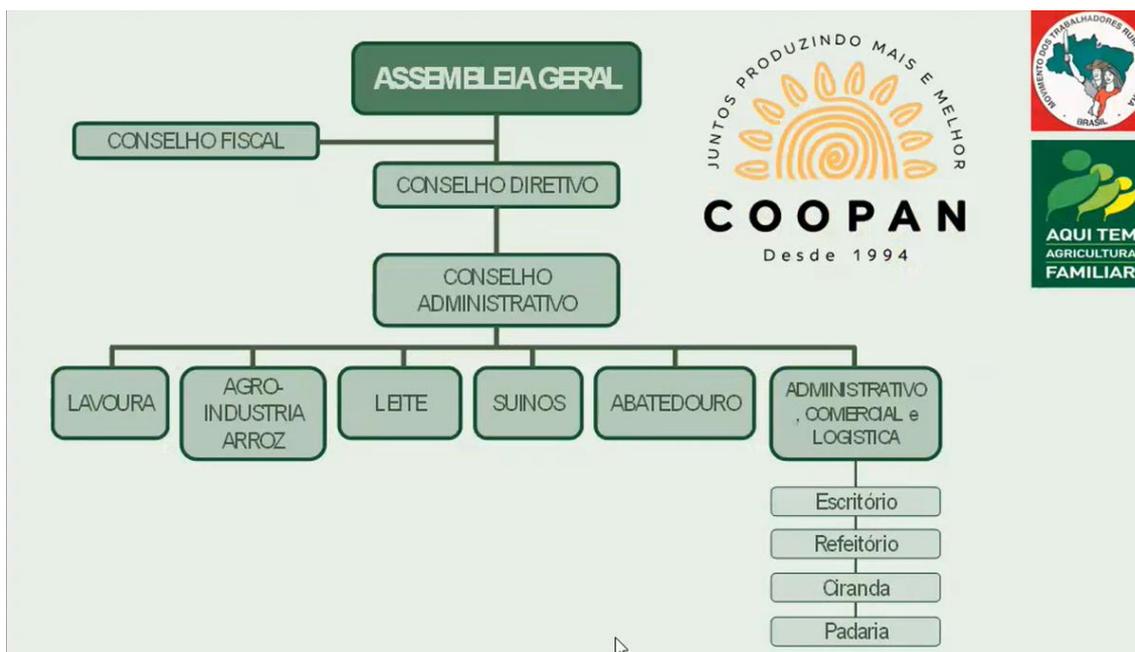
Segundo Juca, “foram realizadas as discussões dentro das instâncias da cooperativa e até em assembleia para tomar a definição de realmente pegar” (2022). Já na fala de Adelaide a proposta do FINAPOP foi apresentada “primeiro para a direção da

cooperativa, para os responsáveis e depois aqui no escritório a gente avaliou também, deu uma olhada no recurso” (2022). Somente em outro momento, foi apresentado em assembleia, no entanto, “ele foi apresentado em assembleia, mas mais no sentido de ‘oh: tem esse recurso assim e assado, o “Rascunho” trouxe a demanda e a gente avaliou que é possível, que a gente vai pegar” (ADELAIDE, 2022). Ou seja, foi discutido e avaliado dentro da Cooperativa, mas quando foi levado e apresentado na assembleia, já havia uma decisão tomada, sendo apresentada mais como critério informativo/comunicativo, aos associados.

Corroborando com o argumento de Adelaide, durante a aplicação de um questionário a um cooperado antigo, foi possível constatar seu descontentamento em relação às mudanças que ocorreram nas assembleias. Segundo ele, grande parte das pautas já são discutidas e decididas previamente nas instâncias correspondentes a cada setor, o que torna as assembleias mais informativas do que espaços de discussão de pautas, por exemplo. Contrariamente ao que era feito nas assembleias antigamente.

Para ilustrar, atualmente a COOPAN se organiza por meio da Assembleia Geral, considerada o órgão máximo da cooperativa, na qual são tomadas as decisões mais importantes. O Conselho Fiscal desempenha o respaldo legal para essas decisões. Além disso, há o Conselho Diretivo, composto por seis membros que formam a direção da cooperativa e o Conselho Administrativo, composto por um coordenador e um vice de cada setor, considerando que são seis setores.

Figura 16: Organograma da COOPAN



Fonte: Arquivo da COOPAN

Os conselhos diretivo e administrativo, denominado como instâncias, realizam reuniões semanais para tratar da organização interna da cooperativa. Assim, grande parte das discussões são realizadas nas instâncias, que são formadas por representantes dos cooperados. Após essas reuniões, cabe aos coordenadores e vice-coordenadores convocar os setores para informá-los sobre os assuntos tratados e a situação de cada setor, garantindo que todos estejam atualizados sobre o que ocorre em cada área.

Com base na análise das fontes é possível compreender que as discussões relacionadas ao FINAPOP foram restritas às instâncias da cooperativa, sendo posteriormente comunicadas aos setores e, na assembleia, apresentadas apenas como uma matéria informativa sobre uma decisão já consolidada nessas instâncias.

Desta forma, pode-se considerar que o acesso ao recurso por meio do FINAPOP talvez não tenha sido levado para a discussão em assembleia, mas comunicado a decisão de adesão, o que sintetiza o gráfico apresentado de que a maioria dos assentados “ouvirá falar” do FINAPOP, sem compreender de fato do que se trata.

É interessante observar que o próprio assentado Juca, que esteve envolvido nas discussões para acessar o crédito por meio do FINAPOP, assim como na organização documental para colocar em prática a captação dos recursos, não possui clareza sobre a

totalidade do assunto. Sendo que alguns pontos mais específicos sobre o funcionamento da captação de recursos através do mercado de capitais estão além de seu conhecimento, como pode ser percebido em sua fala em relação aos custos do FINAPOP: “ele tem alguns custos fixos operacionais de manter questões que eu não sei explicar. Ele tem custos fixos, que todo mês você tem que pagar esses recursos, pagar isso e pagar aquilo da operação, fora os juros” (JUCA, 2022).

O FINAPOP foi desenvolvido como uma iniciativa para captar recursos por meio do mercado de capitais e outros mercados financeiros, com o propósito de financiar as atividades das cooperativas da reforma agrária. Embora utilize um mercado já existente para esse fim, a estrutura do FINAPOP como está posta, é uma criação do movimento. No entanto, apesar da relevância alcançada pelo FINAPOP, o MST enfrenta desafios na comunicação do programa com os assentados que compõem o movimento. Isso indica a necessidade de aprimorar a interlocução do MST em relação ao FINAPOP, garantindo que os assentados compreendam minimamente seu funcionamento e aplicabilidade.

3.7 A agroindústria da carne como estratégia de melhores condições de trabalho e manutenção dos jovens.

Uma das estratégias adotadas pelo MST é a criação de agroindústrias nos assentamentos de reforma agrária, com o objetivo de permitir que os assentados produzam e agreguem valor aos seus produtos, gerando mais empregos e renda, segundo pontuou Vilmar (2022), integrante do setor de produção do MST, o objetivo do movimento nos últimos anos é a organização das cadeias produtivas, que está diretamente atrelada à construção e fortalecimento dessas agroindústrias. Essa iniciativa não apenas proporciona mais empregos e melhoria de renda, mas também deixa os assentados menos reféns em relação às grandes indústrias, que muitas vezes se apropriam da produção primária, pagando valores baixos e obtendo lucros significativos por meio da agregação de valor a esses produtos.

A COOPAN é um exemplo concreto de sucesso, com a construção de uma agroindústria para beneficiamento de arroz orgânico, iniciada por volta de 2005. Atualmente, atende não apenas à produção interna do assentamento, mas também de outros assentamentos da região, que trabalham com produtos orgânicos. A transição do arroz convencional para o arroz orgânico pela COOPAN ocorreu nos anos de 1998-1999.

No entanto, nesse período não havia um engenho na região que trabalhasse com arroz orgânico, o que impossibilitava a certificação e a comercialização do arroz como produto orgânico. Esse obstáculo levou a cooperativa a buscar a construção de uma agroindústria específica para o beneficiamento do arroz orgânico. Com isso, a COOPAN teve controle sobre todas as etapas da produção de arroz, desde o plantio, colheita, secagem, armazenamento, beneficiamento, estoque até a venda, tudo realizado pela própria cooperativa.

No caso da produção de suínos, a cooperativa já possuía um ciclo completo, incluindo matrizes para a reprodução dos leitões, inseminação, maternidade, creche, crescimento, engorda e abate. Mas com a conquista da nova estrutura, que inclui não apenas suínos, mas também bovinos e agroindústria, a produção da cooperativa será impulsionada, agregando valor à carne por meio da agroindústria e alcançando novos mercados, fortalecendo essa atividade.

Ambos os setores, arroz e suíno, são de grande importância para a COOPAN. Além dos benefícios em termos de aumento da produção, aspectos econômicos e oportunidades comerciais, a construção das agroindústrias nos assentamentos da cooperativa desempenha um papel fundamental na retenção dos jovens no campo. As atividades do Arroz e Suínos são responsáveis por gerar a maior quantidade de empregos na COOPAN, com destaque especial para a de suínos. Através da criação de agroindústrias, a cooperativa proporciona não apenas oportunidades de trabalho e renda para os jovens, mas também incentiva a permanência deles no meio rural. Para Gontijo “a questão do trabalho (ou da sua falta) é a justificativa mais recorrente dos jovens que desejam migrar do campo para cidade” (2007, p. 201).

Nesse aspecto, a COOPAN oferece, desde o princípio, a oportunidade para que jovens a partir dos 16 anos se tornem associados. Eles podem se associar, trabalhar e participar ativamente das decisões da cooperativa, além de obter uma renda. Assim como, a cooperativa incentiva e apoia financeiramente aqueles que deixam o assentamento para prosseguir seus estudos. Nesse sentido, vale destacar as formações e as parcerias estabelecidas com universidades públicas pelo MST, que possibilitam que os assentados realizem uma formação técnica e/ou superior.

Para ilustrar, podemos observar a nova estrutura do frigorífico e agroindústria de Suínos, que conta com um total de 34 trabalhadores, dos quais quatro são funcionários

contratados. Dentro desse quadro, 23 são homens, enquanto 11 são mulheres. Além disso, dentre os trabalhadores, 17 são jovens, dos quais 13 são associados e os 4 restantes são contratados. Esses números nos revelam que exatamente 50% dos trabalhadores do frigorífico e agroindústria são jovens.

No trabalho de campo, ficou evidenciado a importância da cooperativa em suas vidas, os aspectos mais mencionados estavam relacionados ao emprego. Para os mais velhos, destacava-se o fato de que o que construíram gerou emprego e renda para sustentar suas famílias e agora pode proporcionar emprego para seus filhos. Para os mais jovens, a importância da cooperativa se dava sobretudo por ser uma construção familiar, que lhes possibilita emprego e renda sem a necessidade de deixar o assentamento. Dessa forma, por meio da cooperativa, os jovens têm a perspectiva de poder estudar e trabalhar, permanecendo no campo ao lado de seus familiares.

Nesse sentido, apesar do crescimento da COOPAN ao longo dos anos e da expansão de suas atividades, como a produção de arroz, suínos, bovinos e leite, além da construção de uma agroindústria de arroz e, mais recentemente, um frigorífico de suínos e bovinos, fica evidente, nas entrevistas, que essa ampliação e diversificação estão diretamente vinculadas ao aspecto familiar, como o desejo de gerar mais emprego e melhorar as condições de vida dos assentados, assim como oportunidades para que seus filhos permaneçam no campo.

Isso não implica, contudo, que os cooperados não tenham como objetivo aumentar sua renda, através dos repasses das cooperativas, por exemplo. No entanto, o pensamento predominante não é focado, primordialmente, na ideia de que o novo frigorífico e a agroindústria permitirão um aumento na produção de mercadorias com vistas à acumulação de capital, mas sim em concepções diretamente relacionadas ao âmbito familiar.

Na fala de Juca (2022) é possível observar que, para a cooperativa, além dos aspectos financeiros e de produtividade, a construção de uma agroindústria no assentamento desempenha um papel fundamental, que é a manutenção dos jovens na COOPAN:

[...] Mas principalmente tem duas coisas que para mim são importantes, que é o envolvimento dos jovens, hoje quase a agroindústria é tocada pelos jovens, isso abre espaço para que os jovens fiquem aqui. E tão importante quanto contratar mão de obra, mas é permanecer com os

jovens, nossos filhos aqui para tocar a cooperativa (JUCA, COOPAN, 2022)

De acordo com Adelaide (2022), corroborando a fala de Juca, a agroindústria desempenha um papel significativo para os jovens da COOPAN, uma vez que oferece uma forma de emprego distinta, que não envolve o trabalho da lida na roça, que não é atrativo para a maioria dos jovens.

[...] Mas se tu analisar, por exemplo, no nosso histórico da cooperativa, as agroindústrias, é onde os jovens se inseriram. Porque o trabalho no campo já não é tão atrativo para o jovem. Então, a agroindústria é um local no qual tem mais possibilidade para o jovem atuar. Ah, bom, não quer estudar, mas tem um serviço ali para ti. Ah, quer estudar, tem também possibilidades para ti atuar na cooperativa. Então, acho que as agroindústrias são fundamentais para novos postos de trabalho, inclusive para os jovens, para manter os jovens no campo e ter uma fonte de renda (ADELAIDE, COOPAN, 2022).

Outro ponto relevante é que a COOPAN, por meio de suas agroindústrias, consegue proporcionar maior complexidade às atividades desenvolvidas no assentamento. Nesse aspecto, a cooperativa oferece oportunidades para muitos jovens que têm interesse em obter uma formação de nível superior, permitindo que retornem e se reintegrem à cooperativa dentro de suas áreas de formação, como pôde ser observado nas palavras de Adelaide.

Destaca-se que a COOPAN é uma cooperativa coletiva, diferenciando-se, assim, de uma cooperativa tradicional, em relação ao trabalho desenvolvido em seu frigorífico e agroindústria. Como característica, as atividades desempenhadas nos abates em frigoríficos, geralmente em cooperativas, são conhecidas por serem penosas, exaustivas, insalubres e com baixa remuneração, o que acarreta uma alta rotatividade de trabalhadores.

Embora na COOPAN a natureza das atividades realizadas no frigorífico também seja exaustiva, a relação de trabalho dos cooperados é diferente, uma vez que estão estruturados em um modelo de CPA. Desta forma, o principal elemento que distingue é o fato de ser uma cooperativa coletiva, em que o fruto desse trabalho é realmente coletivo e os resultados são distribuídos entre todos os cooperados. Portanto, diferentemente de uma cooperativa convencional, na COOPAN, os associados são, de fato, proprietários do que produzem.

Assim como, o fato do frigorífico e a agroindústria estarem localizados dentro do assentamento faz com que não haja gastos de tempo com deslocamento, o que proporciona um período maior de descanso. Além disso, os cooperados têm a oportunidade de almoçar no refeitório da cooperativa ou em casa, junto com suas famílias, durante o horário de almoço. Durante os intervalos no frigorífico e agroindústria, os trabalhadores podem conversar, comer e descansar, sem a pressão de terem apenas alguns minutos para se alimentar, ir ao banheiro e voltar ao trabalho. Esses aspectos, à primeira vista, podem parecer insignificantes, mas fazem diferença no dia a dia do trabalhador. Desta forma, ao longo dos anos, a COOPAN soube se organizar e aprimorar gradualmente suas produções, resultando em um aumento de eficiência e produção das suas atividades. Com isso, conseguiu melhorar a qualidade de vida dos cooperados e estabelecer um ambiente propício para que os jovens enxerguem perspectivas viáveis de permanência no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerra-se esse trabalho com o objetivo de ter respondido alguns questionamentos que foram propostos durante o desenvolvimento da pesquisa. Um dos temas centrais abordados foi a análise dos motivos que levaram o MST a acessar recursos por meio do mercado de capitais, a partir da criação do FINAPOP, com a cooperativa COOPAN realizando a primeira captação. Nesse aspecto, buscou-se responder o porquê essa cooperativa foi a primeira a captar recursos nessa modalidade e quais os resultados práticos dessa captação para a cooperativa e os seus cooperados.

Destaca-se que o desenvolvimento dos três capítulos se conecta na capacidade de resistência pelos camponeses ao longo da história, que apesar de sofrerem as mais diversas formas de violações, continuaram resistindo e reinventando suas estratégias de lutas como forma de sobrevivência.

O contexto da criação do FINAPOP pelo MST, assim como o que levou a COOPAN a buscar esse recurso, está alicerçado na ausência de políticas públicas de crédito rural por parte do Estado, que se asseverou nos governos de Temer e Bolsonaro. Dessa forma, buscando uma alternativa para atender as demandas das cooperativas de reforma agrária, nasceu a ideia do FINAPOP. No entanto, sua criação não pode ser pensada de uma forma simplista. O FINAPOP advém de um amplo contexto de estudos e debates tratados no interior do MST, que vem ocorrendo desde a mudança de diretriz em relação a luta por reforma agrária, o qual tem como um dos temas a ideia de estruturação das cadeias produtivas dos assentamentos, com foco que os produtos da reforma agrária alcancem novos mercados e públicos. O problema de acesso ao crédito era um dos entraves para a organização das cadeias produtivas nos assentamentos e norteava, há algum tempo, os debates no MST.

O recurso do FINAPOP, apesar de não ser o maior em termos de valores, foi essencial para a conclusão das obras do frigorífico e da agroindústria de suínos e bovinos da COOPAN, sem o qual talvez ainda estivesse inacabado. Por meio do FINAPOP, a cooperativa concluiu as obras e conseguiu as aprovações necessárias para o início de suas atividades. Destaca-se que, por se uma forma de crédito com mais mobilidade, a cooperativa pôde aplicar o investimento naquilo que mais precisava. Dessa forma, a COOPAN é um exemplo concreto de como as cooperativas de reforma agrária podem utilizar o FINAPOP, aproveitando seus pontos positivos.

Com o início das atividades no novo frigorífico e na agroindústria de suínos e bovinos, ainda que esteja em uma fase inicial, foi possível verificar ganhos na qualidade das condições de trabalho dos cooperados, aumento da produção e diversificação de produtos, alcance de novos mercados e geração de novos empregos. Assim, o acesso ao crédito, por meio do FINAPOP, cumpriu um importante papel para cooperativa. No entanto, ressalta-se que necessita de mais tempo de produção da nova estrutura para medir os impactos financeiros concretos da cooperativa.

Desde a primeira captação de recurso, que foi realizada pela COOPAN, o MST organizou e estruturou o FINAPOP, qualificando-o em projetos com novas demandas das cooperativas de reforma agrária, assim, realizando outras captações de recurso no Mercado Financeiro. Em um prazo curto, de dois anos, as cooperativas tinham captado mais de 40 milhões de reais, demonstrando a importância e relevância do FINAPOP. Apesar de ter nascido atrelado a um investimento de um CRA no mercado de capitais, atualmente o FINAPOP se transformou em um conjunto de iniciativas do MST para captar crédito para as cooperativas de reforma agrária.

No entanto, o movimento não compreende o FINAPOP como um substituto das políticas públicas de crédito do Estado, mas sim, como algo complementar. Assim, a intenção é estruturar e expandir cada vez mais o FINAPOP, mas sem perder de vista a importância de continuar lutando por mais recursos e melhores condições de acesso às políticas públicas, como a do PRONAF.

Deste modo, esperamos que essa pesquisa possa servir de ponto de partida para o desenvolvimento de outras discussões que tenham em sua temática o FINAPOP.

À guisa da conclusão, entendemos que com essa pesquisa não tivemos a intenção de afirmar se o FINAPOP é bom ou ruim, ou se o MST está certo ou errado. Buscou-se, sobretudo, compreender como, mediante as circunstâncias, esse movimento social foi e vai se transformando para continuar sendo sujeito de sua própria história e não apenas objeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADACHI, Vanessa. **De Faria Limer a investidor do MST: a virada de João Pacífico**. Disponível em: <https://www.capitalreset.com/de-faria-limer-a-investidor-do-mst-a-virada-de-joao-pacifico/> Acesso em: 25 jan. 2023.

ALVES, Schrilei. **Como a redução histórica de recursos destinados à segurança alimentar afeta a população brasileira**. Disponível em: <https://ojoioeotriigo.com.br/2022/03/como-a-reducao-historica-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira/> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

ALVES, Pedro. **Ricardo Salles é investigado por esquema de exportação ilegal de madeira**. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/06/23/ricardo-salles-entenda-operacao-contras-exportacao-ilegal-de-madeira-que-mira-ministro-do-meio-ambiente.ghtml> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

ANDRADE, Manuel Correia. As tentativas de organização das massas rurais. As ligas camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo (1963). Clifford WELCH, Clifford A. et al (Orgs.) **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

AQUINO, Joacir Rufino de; GAZOLLA, Marcio., SCHNEIDER, Sergio. Dualismo no campo e desigualdades internas na agricultura familiar brasileira. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 56, n. 01, p. 123-142, Jan./Mar. 2018 Trimestral.

ARRUDA, Roldão. MACEDO, Fausto. **Stedile vê “contrarreforma agrária” no país**. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/stedile-ve-contras-reforma-agraria-no-pais/> Acesso em: 20 jun. 2022.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis, Vozes, 1984.

BATISTA, Henrique R.; NEDER, Henrique. D. Efeitos do Pronaf sobre a pobreza rural no Brasil (2001-2009). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, n. 1, p. 147-166, 2014.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luís Antônio Cabello. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERNARDES, Gabriela. Desmatamento na Amazônia cresceu 51% em 11 meses, diz Imazon. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/07/4938431-desmatamento-na-amazonia-cresceu-51--em-11-meses-diz-imazon.html> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

BRAGON, Ranier. HOLANDA, Marianna. Bolsonaro transforma reforma agrária em programa de entrega de títulos a assentados. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/bolsonaro-transforma-reforma-agraria-em-programa-de-entrega-de-titulos-a-assentados.shtml> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

CANAL RURAL. **Censo Agropecuário: número de jovens no campo cai de 14% para 10%**. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/radar/numero-jovens-campo-cai/> Acesso em: 20 out. 2022.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. A brecha camponesa no sistema escravista. WELCH, Clifford A. et al. (Orgs.) **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

CENTENO, Ayrton. **A jornada da lona preta até a produção do arroz sem veneno e de alta qualidade**. Disponível em: <https://www.brasildefatores.com.br/2022/03/22/a-jornada-da-lona-preta-ate-a-producao-do-arroz-sem-veneno-e-de-alta-qualidade> Acesso em: 22 jun. 2022.

CONSELHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Relatório de Avaliação: Programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar - Pronaf**. Brasília: Controladoria Geral da União, 2020.

CASADO, Letícia. MADEIRO, Carlos. **Governo quase zera verba de programas alimentares no Orçamento de 2023**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/09/27/governo-quase-zera-verba-de-programas-alimentares-no-orcamento-de-2023.htm> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

CONCRAB. **Sistema cooperativista dos assentados**. 2ª ed. São Paulo, 1998. (Caderno de Cooperação Agrícola, n. 5)

CONTERATO, Marcelo Antônio; BRÁZ, Cauê Assis; RODRIGUES, Stefany Reis. A commoditização do PRONAF e os desafios da agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Revista Grifos**, v. 30 n. 51 (2021): Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências - jan./abr. 2021.

COSTA, Luiz Flavio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

CORRÊA, Mariana Finello; LEMOS, Pedro de Medeiros; FEIJÓ, Carmem. Financeirização, empresas não financeiras e o ciclo econômico recente da economia brasileira *. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. spe, p. 1127–1148, dez. 2017.

CRUZ, Rafael Sandrin. A história do jornal Terra Livre e as lutas dos camponeses no estado de São Paulo (1954-1964). **Temporalidades**, Belo Horizonte, Edição 35, v. 13, n. 1. Jan./Jun. 2021, p. 408-429.

DELGADO, Guilherme Costa. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 15, n. 43, 2001, p. 157-172. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9829>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DOS SANTOS, Wagner Luiz Santos.; MASSUQUETTI, Angélica. A contribuição da Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita para o desenvolvimento de Nova Santa Rita, no Rio Grande do Sul. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, [S. l.], v. 14, n. 23, 2017, p. 1-17.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo: Por que oito famílias tem mais riqueza do que a metade da população do mundo?** São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

DUTRA ALVES, Flamarion.; SILVEIRA, Vicente Celestino Pires. Evolução das desigualdades regionais no Rio Grande do Sul: espaço agrário, imigração e estrutura fundiária - EVOLUTION OF REGIONAL DISPARITY IN THE RIO GRANDE DO SUL: AGRARIAN SPACE, IMMIGRATION AND AGRARIAN STRUCTURE. **Caminhos de Geografia**, [S. l.], v. 9, n. 26, 2008. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/15806>. Acesso em: 27 jun. 2022.

ECKERT, Cordula. O Master e as ocupações de terra no Rio Grande do Sul. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. MEDEIROS, Leonilde Servolo de. PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas, v. 1: campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

ESPTAIN, Gerald. **Financialization and the world economy**. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.

ESQUERDO, Vanilde. BERGAMASCO, Sônia. **Reforma agrária e assentamentos rurais: perspectivas e assentamentos**. Disponível em: http://transformatoriomargaridas.org.br/sistema/wp-content/uploads/2015/02/1406231456wpdm_Texto-REFORMA-AGR%C3%81RIA-E-ASSENTAMENTOS-RURAI-PERSPECTIVAS-E-DESAFIOS-.pdf.

FABRINI, João Edmilson. **Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do centro-oeste/PR enquanto território de resistência camponesa**. 2002. 294 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/102971>

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

FURUKAWA MARQUES, Dan. A dialética do conflito ou como equilibrar interesses individuais e coletivos em uma comunidade cooperativa. **Insurgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 164-207, 2018. DOI: 10.26512/insurgencia.v4i2.28878. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/28878>. Acesso em: 28 out. 2022.

FREITAS, Claro Luiz; KONZEN, Otto Guilherme. Estrutura fundiária do Rio Grande do Sul: origens e mudanças. **Revista Economia Rural**, Brasília. Resr, vol. 21, n. 3, p. 399-427, 1983.

FONSECA, Bruno. DOMENICI, Thiago. Sob governo Bolsonaro, conflitos no campo aumentam e assassinatos de indígenas batem recorde. Disponível em: <https://apublica.org/2020/04/sob-governo-bolsonaro-conflitos-no-campo-aumentam-e-assassinatos-de-indigenas-batem-recorde/> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

GOMES, Flávio dos Santos. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONZAGA, Vanessa. Com reforma agrária paralisada, nenhuma desapropriação de terra é feita em 2021. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2021/08/16/com-reforma-agraria-paralisada-nenhuma-desapropriacao-de-terra-e-feita-em-2021> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga. Juventudes do Campo no Contexto de Ruralidades a Serem (Re)Construídas: Um Estudo Exploratório em um Acampamento dos Sem-Terra. In: II Seminário Nacional: Movimentos Sociais, Participação e Democracia, abril de 2007, Florianópolis. Anais... Florianópolis: UFSC, 2007.

GRISA, Cátia.; et al. Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil: análise das políticas públicas para a agricultura familiar. In: **Sociedade e Cultura**, Rio Grande do Sul – UFRGS, v. 20, n. 1. 2017. pp. 13-38. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/50853/24867>

GRISA, Cátia; BUCHWEITZ, Vitor Duarte; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323-346, 2014.

GUEDES, Aline. Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos#:~:text=Em%202022%2C%20o%20Segundo%20Inqu%C3%A9rito,brasileiros%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20fome.> 30 de jan. de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Nova Santa Rita - Panorama**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/nova-santa-rita/panorama> Acesso em: 20 jun. 2022.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Reforma agrária popular e a luta pela terra no Brasil**. Dossiê no 27, 2020.

GAIA. **Grupo Gaia**. Disponível em: <https://grupogaia.com.br/impacto/> Acesso em: 25 jan. 2023.

JULIÃO, Francisco. Que são as Ligas Camponesas? WELCH, Clifford A. et al. (Orgs.) **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

LANNER, Álvaro Juscelino. **A cooperativa de produção agropecuária Nova Santa Rita LTDA. (COOPAN) do Assentamento Capela, Nova Santa Rita (RS): questões de atividade suinícola**. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

LERRER, Débora Franco. A militância como devoção: a primeira geração de militantes do MST. In: **Cadernos CERU**. v. 20, n. 2, dez 2009, p. 133-161.

MADEIRO, Carlos. Programa cisternas tem pior resultado em 2022 e gera espera por água no NE. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos->

[madeiro/2023/01/29/programa-cisternas-tem-pior-resultado-em-2022-e-gera-fila-de-espera-none.htm](https://www.madeiro.com.br/2023/01/29/programa-cisternas-tem-pior-resultado-em-2022-e-gera-fila-de-espera-none.htm) Acesso em: 30 de jan. de 2023.

MANTELLI, Jussara. O processo de ocupação do Rio Grande do Sul e a evolução agrária. **Geografia**, Rio Claro, v. 31, n. 2, p. 269-278, 2006.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. 9. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2010.

MATTEI, Lauro. **Impactos do Pronaf**: análise de indicadores. Brasília: MDA; NEAD, 2005. (Nead Estudos, n. 11).

MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro FASE, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Sêrvolo de. **Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões**. Rio de Janeiro, 1993.

MELITO, Leandro. **Programa de cisternas enfrenta “seca” de recursos e fome bate à porta do semiárido**. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2020/01/programa-de-cisternas-enfrenta-seca-de-recursos-e-fome-bate-a-porta-do-semiarido/> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

MELITO, Leandro. **Arquitetura da destruição das políticas de combate à fome no Brasil**. Disponível em: <https://ojoioeotrigo.com.br/2020/02/arquitetura-da-destruicao-das-politicas-de-combate-a-fome-no-brasil/>. Acesso em: 30 de jan. de 2023.

MONTEIRO, John Manuel. **O desafio da História Indígena no Brasil**. In: SILVA, Aracy Lopes da S.; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Ed.) A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus. Brasília: MEC; Mari; Unesco, 1995. p. 221-228.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Programa Agrário do MST: VI Congresso Nacional do MST**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **O MST: nossa história**. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/#congresso> Acesso em: 20 jun. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Quem somos?** Disponível em: <https://mst.org.br/quem-somos/#apresentacao> Acesso em: 20 jun. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST já doou mais de 7 mil toneladas de alimentos desde o início da pandemia**. Disponível em: <https://mst.org.br/2022/09/12/mst-ja-doou-mais-de-7-mil-toneladas-de-alimentos-desde-o-inicio-da-pandemia/> Acesso em: 03 out. 2022.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST ultrapassa 6 mil toneladas de alimentos doados durante a pandemia**. Disponível em:

<https://mst.org.br/2022/01/14/mst-ultrapassa-6-mil-toneladas-de-alimentos-doados-durante-a-pandemia/> Acesso em: 03 out. 2022

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Financiamento Popular na Agricultura Familiar.** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=2gwaj6GkbRU&ab_channel=MovimentoSemTerra Acesso em: 25 jan. 2023.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA (NERA). **Relatório DATALUTA Brasil.** Presidente Prudente: NERA, n. 20, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Não reforma agrária e contrarreforma agrária no Brasil do governo Lula. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 13, 2011, Costa Rica. **Anais eletrônicos** [...]. Costa Rica: [s.n.], 2011. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Luís Fernando Tividini; SILVA, Sandro Pereira. Mudanças institucionais e produção familiar na cadeia produtiva do leite no oeste catarinense. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 50, n. 4, p. 705-720, 2012.

PACHECO, Beatriz. **O MST vai ocupar as carteiras: produto de renda fixa das cooperativas chega no varejo.** Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/objetivo/hora-de-investir/noticia/2022/12/15/o-mst-vai-ocupar-as-carteiras-produto-de-renda-fixa-das-cooperativas-chega-no-varejo-saiba-mais.ghtml> Acesso em 25 jan. 2023.

PALACIOS, Guilherme. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para história dos cultivadores pobres livres no Nordeste oriental do Brasil: 1700-1875. Clifford WELCH, Clifford A. et al. (Orgs.) **Camponeses Brasileiros: leituras e interpretações clássicas.** Vol. 1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PEREIRA, Bruna Rubenich. **Cooperativa em um assentamento de reforma agrária: como os sujeitos do campo percebem sua qualidade de vida.** 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Educação do Campo, UFRGS, 2020.

PEREIRA, Cloviomar Cararine. **“Devo não nego, pago quando puder”:** entendendo a inadimplência no assentamento rural casas altas, **SEROPÉDICA (RJ)**. 2005. 163 f. dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

PERES, João. ZOCCHIO, Guilherme. MATIOLI, Victor. O retorno de Lula traz à tona o mínimo que Bolsonaro (não) fez. Disponível em: <https://ojoioetrigo.com.br/2021/03/lula-bolsonaro-2022/> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

PETRIN, Antônio. Agricultura familiar tem prejuízo de quase 90% na pandemia. Disponível em: <https://contrafrasil.org.br/noticias/agricultura-familiar-tem-prejuizo-de-quase-90-na-pandemia-000c/> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

PINTO, Luís Fernando Guedes et al. Quem são os poucos donos das terras agrícolas no Brasil: o mapa da desigualdade. **Sustentabilidade em debate**. São Paulo: IMAFLORA. v. 1, n. 10., 2020, 21 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRETTO, José Miguel. HORN, Carlos Henrique. Uma avaliação do PRONAF no período 1995-2018. **Revista do Desenvolvimento Regional - FACCAT - Taquara/RS** - v. 17, n. 1, jan./mar. 2020.

RAUBER, Maiara. MST: Programa de Educação no campo forma 50 novos médicos veterinários. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/10/mst-programa-de-educacao-no-campo-forma-50-novos-medicos-veterinarios> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

REGO, Rubem Murilo Leão. **Tensões sociais na frente de expansão: a luta pela terra no sudoeste do Paraná – 1940-1970**. In: SANTOS, José Vicente Tavares dos (Org.). *Revoluções camponesas na América Latina*. Campinas: Unicamp, 1985. p. 189-212.

RESENDE, Cátia Meire; MAFRA, Rennan Lanna Martins. Desenvolvimento rural e reconhecimento: tensões e dilemas envolvendo o Pronaf. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 54, n. 2, p. 261-280, 2016.

RODRIGUES, Gabriel Magalhães. O Pronaf na Zona da Mata Mineira: efeitos nos PIBs total e setorial dos municípios. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 57, n. 1, p. 29-48, 2019.

RUBENICH, Indiane Witcel. **A sustentabilidade socioeconômica e os desafios da inserção da juventude na Cooperativa de Produção Agropecuária Nova Santa Rita (COOPAN) Nova Santa Rita (RS)**. 2017. 102 f. Trabalho de conclusão de curso (graduação) - Universidade Federal da Fronteira Sul. Laranjeiras do Sul, PR, 2017.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e luta dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANDRIN, Rafael. Um debate sobre a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo entre os anos de 1948 e 1964: A debate on the performance of the Brazilian Communist Party (PCB) in the countryside between the years 1948 and 1964. **Caminhos da História**, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 31-47, 2020.

SANT'ANNA, Lara. **MST: a fórmula arroz-com-feijão do modelo de negócios para socializar os orgânicos**. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/mst-a-formula-arroz-com-feijao-do-modelo-de-negocios-para-socializar-os-organicos/> Acesso em: 10 fev. 2023.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir Antônio; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. **Revista Grifos**, v. 30 n. 51 (2021): Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências - jan./abr. 2021.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; Starling, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Bauru: EDUSC, 2001.

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIQUEIRA, Deyvison Lopes. et al. Capital Social e desempenho socioeconômico: matriz tecnológica no Assentamento Capela, RS. **Revista Brasileira de Agropecuária Sustentável (RBAS)**, v. 2, n. 2, p. 35-43, dez. 2012.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

THOMAS, Carmen. **Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul**. Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul, n. 19, p. 17-27, 1976.

TRIODOS BANK. **Triodos Bank**. Disponível em: <https://www.triodos.co.uk/> Acesso em: 18 mar. 2023.

VELEDA, Raphael. CYPRESTE, Judite. **Brasil tem menor avanço na reforma agrária desde fim da ditadura**. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/brasil-tem-menor-avanco-na-reforma-agraria-desde-fim-da-ditadura> Acesso em: 30 de jan. de 2023.

VICENZO, Giacomo. **Mercado financeiro já investiu R\$ 42 milhões na agricultura do MST**. Disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2022/11/18/como-a-bolsa-de-valores-financia-agriculta-familiar-do-mst.htm> Acesso em: 25 jan. 2023.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. O Pronaf pós-2014: intensificando a sua seletividade? **Revista Grifos**, v. 30 n. 51 (2021): Dossiê PRONAF 25 anos: Histórico, transformações e tendências - jan./abr. 2021.

ANEXOS**QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS COOPERADOS DO COOPAN****1 - Sexo:**

Masculino Feminino Outro: _____

2 - Faixa Etária:

Menor de 18 anos Entre 18 e 25 anos Entre 26 e 30 anos
 Entre 31 e 40 anos Entre 41 e 50 anos Entre 51 e 60 anos
 Acima de 60 anos

3 - Cor/Raça:

Branco Pardo Preto Amarelo Indígena
 Outro: _____

4 - Estado Civil:

Solteiro Casado União Estável Divorciado
 Outro: _____

5 - Escolaridade:

Sem Escolaridade Fundamental – Incompleto Fundamental Completo
 Médio – Incompleto Médio Completo Superior Incompleto
 Superior Completo Pós-Graduação Incompleta Pós-graduação Completa

6 - Tempo de associado na Cooperativa COOPAN:

1 a 5 anos 6 a 10 anos 11 a 15 anos 16 a 20 anos
 21 a 25 anos 26 a 30 anos 30 a 40 anos Mais de 40 anos

7 - Quanto tempo está alocado no frigorífico?

0 a 1 anos 2 a 3 anos 4 a 5 anos 6 a 7 anos 8 a 9 anos
 10 a 11 anos 12 a 13 anos 14 a 15 anos Mais de 15 anos

8 - Participa das assembleias realizadas pela Cooperativa

Com Frequência De Vez em Quando Quase Nunca Sem Interesse
 Outro _____

9- Como avalia as decisões tomadas pela Cooperativa?

Justas - debatidas com todos Arbitrárias – sem a participação dos cooperados

Se for possível, justifique_____

10 – Está satisfeito como cooperado da COOPAN

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito insatisfeito

Se for possível, justifique_____

11 - Está satisfeito com o setor que está trabalhando na COOPAN:

Muito satisfeito Satisfeito Pouco satisfeito insatisfeito

Se for possível, justifique_____

12 - As condições de trabalho melhoraram com o novo frigorífico:

Melhoram bastante Melhoraram Permanece igual Pioraram

13 - Qual é sua carga horária diária de trabalho no frigorífico?

8 horas 9 horas 10 horas Mais de 10 horas

Outro:_____

14 - Teve alguma mudança na carga horária de trabalho com um novo frigorífico?

Aumentou Diminuiu Permaneceu igual

15 - Além do Frigorífico, trabalha em outra atividade na Cooperativa

Sim Não

Caso sim, em qual atividade_____

16 - Precisa trabalhar em outra atividade fora da Cooperativa para complementar renda?

Sim Não

Caso sim, em qual atividade_____

17 - A produção da cooperativa com o frigorífico novo:

Aumentou Diminuiu Permaneceu igual

18 - O número de cooperados trabalhando no frigorífico novo:

Aumentou Diminuiu Permaneceu igual

19 - O salário/sobras:

Aumentou Diminuiu Permaneceu igual

20 - Qual a importância do acesso de crédito para cooperativa?

Grande Média Pequena

21 - Está mais difícil para a cooperativa acessar crédito nos últimos anos?

Sim Não Permanece da mesma forma

22 - Por meio do recurso do FINAPOPOP foi possível concluir as obras do frigorífico novo. Você tem conhecimento do FINAPOPOP?

Sim Não Parcialmente

23 - O acesso ao recurso por meio do FINAPOPOP foi apresentado ou discutido em assembleia?

Sim Não

24 - Você acredita que o recurso que veio do FINAPOPOP foi importante para a Cooperativa?

Sim Não Indiferente

25 - Você participa das atividades políticas do MST (cursos, orientações, manifestações etc.)?

26 - Quais os pontos positivos do trabalho coletivo?

27 - Quais os pontos negativos do trabalho coletivo?

28 - Qual é a importância da Cooperativa na sua vida e de sua família?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM VILMAR, DO SETOR DE PRODUÇÃO DO MST

1- Vilmar, você poderia falar resumidamente sua trajetória, comentando um pouco da sua formação, em qual momento o MST e sua trajetória da vida se cruzaram?

2 -Você faz parte do setor de produção do MST? Qual é a função desse setor? Você poderia comentar.

3- Vilmar, sobre a questão de crédito. Os assentamentos por meio das suas cooperativas possuem dificuldade de acessar crédito por meio do Pronaf ou outro programa do governo? Se sim, quais são os problemas enfrentados?

4 - Essa situação se agravou no último governo?

5 -Qual é a importância de acesso a crédito para um assentamento?

6 - Como foi a concepção do FINAPOP? Como ele surgiu e como foi sua criação. O MST por meio dos seus dirigentes/militantes esteve presente em todas as fases de estruturação de programa? Foi algo proposto pelos assentados ou algo que foi estruturado a partir do conhecimento do mercado financeiro pelo Eduardo Moreira?

7 - Vilmar, quando saiu a notícia de que o MST iria acessar o mercado financeiro para captar recursos, foi uma notícia que, de que certa forma, chocou e saiu em todas as mídias. Dentro do MST como foi debate em torno de estar entrando ou não no mercado financeiro? Algumas pessoas falam de risco de financeirização do MST. Existe isso?

8 - O MST criou um núcleo específico para gerenciar o FINAPOP?

9 - A primeira cooperativa que recebeu o recurso via CRA do programa FINAPOP foi a COOPAN do assentamento Capela no RS. Teve algum motivo específico a escolha dessa cooperativa?

10 - Vilmar, você saberia comentar sobre os impactos do recurso recebido pela COOPAN? Se conseguiram concluir a agroindústria? Se aumentou a variedade de produtos feitos? Se gerou mais empregos para os assentados?

11 - Depois teve uma segunda captação de recurso, essa aberta ao público e foi destinada para várias cooperativas e projetos? Como é decidido a cooperativa que vai receber o

valor? A cooperativa do MST tem que apresentar um projeto para algum núcleo do MST solicitando o recurso? Como funcionam esses tramites?

12 - Ainda falando sobre esse processo de escolha. Antes de receber esse recurso é debatido entre os assentados-cooperados daquela cooperativa se eles querem captar o recurso por meio do mercado financeiro?

13 - Vilmar, você acredita que o FINAPOPOP possa se tornar uma política pública. Não em substituição ao Pronaf, mas algo complementar? E de modo geral, como você enxerga o futuro do FINAPOPOP?

ROTEIRO DE ENTREVISTA DA ADELAIDE, DA COOPERATIVA COOPAN

1 - Adelaide, você poderia falar um pouco da sua trajetória, comentando em qual momento o assentamento Capela, o MST e sua trajetória da vida se cruzaram?

2 - O assentamento Capela é dividido em alguns núcleos, sendo um dele a COOPAN. O que é a COOPAN? Como ela surgiu?

3 - Qual é a diferença de uma cooperativa coletiva de uma convencional?

4 - Pelo fato de ser coletiva os conflitos não são mais comuns e difíceis de se administrar?

5 - Quantas pessoas são associadas a COOPAN? Qual é o critério para se associar?

6 - Uma família pode sair e ingressar na cooperativa quando ela quiser?

7 - Qual é o perfil das pessoas associadas? Divisão de homens, mulheres, jovens?

8 - Quantos setores a cooperativa possui, hoje?

9 - Qual é sua função na COOPAN?

10- Toda sua família está integrada na cooperativa?

11 -O que cooperativa produz, atualmente?

Em relação a comercialização, em quais mercados a cooperativa comercializa?

12 -Em relação a comercialização, a cooperativa passou por dificuldades devido a pandemia e ao governo atual?

13 -Qual é a importância da cooperativa na vida dos assentados?

14 -Qual é a relação da cooperativa com o município?

15 - Em relação ao acesso a crédito, existe uma dificuldade no acesso, seja por meio do Pronaf ou por meio de outro programa? Caso sim, isso sempre existiu ou é algo mais recente?

16 - Adelaide, em uma reportagem de anos atrás, com uma entrevista realizada com Emerson, dava-se a entender que estava tudo encaminhado para término das obras do frigorífico. Mas mais recente, ela foi concluída com recursos provenientes do FINAPOP. Houve algum problema de acesso a recurso que atrasou esse projeto e que só foi possível concluir por meio FINAPOP?

17 - Adelaide, sobre o FINAPOP, qual é seu conhecimento sobre ele?

18 - A COOPAN recebeu o primeiro recurso vinculado a esse movimento, sendo considerado um piloto. Chegou a ser debatido com os associados o recebimento desse recurso?

19 - Com as obras do frigorífico e da agroindústria concluídas, mesmo com pouco tempo, já é possível verificar impactos positivos, como a contratação de mais associados? Melhora de renda? A diversificação de produtos? Alcance de outros mercados?

20 - Quais são as perspectivas da COOPAN com esses novos empreendimentos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM JUCA, DA COOPERATIVA COOPAN

- 1 - Juca, você poderia falar um pouco da sua trajetória, comentando em qual momento o assentamento Capela, o MST e sua trajetória da vida se cruzaram?
- 2 - O assentamento Capela é dividido em alguns núcleos, sendo um dele a COOPAN. O que é a COOPAN? Como ela surgiu?
- 3 - Qual é a diferença de uma cooperativa coletiva de uma convencional?
- 4 - Pelo fato de ser coletiva, os conflitos não são mais comuns e difíceis de se administrar?
- 5 - Quantos setores a cooperativa possui, hoje?
- 6 - Qual é sua função na COOPAN?
- 7 - O que cooperativa produz, atualmente?
- 8 - Em relação a comercialização, quais são os mercados em que a cooperativa comercializa?
- 9 - Ainda em relação a comercialização, a cooperativa passou por dificuldades devido a pandemia e ao governo atual?
- 10 - Qual é a importância da cooperativa na vida dos assentados?
- 11 - Qual é a relação da cooperativa com o município?
- 12 - Ela relação ao acesso a crédito, existe uma dificuldade no acesso, seja por meio do Pronaf ou por meio de outro programa? Caso sim, isso sempre existiu ou é algo mais recente?
- 13 - Juca, em uma reportagem de anos atrás, com entrevista realizada com Emerson, dava entender que estava tudo encaminhado para o término das obras do frigorífico. Mas mais recente, ela foi concluída com recursos provenientes do FINAPOP. Houve algum problema de acesso a recurso que atrasou esse projeto e que só foi possível concluir por meio FINAPOP?
- 14 - Juca, o que é o FINAPOP? E como ele chegou a até a cooperativa COOPAN?
- 15 - A COOPAN recebeu o primeiro recurso vinculado a esse movimento do FINAPOP, sendo considerado um piloto. Chegou a ser debatido com os associados o recebimento desse recurso?

16 - O FINAPOP possui uma taxa de juros um pouco maior em relação aos programas de crédito subsidiados pelo governo e uma grande exigência de documentação. Como foi sua aceitação entre os cooperados?

17 - A captação de recursos por meio do FINAPOP e o repasse para a COOPAN se deu mais em relação a uma necessidade da Cooperativa ou uma questão política do MST, de fazer dar certo o FINAPOP, por conta de isso necessitar de uma cooperativa bem estruturada para a primeira captação de recurso?

18 - Juca, você tem acompanhado as movimentações em torno do FINAPOP? E feito reuniões no MST com seus integrantes para debater sobre?

19 - O MST declarou que conseguiu captar mais de 40 milhões de recursos via FINAPOP, alocando em diversas cooperativas e vai lançar uma plataforma para o ano 2023, para captar recursos via pessoa física com mais acessibilidade. Com enxerga essas movimentações?

20 - Você considera positivo a captação de recurso via FINAPOP pelo COOPAN? Caso existisse a possibilidade, faria uma nova captação de recurso por essa plataforma?

21 - A Cooperativa está conseguindo fazer os pagamentos dentro dos prazos?

22 - Com as obras do frigorífico e da agroindústria concluídas, mesmo com pouco tempo, já é possível verificar impactos positivos como a contratação de mais associados? Melhora de renda? A diversificação de produtos? Alcance de outros mercados?

23 Quais são as perspectivas da COOPAN com esses novos empreendimentos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PAULO, DO GRUPO GAIA

1 - Paulo, você poderia falar resumidamente de sua trajetória, comentando um pouco da sua formação, como conheceu o grupo Gaia e quanto tempo está na empresa?

2 - Antes de trabalhar com o FINAPOP você já conhecia e tinha contato com o MST ou outro movimento social?

3 - Você poderia comentar sobre o grupo Gaia em relação ao mercado financeiro. Qual é atividade da empresa nesse setor?

4 - Você poderia detalhar como foi estruturada a emissão do CRA? De que maneira saiu do papel e virou algo possível de um investimento? Foi um processo complicado e burocrático, com muitas exigências? Você acredita que isso tenha passado por quantos órgãos/empresas e pessoas para termos, mais ou menos, dimensão do quão complicado é colocar uma operação dessa para funcionar?

5 - Uma pequena cooperativa ou uma associação em uma comunidade teria condições financeiras para estruturar a emissão desse título, sem o apoio que o MST teve por exemplo?

6 - Paulo, você acredita que o Estado poderia, por meio de uma política pública, intermediar esse processo de estruturação e emissão de um CRA ou outro título que seja, para que não haja esse custo para pequena cooperativa por exemplo?

7 - O primeiro investimento do FINAPOP no Capela foi realizado para um grupo fechado de investidores qualificados. Qual seria diferença entre eles?

8 - Nesse formato, foi o primeiro projeto que empresa realizou, ou já tinha feito algo nesse sentido?

9 - O MST é um dos principais movimentos sociais do mundo, no entanto, atrai bastante ódio da mídia hegemônica e das elites brasileiras, principalmente, agora, pelo Agro estar em alta no mercado. Em algum momento foi motivo de receio de não dar certo a captação de recursos por envolver o nome do MST? A Empresa ou corretora responsável chegou a sofrer alguma represália de alguma empresa por conta dessa operação?

10 - Para grande parte das pessoas o mercado financeiro é algo muito abstrato. Você poderia comentar como foi realizado o processo do dinheiro sair da corretora e ir para o Assentamento? A corretora emite um título para captar o recurso e caso consiga o valor,

repassa para a cooperativa solicitante? Para o assentamento receber precisa ser através de uma cooperativa específica, como por exemplo, cooperativa de crédito?

11 – O Mercado Financeiro é ainda visto como algo de muito risco. Você poderia comentar qual seria a diferença entre uma cooperativa ir até um banco e pegar um empréstimo e fazer uma operação como essa, realizada pelo MST? Ambas têm risco ou uma tem mais risco que outra? Por que ir ao banco fazer um empréstimo parece tão seguro e natural e no mercado financeiro não?

12 -As grandes empresas agem dessa forma para conseguir dinheiro emprestado e não pelo meio convencional, de ir em uma agência bancária?

13 - Poderia comentar do risco para a pessoa que está investido?

14 - Como são definidos os juros que serão cobrados para o repasse do valor? Qual será o prazo para o assentamento começar a pagar o empréstimo? Qual percentual de retorno as pessoas que investiram vão ter?

15 - O FINAPOPOP nasceu, de certa forma, de uma ausência de políticas públicas do governo em relação a crédito para os camponeses. (O grande tem muito e o pequeno quase nada). Você acredita que o FINAPOPOP veio ou pode substituir as políticas de Estado em relação ao crédito ou se trata de algo complementar?

16 - O Grupo Gaia está trabalhando em outros projetos com cooperativas com o MST ou com outros movimentos sociais?

17 - Como você acha que está sendo o retorno desse financiamento para o assentamento Capela?